

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

MARIA LUÍSA GALDEANO DAMASCENO

OS EFEITOS DAS POLÍTICAS NEOLIBERAIS NO BRASIL:
a evolução dos índices de pobreza após o *impeachment* de 2016

Uberlândia

2019

MARIA LUÍSA GALDEANO DAMASCENO

OS EFEITOS DAS POLÍTICAS NEOLIBERAIS NO BRASIL:
a evolução dos índices de pobreza após o *impeachment* de 2016

Monografia apresentada ao Instituto de Ciências
Sociais da Universidade Federal de Uberlândia
como requisito parcial à obtenção do título de
licenciatura e bacharel em Ciências Sociais.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Natalia Scartezini
Rodrigues.

MARIA LUÍSA GALDEANO DAMASCENO

OS EFEITOS DAS POLÍTICAS NEOLIBERAIS NO BRASIL:
a evolução dos índices de pobreza após o *impeachment* de 2016

Monografia apresentada ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial à obtenção do título de licenciatura e bacharel em Ciências Sociais.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Natalia Scartezini Rodrigues.

Uberlândia, 10 de dezembro de 2019.

Prof^ª. Dra. Marisa Silva Amaral – UFU/MG

Prof^ª. Dra. Patrícia Vieira Trópia – UFU/MG

Prof^ª. Dra. Natalia Scartezini Rodrigues – UFU/MG

AGRADECIMENTOS

Esse trabalho de monografia simboliza, pra mim, a realização de um sonho construído antes mesmo do meu ingresso na faculdade e por muitas mãos, de pessoas que passaram pela minha vida e que me trouxeram até aqui. Por isso, essa é uma breve tentativa de agradecer aqueles que trilharam comigo essa caminhada chamada graduação.

À minha mãe, Marisa, que é de longe o meu maior apoio e o meu maior exemplo, devo a minha mais profunda gratidão por absolutamente tudo! Obrigada por ser tanto.

Ao meu pai, José Vasco, agradeço por ter viabilizado que eu me dedicasse exclusivamente aos estudos no período da graduação; e ao meu outro pai, Carlim, por apoiar e admirar minhas ideias mesmo sem concordar com elas.

À Gabi, que é minha irmã-amiga desde que me entendo por gente, agradeço por compartilharmos mais essa fase das nossas vidas; à Fernanda e à Carol, por serem minhas parceirinhas e por todas as conversas incrivelmente sensatas e maduras. Eu me orgulho muito de tê-las como irmãs!

Eu também não poderia deixar de demonstrar a minha gratidão à Dora e à Athena, por tornarem o processo de produção da monografia mais prazeroso enquanto cochilavam no meu colo nos momentos em que eu a escrevia e, mais do que isso, por fazerem do meu último semestre subitamente mais leve e alegre desde que chegaram.

Aos meus amigos, Dayana, Júlia, Luís e Sofia: muito obrigada pela (já) nostálgica rotina que partilhamos, pelos rolês, pelas risadas, pelas ótimas conversas e pela incomparável amizade, por escutarem sobre as minhas ideias e minhas preocupações e por terem feito dos anos de graduação tão felizes! Foi uma delícia passarmos por esse ciclo juntos.

Aos colegas da vigésima turma, do PIBID e do PET, sou grata por terem enriquecido a minha graduação de novas perspectivas, de experiências transformadoras e de momentos muito especiais.

Aos professores do INCIS, sou muito agradecida por terem contribuído de forma significativa na minha construção como cientista social e aos técnicos do instituto por toda a ajuda durante esse processo.

Por fim, entre diversos professores marcantes, agradeço à profa. Dra. Patrícia Trópia pelo apoio, amizade e tutoria que tive o prazer de desfrutar nos dois últimos anos da graduação e à profa. Dra. Marisa Amaral por ter me apresentado o pensamento de Marx a partir de uma nova perspectiva e, dessa forma, ter possibilitado que eu me encantasse ainda mais por ele. À profa. Dra. Natalia Scartezini tenho um especial agradecimento, por ter sido tão encorajadora,

atenciosa e presente durante a escrita deste trabalho. Obrigada pela excelente orientação, sem a qual eu não teria percebido as minhas falhas, ideias precipitadas e tampouco teria conhecido concepções teóricas que me fizeram ver as coisas de um novo modo. Vocês me inspiram profundamente e sou muito grata por tê-las como professoras!

Obrigada, pessoal!

A revolução chama Pedro Bala como Deus chamava Pirulito nas noites do trapiche. É uma voz poderosa dentro dele, poderosa como a voz do mar, como a voz do vento, tão poderosa como uma voz sem comparação. [...] Uma voz que o alegra, que faz bater seu coração. Ajudar a mudar o destino de todos os pobres. [...] Voz que traz com ela uma festa, que faz o inverno acabar lá fora e ser primavera. A primavera de luta. Voz que chama Pedro Bala, que o leva para a luta. Voz que vem de todos os peitos esfomeados da cidade, de todos os peitos explorados da cidade. Voz que traz o bem maior do mundo, bem que é igual ao sol, mesmo maior que o sol: a liberdade.

(Jorge Amado)

RESUMO

A pobreza e a miséria são problemas historicamente caros ao povo brasileiro e que, ao longo dos anos, ora sofreram ampliações ora recuos. No contexto da ascensão de Michel Temer à Presidência da República após um conturbado e polêmico processo de impeachment, houve também o estabelecimento de políticas impopulares e neoliberais mais incisivas do que aquelas postas em prática pelos governos anteriores. O governo Temer, auto-intitulado “reformista”, instaurou transformações que afetaram profundamente direitos conquistados pela classe trabalhadora ao longo de décadas e que ameaçam levar um grande contingente populacional à pobreza. A partir da análise de dados estatísticos retirados da Cepal e de revisão bibliográfica, esta monografia busca compreender o neoliberalismo em seu sentido mais geral, como o projeto neoliberal se concretizou no Brasil, especificamente no governo de Michel Temer, e as consequências das suas políticas principalmente no que tange a pobreza e a desigualdade social e econômica no Brasil.

Palavras-chave: neoliberalismo; governo Temer; pobreza no Brasil.

ABSTRACT

Poverty and misery are problems historically serious to the Brazilian people and, over the years, have sometimes expanded and sometimes retreated. In the context of Michel Temer's rise to the presidency of the republic after a troubled and controversial impeachment process, there is also the establishment of more incisive and unpopular neoliberal policies than those put in place by previous governments. The self-appointed “reformist” government has brought about transformations that have profoundly affected rights won by the working class over decades and threaten to bring a large population contingent into poverty. From the analysis of statistical data taken from ECLAC and literature review, this monograph seeks to understand neoliberalism in its most general sense, how the neoliberal project materialized in Brazil, specifically under Michel Temer's government, and the consequences of its policies mainly regarding Brazilian poverty and social and economic inequality.

Keywords: neoliberalism; Temer’s government; Brazilian poverty.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Despesas realizadas em educação e saúde x despesas em educação e saúde pela PEC 241/55 - Brasil 2002-2015 (em R\$ bi)	61
----------	---	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Percentual de trabalhadores que estão desempregados, trabalhando menos de 40 horas semanais, ou desistiram de procurar emprego	64
Gráfico 2	Criação de vagas formais desde a lei trabalhista	67
Gráfico 3	Evolução da taxa de desemprego (julho de 2017 a setembro de 2018).	68
Gráfico 4	Arrecadação sindical de 2017 e de 2018	68
Gráfico 5	Reclamações trabalhistas em 2017 e em 2018	69
Gráfico 6	Pedidos por dano moral em 2017 e em 2018	70
Gráfico 7	PIB do Brasil (2011-2018)	71
Gráfico 8	Pessoas em situação de pobreza no Brasil (2011-2018)	71
Gráfico 9	Indigência no Brasil (2011-2018)	72
Gráfico 10	Coeficiente de pobreza e coeficiente de indigência (2011-2017).	72
Gráfico 11	Coeficiente de Gini do Brasil (2011-2018)	73
Gráfico 12	Ranking crescente dos países com pior coeficiente de Gini do mundo	74

LISTA DE SIGLAS

BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e Caribe
CUT	Central Única dos Trabalhadores
EC	Emenda Constitucional
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FMI	Fundo Monetário Internacional
IPCA	Índice de Preços ao Consumidor Amplo
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OECD	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OMC	Organização Mundial do Comércio
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PIB	Produto Interno Bruto
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PP	Progressistas
PT	Partido dos Trabalhadores
UFU	Universidade Federal de Uberlândia

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	13
1	POBREZA	19
1.2	Pobreza e capitalismo	22
2	NEOLIBERALISMO	29
2.1	A doutrina neoliberal	29
2.2	A crise do Estado de bem-estar social	31
2.3	A emergência do neoliberalismo	35
2.4	O Consenso de Washington	41
2.5	O projeto neoliberal brasileiro	45
3	A POBREZA NA ERA TEMER	53
	CONCLUSÃO	76
	REFERÊNCIAS	78
	ANEXOS: DADOS DA CEPAL SOBRE A POPULAÇÃO BRASILEIRA	85

INTRODUÇÃO

A questão fundamental sobre a qual este trabalho se debruça é a evolução dos índices de pobreza no Brasil, nos anos de 2016 a 2018, durante o governo de Michel Temer. Esse tema perpassa diversos assuntos, como a questão da pobreza no Brasil, o impeachment que levou Temer a assumir a Presidência da República e os impactos de suas políticas e propostas de reformas neoliberais no Estado e economia brasileiras.

Logo de início, algo substancialmente importante é ter em vista a relação indissociável entre pobreza e capitalismo, que vem desde muito antes do próprio neoliberalismo. Norberto Bobbio (2004, p. 909, grifo meu), no livro *Dicionário de Política*, deixa evidente a relação intrínseca entre a pauperização da sociedade e a gênese do modo de produção capitalista:

O termo Pauperismo, derivado do vocábulo latino *pauper*, apareceu na Inglaterra e entrou rapidamente em uso nos alvares do século XIX, sendo empregado para designar o fenômeno de generalização, recrudescimento e progressiva estabilização da indigência que assinalou, de forma dramática, as primeiras fases da Revolução Industrial. Se o surgimento do termo no contexto particular de uma sociedade invadida pelo processo de transformação capitalista serve para situar historicamente o fenômeno por ele indicado, será, contudo, necessário observar que esse quadro histórico foi ultrapassado pela prática linguística que se valeu do vocábulo para designar não só a chegada miséria aberta com a Revolução Industrial, como também, mais genericamente, o problema da pobreza em sua dimensão social, surgida como tal com o nascimento do capitalismo moderno. [...] Mas é só no fim do século XVIII que o fenômeno do Pauperismo irrompe com toda a sua gravidade, como consequência do surgimento na França e da definitiva consolidação na Inglaterra do sistema liberal em todos os setores da economia, particularmente no da indústria manufatureira. De fato, a proletarianização das classes rústicas e artesanais que o regime do *laissez-faire* tinha arrancado violentamente à terra e ao comércio, a súbita imissão no mercado do trabalho de mulheres e crianças provocada pela introdução do maquinismo, a vaga de aumento demográfico que se registrou nessa época na Europa, foram fatores que geraram um grande aumento na disponibilidade de mão-de-obra. Isto, num sistema onde a determinação dos salários era deixada ao livre jogo das leis da oferta e da procura, não podia senão levar à sua depressão a níveis de fome, e a uma constante presença na sociedade de amplas faixas de desocupados: problemas que foram ulteriormente exacerbados pelo já iniciado processo de concentração capitalista e pelas frequentes crises de superprodução que começavam a afligir a indústria moderna.

O *laissez-faire* a que esse trecho se refere é uma expressão que simboliza o liberalismo econômico, o qual, no final da década de 1920, sofreu uma crise, mas que na década de 1970 assumiu uma nova forma e vem ganhando forças em diversos países. Com diversas adaptações do liberalismo, o neoliberalismo também prega uma redução da intervenção estatal da economia

em favor do livre mercado, todavia seus princípios são mais restritos que os liberais, os quais eram, entre outras coisas, favoráveis à liberdade individual. O neoliberalismo, ao contrário, pode conviver bem com ditaduras, pois privilegia o direito à propriedade privada em detrimento de outras liberdades, conforme afirma Perry Anderson (1995, p. 09):

Refiro-me, bem entendido, ao Chile sob a ditadura de Pinochet. Aquele regime tem a honra de ter sido o verdadeiro pioneiro do ciclo neoliberal da história contemporânea. [...] O neoliberalismo chileno, bem entendido, pressupunha a abolição da democracia e a instalação de uma das mais cruéis ditaduras militares do pós-guerra. Mas a democracia em si mesma – como explicava incansavelmente Hayek – jamais havia sido um valor central do neoliberalismo. A liberdade e a democracia, explicava Hayek, podiam facilmente tornar-se incompatíveis, se a maioria democrática decidisse interferir com os direitos incondicionais de cada agente econômico de dispor de sua renda e de sua propriedade como quisesse.

O neoliberalismo é uma corrente política e teórica de autores que se contrapunham ao intervencionismo estatal proposto por John Maynard Keynes e ao estado de bem-estar social que esse paradigma gerou em alguns países, depois da crise de 1929. Por guardarem semelhanças ao liberalismo econômico e contestarem os pressupostos keynesianos, os teóricos neoliberais pregavam, entre outras coisas, uma ação estatal incisiva ao manter uma estabilidade monetária e a contenção de gastos, mas, por outro lado, uma ação deficitária em questões sociais.

Em um clima próximo ao de pleno emprego¹ nos países capitalistas ricos e desenvolvimento econômico e social, em que o capitalismo, para alguns, mostrava a possibilidade de ser um sistema mais justo, uma corrente de pensamento como o neoliberalismo parecia inviável, até a crise do petróleo dos anos 1970. A ditadura chilena de Augusto Pinochet foi a primeira a implementar medidas neoliberais e, depois de alguns anos, países como a Inglaterra, com Margaret Thatcher e Estados Unidos, com Ronald Reagan também o fizeram.

No Brasil, o Estado de bem-estar social sequer existiu. O que houve foi, nos governos Lula da Silva (2003-2011) e Dilma Rousseff (2011-2016), um neodesenvolvimentismo - termo utilizado por Armando Boito Júnior (2013) para designar o tipo de desenvolvimento possível dentro do capitalismo neoliberal. Contudo, embora os dois ex-presidentes tenham promovido políticas que avançaram em questões sociais, eles não romperam com o neoliberalismo vigente e, mais ainda, aprofundaram-no com algumas de suas medidas.

¹ Situação em que as pessoas economicamente ativas que buscam emprego no mercado de trabalho encontram-no com facilidade.

O neoliberalismo, em sua versão mais ortodoxa, se instalou de fato, no Brasil, com o ex-presidente Fernando Collor de Mello, de 1990 a 1992, com Fernando Henrique Cardoso, de 1995 a 2002, com Michel Temer, de 2016 a 2018 e, finalmente, com Jair Bolsonaro, a partir de 2019. O desmonte neoliberal do Estado, promovido pelo governo de Michel Temer, representou uma ameaça para o povo brasileiro. Direitos e conquistas sociais resultantes de lutas populares ao longo de gerações estão em risco pelo congelamento de gastos públicos, pela reforma trabalhista e pela reforma do Ensino Médio proporcionados por esse governo. Setores já sucateados, como a educação e a saúde públicas, utilizados majoritariamente pelas classes sociais mais pobres, colocam em xeque o futuro de quem não tem renda suficiente para pagar por esses serviços de forma privada. Instituições públicas de ensino, como a Universidade Federal de Uberlândia (UFU), são alguns dos alvos dos impactos negativos da desregulamentação neoliberal.

A UFU é uma instituição federal de Ensino Superior muito importante para a cidade de Uberlândia e região. Além da questão acadêmica, de que produz-se na universidade conhecimento científico, tecnologia e a prestação de serviços à população, há o lado econômico. Devido à implementação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), estudantes provenientes de diversas regiões do Brasil se mudam para a cidade para estudarem na UFU. O comércio dos bairros da cidade onde se localizam os campi, por exemplo, giram em torno da vida universitária.

A UFU é considerada elitizada por não contemplar grupos socialmente marginalizados. No entanto, nos governos petistas ela conseguiu, como diversas outras universidades ao redor do país, se expandir e, assim, permitiu o ingresso de jovens de baixa renda, daqueles provenientes do Ensino Médio público, de negros, pardos e indígenas - o que ocorreu, principalmente, pela política de cotas². Ainda, as políticas de permanência possibilitaram que mais do que ingressassem, essas(es) estudantes pudessem concluir a graduação.

Instituições públicas de ensino, como a UFU, correm o risco de ser amplamente prejudicadas com a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 241 ou 55³, apresentada pelo

² De acordo com os dados fornecidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), em 2012, o número total de matrículas em cursos de graduação presenciais em instituições públicas de ensino foi de 1.897.376, das quais 82.052 matrículas de pretas, 242.797 de pardas e 4.126 de indígenas. Em 2016, o total passou para 1.990.078, em que 158.392 matrículas são de pessoas pretas, 532.259 de pardas e 12.348 de indígenas.

³ Art. 102. Ficam estabelecidos, para cada exercício, limites individualizados para as despesas primárias:

I - do Poder Executivo;

II - do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça, do Conselho Nacional de Justiça, da Justiça do Trabalho, da Justiça Federal, da Justiça Militar da União, da Justiça Eleitoral e da Justiça do Distrito Federal e Territórios, no âmbito do Poder Judiciário;

Governo Federal no mandato de Michel Temer, em 2016, aprovada e promulgada em dezembro do mesmo ano, tornou-se a Emenda Constitucional (EC) 95. Ela congela os gastos públicos em 20 anos e o seu caráter neoliberal é evidente: tem como justificativa limitar os gastos públicos em questões essenciais, em prol de um equilíbrio monetário que beneficia empresários e especuladores.

A partir da não revogação da EC 95, da reforma trabalhista e da reforma do Ensino Médio, e, ainda, com as propostas ainda mais neoliberais do novo governo de Jair Bolsonaro, o Estado brasileiro tem como perspectiva um aprofundamento do sucateamento. Com a consequente precarização de serviços públicos e universais, a classe trabalhadora é bastante prejudicada e os segmentos mais pobres se tornam ainda mais vulneráveis.

Por isso, a hipótese, frente algumas medidas neoliberais do ex-presidente Temer, é de que aconteceu uma ampliação da pobreza no período em que ele foi Presidente da República. Desse modo, serão discutidos, neste trabalho, os impactos negativos do neoliberalismo na desigualdade social brasileira, em um recorte temporal que tange 2011 a 2018 - desde o início do primeiro governo Dilma Rousseff até final do mandato de Michel Temer, para que seja possível comparar os dados. A importância de se pensar a respeito da pobreza no Brasil a partir do governo Temer é justificada pelo renascimento de uma perspectiva neoliberal mais incisiva nas decisões políticas e econômicas do país após o impeachment de Dilma Rousseff.

Muitos opositores de Temer chamaram tal processo de impeachment de “golpe”, com o argumento de que a ex-presidenta⁴ não havia cometido crime de responsabilidade e, mesmo

III - do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e do Tribunal de Contas da União, no âmbito do Poder Legislativo;

IV - do Ministério Público da União e do Conselho Nacional do Ministério Público;

e V - da Defensoria Pública da União.

§ 1º Cada um dos limites a que se refere o caput deste artigo equivalerá:

I - para o exercício de 2017, à despesa primária paga no exercício de 2016, incluídos os restos a pagar pagos e demais operações que afetam o resultado primário, corrigida em 7,2% (sete inteiros e dois décimos por cento); e
II - para os exercícios posteriores, ao valor do limite referente ao exercício imediatamente anterior, corrigido pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ou de outro índice que vier a substituí-lo, para o período de doze meses encerrado em junho do exercício anterior a que se refere a lei orçamentária.

§ 4º As despesas primárias autorizadas na lei orçamentária anual sujeitas aos limites de que trata este artigo não poderão exceder os valores máximos demonstrados nos termos do § 3º deste artigo.

§ 5º É vedada a abertura de crédito suplementar ou especial que amplie o montante total autorizado de despesa primária sujeita aos limites de que trata este artigo.

§ 10. Para fins de verificação do cumprimento dos limites de que trata este artigo, serão consideradas as despesas primárias pagas, incluídos os restos a pagar pagos e demais operações que afetam o resultado primário no exercício.

⁴ Ela foi a primeira mulher eleita para esse cargo no Brasil. Como na história brasileira só houve presidentes homens, ela pediu para que a chamassem de “presidenta”, como uma forma de demarcar a importância desse acontecimento. A própria Academia Brasileira de Letras (ABL) concorda com o uso dessa palavra, porque a língua não é estática e está, como a sociedade, em constante transformação. Todavia, muitos meios de comunicação continuaram a utilizar o termo “presidente” para se referirem a Dilma Rousseff. Uma escolha supostamente feita como forma de respeito à gramática, mas em contradição não apenas com a presidenta como à Lei instituída por

assim, foi afastada do cargo de Presidenta da República. Os meios de comunicação de massa, por exemplo, formados principalmente por empresas privadas, se colocaram como favoráveis ao impeachment de Dilma Rousseff e, posteriormente, às medidas neoliberais de Temer e Bolsonaro.

Para Karl Marx e Friedrich Engels isso pode ser explicado pelo fato de que a classe economicamente dominante utiliza a superestrutura social a favor dos seus interesses, como o Estado, os meios de comunicação, a ideologia, entre outros. Enquanto os trabalhadores têm vários de seus direitos retirados com as medidas neoliberais do governo Temer, a classe dominante tem suas ambições representadas pelos principais veículos de comunicação, ou seja, pela superestrutura.

Em outras palavras, a superestrutura é utilizada pela burguesia para manter-se como classe dominante. Por sua vez, a estrutura produtiva da sociedade capitalista é composta pela classe trabalhadora, dona da sua força de trabalho e que a vende para os donos dos meios de produção, a própria burguesia. Sendo assim, o método que se encaixa no objeto desta pesquisa é o materialismo dialético, uma vez que há uma oposição de interesses entre a classe trabalhadora e a classe burguesa.

Marx e Engels basearam-se na dialética hegeliana, que tinha bases idealistas, e no materialismo do jovem hegeliano Feuerbach para comporem o materialismo histórico-dialético como método de análise da sociedade. Para Marx e Engels a realidade está em constante transformação e é expressa por contradições que fazem com que a história se mova. Essas contradições podem ser explicadas pelo modo como as relações sociais de produção se organizam, entre aqueles que produzem e aqueles que detém os meios de produção. A luta entre essas classes com interesses opostos é, para Marx e Engels, o motor da história, visto que a classe explorada possui grande potencial de promover transformações sociais.

As relações sociais são estudadas por esses autores, portanto, a partir da base material do período histórico em questão, como também das contradições existentes nas relações produtivas, conforme ilustra o trecho a seguir:

Hoje em dia, tudo parece levar em seu seio sua própria contradição. Vemos que as máquinas, dotadas da propriedade maravilhosa de encurtar e fazer mais frutífero o trabalho humano, provocam a fome e o esgotamento do trabalhador. As fontes de riqueza recém-descobertas convertem-se, por arte de um estranho malefício, em fontes de privações. Os triunfos da arte parecem adquiridos ao preço de qualidades morais. O domínio do homem sobre a natureza é cada vez

ela, em 2012, sobre o emprego obrigatório da flexão de gênero para nomear profissão ou grau em diplomas. Dessa maneira, escolher por utilizar “presidenta” é uma escolha que vai além de normas gramaticais, é uma escolha ideológica.

maior; mas, ao mesmo tempo, o homem se converte em escravo de outros homens ou de sua própria infâmia. Até a pura luz da ciência parece não poder brilhar mais que sobre o fundo tenebroso da ignorância. Todos os nossos inventos e progressos parecem dotar de vida intelectual as forças produtivas materiais, enquanto reduzem a vida humana ao nível de uma força material bruta. Este antagonismo entre a indústria moderna e a ciência, por um lado, e a miséria e a decadência, por outro; este antagonismo entre as forças produtivas e as relações sociais de nossa época é um fato palpável, abrumador e incontrovertido. (...) não nos enganamos a respeito da natureza desse espírito maligno que se manifesta constantemente em todas as contradições que acabamos de assinalar. Sabemos que, para fazer trabalhar bem as novas forças da sociedade, necessita-se unicamente que estas passem às mãos de homens novos, e que tais homens novos são os operários. (MARX, p. 369 apud QUINTANEIRO, 2002, p. 30).

Com base nessas questões, é possível sintetizar que, a partir do materialismo histórico-dialético, o objetivo geral deste trabalho é verificar se houve um aumento das taxas de pobreza no Brasil após o impeachment de Dilma Rousseff. Isso será concretizado com a análise de dados estatísticos retirados da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), dos anos de 2011 a 2018, entre outros motivos, pela abordagem multidimensional da pobreza feita por essa instituição, o que será abordado nos capítulos posteriores. Para tanto, a metodologia escolhida será a análise de dados que constitui, basicamente, em transformar dados quantitativos em informações. Ou seja, é feito um estudo desses dados, com a finalidade de encontrar padrões que possam reafirmar ou refutar os referenciais teóricos utilizados.

Os objetivos específicos consistem em: (a) analisar os dados fornecidos pelos anuários estatísticos da CEPAL, no que tange o território brasileiro, dos anos de 2011 a 2018; (b) verificar a correspondência entre a variação da pobreza e as políticas sociais e econômicas promovidas pelo governo Temer nesse período; (c) averiguar se as políticas neoliberais contribuíram para o aumento da desigualdade social e, conseqüentemente, da pobreza no Brasil.

1 POBREZA

De início, uma das questões fundamentais que se coloca é o questionamento do que é pobreza e de como delimitá-la para fins analíticos. Existem diversos trabalhos de variadas áreas do conhecimento que se dedicam a essa temática, inclusive que possuem como objetivo principal pensar a pobreza metodologicamente e oferecer ferramentas para medir esse fenômeno. Dessa maneira, é um campo bastante amplo e pouco consensual.

Tendo essas questões em vista, definir a pobreza para as Ciências Sociais é um ponto indispensável. De acordo com o Dicionário de Sociologia (1997, p.176) a pobreza é definida da seguinte maneira:

Em sentido geral, pobreza é uma situação na qual pessoas carecem daquilo de que têm necessidade para viver. Os limites de “necessidade para viver”, no entanto, são matéria de definição. Se a pobreza é definida em termos absolutos - aquilo de que indivíduos precisam para sobreviver fisicamente -, torna-se mais simples definir o ponto em que pessoas se tornam pobres. A experiência de pobreza, porém, depende também do quanto as pessoas têm em comparação com outras pessoas na sociedade e com os valores culturais que definem a “boa vida”. Em muitas partes do mundo, por exemplo, água encanada é considerada sinal de prosperidade, ao passo que, nas sociedades industriais, é comum e sua ausência numa casa passa a ser considerada sinal de pobreza. A maneira como definimos pobreza tem grande importância, especialmente nas sociedades industriais, onde a pobreza relativa é mais comum do que a pobreza absoluta. Quanto mais comum a pobreza, maior a pressão pública para que alguma coisa seja feita a respeito. [...].

A partir desse trecho, é possível perceber a complexidade do que é “pobreza” e que ela não é um fenômeno que conta com parâmetros estritamente delimitados. Evidentemente, há uma série de fatores que são indispensáveis para a sobrevivência humana, como água ou comida, mas que o mínimo para a manutenção da vida também pode alterar-se a depender de algumas questões. Assim, pode-se dizer que os parâmetros do que é ter o mínimo para viver bem podem variar de acordo com certos aspectos, inclusive históricos e sociais.

Isso se torna mais claro quando se analisa que, para definir-se uma dieta mínima necessária à sobrevivência, por exemplo, é inevitável considerar aspectos culturais, como incluir o chá na cesta alimentar inglesa ou o próprio arroz com feijão na cesta brasileira. Dessa forma, a busca por uma dieta mínima é uma simplificação analítica e é notável a existência de diversos fatores a serem considerados, como não apenas as necessidades nutricionais, o que varia de acordo com as características físicas dos indivíduos e de suas condições de vida, como também aspectos culturais (ROCHA, 2006).

Do mesmo modo, muitos estudos sobre pobreza fazem uma distinção entre pobreza relativa e pobreza absoluta. Contudo, essa diferenciação não possui limites claros e não são dados indiscutíveis (ROCHA, 2006). Luis Estenssoro (2003) define pobreza relativa como unidades de análise que são pobres em relação a outras unidades mais ricas, enquanto a pobreza absoluta caracteriza apenas a situação da unidade analisada, sem compará-la às demais. Isto é, a pobreza absoluta é percebida quando há carências físicas e sócio-culturais.

A pobreza absoluta também é dividida pelo autor entre “pobreza absoluta primária” e “pobreza absoluta secundária”. A pobreza absoluta primária é percebida quando existe possibilidade de ameaça à subsistência física, pela falta de alimentos, habitação e vestimentas. É uma situação de indigência. A pobreza absoluta secundária é caracterizada por uma situação de marginalização na vida social normal, nas palavras do autor, “quando não se alcança um mínimo existencial que responda às convenções sociais e culturais, acepção esta que se apóia no conceito de ‘necessidades básicas’, conceito este utilizado pela CEPAL.” (ESTENSSORO, 2003, p. 81).

Angela Kageyama e Rodolfo Hoffmann (2006), além das noções de pobreza absoluta e pobreza relativa, também utilizam a ideia de “pobreza subjetiva”. A pobreza subjetiva pode ser tanto a abordagem da pobreza em que o nível de renda está abaixo do que as pessoas pobres consideram que seja o suficiente para viver quanto a abordagem que concilia a pobreza subjetiva com o *basic needs*⁵, que propõe que se pergunte às pessoas o que elas julgam como necessidades básicas e, em seguida, compara-se esse valor com a renda disponível.

A abordagem do *basic needs*, ou seja, de necessidades básicas insatisfeitas, consegue ir além da alimentação e incorpora outras necessidades humanas, tais como a educação, saneamento, habitação, etc. Essa abordagem se diferencia da linha da pobreza por três motivos: o primeiro, porque deixa de lado a renda como principal indicador e os parâmetros adotados permitem perceber os resultados relativos à melhoria da qualidade de vida, não apenas em termos de insumos; o segundo motivo é que o *basic needs* estabelece objetivos e mede os resultados da sociedade como um todo, não delimita, necessariamente, uma subpopulação pobre - como, por exemplo, ao medir as taxas de analfabetismo; por fim, o *basic needs* se diferencia da linha da pobreza por seu caráter multidimensional e ao reconhecimento da inter-relação entre diversas carências, o que implica políticas públicas que favoreçam a complementaridade para combater-se os diversos aspectos da pobreza (ROCHA, 2006).

⁵ Do inglês, “necessidades básicas”.

Portanto, entre diversos meios de compreender-se o fenômeno da pobreza e de, conseqüentemente, pensar sobre como superá-la, o escolhido para esse trabalho é o da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL). A CEPAL utiliza a ideia de necessidades básicas insatisfeitas, o *basic needs*, para tentar mensurar um fenômeno tão complexo quanto o da pobreza. Entre seus indicadores principais, há, por exemplo, o acesso à água e saneamento, à moradia, energia e educação, isto é, “A análise se efetua tomando por base um núcleo de indicadores não monetários de carências, utilizados tradicionalmente no método das necessidades básicas insatisfeitas, e se mostra os resultados obtidos para os distintos indicadores da pobreza multidimensional e sua evolução.”(CEPAL,2013, p. 13).

No mesmo sentido, uma das principais organizações que trabalham em prol do desenvolvimento de maneira multidimensional, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), estabeleceu metas de redução da pobreza em âmbito mundial, a “Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”. Essa Agenda inclui os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), dos quais dois dos focos são fazer com que as pessoas saiam da pobreza e evitar que as pessoas retornem a ela. O PNUD, assim como a CEPAL, pensa em resolver o problema da pobreza por aspectos que ultrapassam o fator renda (1997, p. 15):

É na privação das vidas que as pessoas podem perceber que a pobreza se manifesta. A pobreza pode envolver não apenas o não cumprimento das necessidades de bem-estar material, mas a negação de oportunidades para viver uma vida tolerável. A vida pode ser prematuramente encurtada. Pode ser difícil, dolorosa ou perigosa. Pode ser privada de conhecimento e comunicação. E pode ser roubada de dignidade, confiança e auto-respeito, bem como o respeito do outro. Todos são aspectos da pobreza que limitam e deterioram a vida de muitos milhões [de pessoas] no mundo de hoje.⁶

Segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano Regional para a América Latina e o Caribe (2016), construído pelo PNUD, a saída da pobreza está relacionada à oportunidade de acesso ao mercado de trabalho e ao desempenho escolar, enquanto os fatores que impedem que as pessoas retornem à pobreza estão ligados à proteção social. A diminuição da pobreza está relacionada a políticas públicas e, dessa forma, o neoliberalismo pode ser percebido como um obstáculo ao cumprimento desses objetivos, como consta no Relatório (2016, p. 3):

Nenhuma das recentes realizações sociais e econômicas da região foi resultado de políticas de **laissez-faire**. A taxa de crescimento econômico e as realizações sociais em emprego, proteção social e igualdade de gênero foram todas moldadas

⁶ Tradução livre desta obra realizada pela autora.

por políticas públicas inovadoras e intervenções estratégicas no processo de desenvolvimento.

1.1. Pobreza e capitalismo

Já no século XIX, no primeiro livro d'O Capital, Marx (2017, p. 856) argumentava como a expropriação dos meios de produção dos antigos servos feudais levou a um grande contingente populacional, a quem restava somente vender a sua própria força de trabalho. Isso aconteceu porque o fim das relações de vassalagem e a desapropriação violenta das massas camponesas gerou uma grande quantidade de trabalhadores que não conseguiam ser absorvidos pela nascente manufatura, o que levou muitos a se transformarem em mendicantes ou ladrões. Com Henrique VII, na Inglaterra do século XVI, já existiam leis que culpabilizam essas pessoas pela situação de pobreza e indigência que lhes foi historicamente imposta, o que também fizeram diversos monarcas depois dele e como fazem, ainda, os governantes do século XXI.

Nesse sentido, de acordo com Carlos Montaña (2012), autor em que as análises dos próximos parágrafos foram baseadas, a partir do surgimento da perspectiva econômica marxista, tornou-se ilusório negar a luta de classes como uma questão fundamental para compreensão da sociedade a partir da economia, então surge a necessidade de criar meios de esquivar-se do marxismo. O surgimento da sociologia como uma ciência autônoma contribui para que o estudo da sociedade deixe de lado a sua base econômica, de modo que os problemas que se desenrolam na sociedade parecem não possuir origens estruturais e, assim, suas respectivas soluções não perpassam a transformação do sistema.

Para José Paulo Netto (2001 apud MONTAÑO, 2012), há uma desvinculação positivista entre economia e sociedade, que também desvincula, por consequência, as questões econômicas das sociais. Ainda, quando a burguesia perde sua criticidade e seu caráter revolucionário diante das lutas proletárias, surge o que György Lukács (1992 apud MONTAÑO, 2012) chama de “decadência ideológica da burguesia”, em que cria-se uma imagem fetichizada da realidade.

O problema resultante disso é que a pobreza e a miséria, aquilo correntemente chamado de “questão social”, são compreendidas, no capitalismo concorrencial, como um fenômeno independente e de responsabilidade exclusiva das pessoas por elas atingidas, como um fenômeno natural. Nesse sentido, as causas da pobreza estariam relacionadas a três fatores principais: (a) no sentido burguês, a miséria está intimamente relacionada ao déficit educacional, devido ao desconhecimento do mercado pelas pessoas e de como agir a partir de

suas leis; (b) a pobreza é vista como falta de planejamento, ou seja, pela dificuldade dessas populações em administrar o orçamento familiar; (c) o problema também é visto como causado por mal-comportamento, como, por exemplo, o ócio e o alcoolismo. A partir disso, as soluções cabíveis para a pobreza são de caráter segmentado, filantrópico ou psicologizante, voltadas para a educação e para a caridade.

Em um momento posterior, no capitalismo keynesiano, a pobreza e a miséria também são entendidas como de ordem social, mas resultantes do desenvolvimento insuficiente do próprio sistema capitalista. O Estado, além de passar a ter um papel significativo na acumulação capitalista, também é responsável por inibir e/ou institucionalizar os conflitos de classe que ocorrem na sociedade e, assim, a pobreza também passa para a esfera política. Isso porque a miséria começa a ser considerada um problema de política, que pode ser resolvido a partir de políticas estatais (Netto, 1992 apud MONTAÑO, 2012).

Então, a pobreza, a partir da perspectiva keynesiana, é interpretada como uma má distribuição de mercado, “um descompasso na relação oferta/demanda de bens e serviços”, em que o mercado não consegue absorver a sobreoferta de força de trabalho (MONTAÑO, 2012, p. 275). Em outras palavras, devido ao desenvolvimento capitalista insuficiente, há uma parcela da população excluída do mercado de trabalho e que, portanto, não possui renda suficiente para acessar bens de consumo, justamente por não conseguir vender sua força de trabalho. Para superar essa condição, segundo John Keynes, o Estado deveria intervir de duas maneiras: atender certas necessidades da população mais miserável e promover condições para a produção e para o consumo, como a contenção do desemprego e políticas de transferência de renda.

A concepção da pobreza resultante do keynesianismo avança por avaliar a pobreza como resultado transitório do sistema capitalista e não como consequência de hábitos individuais, todavia essa perspectiva também considera a pobreza como um problema de redistribuição pertencente à esfera política, que não vê na economia, ou seja, na esfera da produção e na contradição entre capital e trabalho, a sua gênese. Dessa forma, tenta-se solucionar a questão da pobreza por meio de políticas sociais e pela viabilização ao acesso de bens e serviços à população. Portanto, não são contestadas a separação entre detentores e despossuídos dos meios de produção e tampouco a exploração do trabalho proletário por parte da burguesia como possíveis razões da pobreza no sistema capitalista.

O capitalismo neoliberal, mais uma vez, concebe o problema da miséria como individual, ao defender ações sociais estatais mínimas e insuficientes e transferir à sociedade

civil a responsabilidade de solucionar o pauperismo. A filantropia reassume o compromisso de intervir nesse problema e, assim, o chamado “terceiro setor”, a “responsabilidade social” empresarial e o voluntariado entram em cena substituindo os deveres do Estado como defensor dos direitos sociais.

O neoliberalismo também considera a pobreza como um problema de distribuição, mas de modo distinto da concepção keynesiana. Para os neoliberais, o Estado deveria se voltar ao equilíbrio fiscal e, ao invés de estimular o consumo, deve promover o investimento de capitais e garantir os lucros, especialmente em contextos de crise, como o presenciado na década de 1970. O problema da miséria então estaria, nesse sentido, relacionado ao déficit da oferta de bens e serviços, semelhante a um problema de escassez, em que seria necessário promover o desenvolvimento econômico, garantir os lucros da empresa e deixar de lado as ações voltadas para as questões sociais.

A ação neoliberal é constituída pelas ações estatais precárias no contexto dos direitos sociais, de teor focalizado e regionalizadas; pelas ações empreendidas por empresas privadas, que tornam os serviços sociais mercadorias a gerarem lucro; e pelo terceiro setor, que acaba por atender os casos não solucionados pelas instituições anteriores, por meio da filantropia. A partir disso, Carlos Montaña (2012, p. 277) traça um panorama:

Assim, a atual estratégia neoliberal de “enfrentamento” da pobreza é diferente da concepção liberal clássica (até o século XVIII — onde se pensa a causa da miséria como um problema de carência, respondendo a ela com a organização da filantropia), é distinta da perspectiva pós-1835 (século XIX — que, a partir da constituição do proletariado como sujeito e de suas lutas desenvolvidas particularmente entre 1830-48, pensa o pauperismo como mendicância e como crime, tratando assim dela com repressão e reclusão), é diferente da orientação keynesiana (século XX até a crise de 1973 — que considera a “questão social” como um “mal necessário”, produzido pelo desenvolvimento social e econômico (ou como um insuficiente desenvolvimento), internalizando a “questão social” e tratando-a sistematicamente mediante as políticas sociais estatais, como direitos, por meio do fornecimento de bens e serviços).

Carlos Montaña (2012) questiona a razão pela qual a pobreza é pensada a partir da sociedade capitalista, visto que em modos de produção anteriores, que também eram divididos em classes sociais, igualmente existia pobreza e desigualdade. A resposta para essa pergunta reside no fato de que, em modos de produção anteriores, quando a produtividade não era abundante e havia maior escassez, a desigualdade entre as classes e a distribuição desigual dos recursos permitia que a riqueza acumulada por poucos indivíduos se convertesse em investimento. Em outras palavras, o excedente de produção acumulado pela classe

economicamente dominante permitia, nesse contexto, o desenvolvimento das forças produtivas. Inclusive, para os próprios liberais, em contextos de escassez a desigualdade é, de fato, fundamental para o avanço das forças produtivas.

Por outro lado, em sociedades onde a produção é abundante, como no capitalismo monopolista, a desigualdade social é, na realidade, consequência do desenvolvimento das forças produtivas. Neste caso, a desigualdade é fruto da articulação entre acumulação e empobrecimento, mesmo que, a exemplo do capitalismo atual, os recursos sejam abundantes (NETTO, 2001 apud MONTAÑO, 2012). Desse modo, a pauperização é um efeito da acumulação privada do capital, que acontece por meio da exploração da mais-valia, “na relação entre capital e trabalho, entre donos dos meios de produção e donos de mera força de trabalho, exploradores e explorados, produtores diretos de riqueza e usurpadores do trabalho alheio” (MONTAÑO, 2012, p. 279).

No capitalismo, o próprio desenvolvimento leva à desigualdade, de maneira que, conforme as forças produtivas se desenvolvem, a acumulação ampliada de capital aumenta e, por consequência, a pobreza. Não é a escassez que promove a miséria, mas a própria abundância, concentrada em uma pequena parcela da sociedade, a qual é justamente a responsável por apropriar-se da riqueza produzida pela massa trabalhadora. Conforme afirma Karl Marx (1980, I, p. 747 apud MONTAÑO, 2012),

quanto maior a potência de acumular riqueza, maior a magnitude do exército industrial de reserva. E quanto maior esse exército industrial de reserva em relação ao exército ativo, tanto maior a massa da superpopulação. E quanto maior essa massa [...] tanto maior o pauperismo.

Portanto, a pobreza não é um fenômeno causado pela má distribuição no mercado, mas sua gênese está no lugar que os indivíduos ocupam no processo produtivo. De maneira mais clara, a essência da pobreza no sistema capitalista está no âmbito da produção e não no da circulação, como aparenta ser em algumas das perspectivas burguesas anteriormente apresentadas.

As crises do capital são intrínsecas ao sistema e, mais do que isso, são estruturais e necessárias ao desenvolvimento capitalista - elas não são transitórias e acontecem periodicamente. Para Marx (1980, I apud MONTAÑO, 2012) na medida em que a indústria expande, há uma tendência de diminuição da taxa de lucro causada basicamente pelo desenvolvimento da tecnologia que passa a substituir os trabalhadores, ou seja, pelo aumento do uso dos meios de produção que substituem a força de trabalho.

Esse aumento da desproporção entre capital variável e capital constante leva ao aumento do exército industrial de reserva, que, por não conseguir vender sua força de trabalho, para de consumir bens e serviços. Assim, as mercadorias disponíveis no mercado não realizam o seu valor e a reprodução ampliada do capital entra em declínio: a crise do sistema capitalista se manifesta nesse momento.

Ou seja, com o aumento do número de trabalhadores excluídos da esfera da produção ao serem substituídos pela tecnologia, as mercadorias produzidas pela indústria não conseguem ser vendidas na esfera da circulação e os lucros esperados pelos donos dos meios de produção não são atingidos. Portanto, a mais-valia não se realiza, o que com faz o ciclo do capital (D-M-D') se interrompa e leve às crises:

o enorme poder de expansão [...] do sistema fabril e sua dependência do mercado mundial geram necessariamente uma produção em ritmo febril, seguida de abarrotamento dos mercados que, ao se contraírem, ocasionam um estado de paralisação. A vida da indústria se converte numa sequência de períodos de atividade moderada, prosperidade, superprodução, crise e estagnação (MARX, 1980, I, p. 518 apud MONTAÑO, 2012, p. 282)

Resumidamente, nas palavras de Carlos Montaña (2012, p. 282):

Daí decorre que: a) diminuirá a procura daquelas mercadorias; b) cairão os preços das mesmas; c) aumentará o desemprego; d) parte do capital antes destinada à produção de meios de subsistência passará a se reproduzir de outra forma (particularmente na atividade financeira); e) os trabalhadores empregados nessas áreas da produção ficarão privados de parte de seus salários .

A partir de então, surgem as crises cíclicas de superprodução e superacumulação. As crises de superprodução são causadas pelo desequilíbrio entre uma produção maior que a capacidade da sociedade de comprar essas mercadorias, a preços que cumpram as expectativas de lucros. Isto é, as crises de superprodução são, basicamente, a paralisação da reprodução ampliada do capital, provocada pela queda tendencial da taxa de lucro, a qual motiva tanto a redução dos investimentos quanto do nível de emprego. Em contrapartida, a crise de superacumulação é o período em que há excesso de capital advindo dos lucros, de modo que ele não é reinvestido, mas acumulado, e, dessa maneira, o dinheiro não retorna ao ciclo do capital.

Se as crises dos modos de produção que antecederam o capitalismo aconteciam devido à escassez, no capitalismo essas crises ocorrem devido à abundância de produção, em que há um excedente de mercadorias que não conseguem ser consumidas, devido à alta produção e reduzido poder de compra dos trabalhadores: “É porque os produtos são invendáveis que a

atividade econômica baixa e não porque fisicamente escasseiem” (Mandel, 1980, p. 229 apud MONTAÑO, 2012). Dessa forma, é evidente que a pobreza não pode ser superada dentro do sistema capitalista e que tampouco a sua expansão levaria à abolição da miséria.

A pauperização, relativa e absoluta, é o par dialético da acumulação capitalista e a crise é o par dialético do crescimento capitalista. De maneira que não é possível haver uma real diminuição da pobreza sem prejudicar o processo de acumulação capitalista e, ainda, não seria viável uma expansão do capital sem as suas crises estruturantes.

Para István Mészáros (2009), a crise do sistema sociometabólico do capital também é estrutural, e, mais ainda, é irremediável. A crise que o capital enfrenta não é somente uma crise política, “mas trata-se da crise estrutural geral das instituições capitalistas de controle social na sua totalidade” (MÉSZÁROS, 2009, p. 65). Ricardo Antunes (2009, p. 11) argumenta em convergência com a tese de Mészáros sobre a crise estrutural do capital:

Sua aguda investigação, debruçando-se ao longo de todo o século XX, o leva a constatar que o sistema de capital, por *não ter limites para a sua expansão*, acaba por converter-se numa processualidade *incontrolável* e profundamente *destrutiva*. [...] quando tudo passa a ser controlado pela lógica da valorização do capital, sem que se leve em conta os imperativos humano-sociais vitais -, a produção e o consumo supérfluos acabam gerando a corrosão do trabalho, com a sua consequente precarização e o desemprego estrutural, além de impulsionar uma destruição da natureza em escala global jamais vista anteriormente. *Expansionista* na busca crescente e desmedida de mais-valor, *destrutivo* na sua processualidade pautada pela superfluidade e descartabilidade, o sistema de capital torna-se, no limite, *incontrolável*. Tudo isso, aqui resumido de modo breve, faz com que, depois de um longo período dominado pelos ciclos, ele venha assumindo - segundo a formulação de István Mészáros - a forma de uma crise *endêmica, cumulativa, crônica e permanente*, o que recoloca como imperativo vital de nossos dias, dado o espectro de destruição global, a busca de uma alternativa societal visando a construção de um novo *modo de produção* e de um novo *modo de vida* cabal e frontalmente contrário à lógica destrutiva do capital hoje dominante. (ANTUNES, 2009, p. 12, grifos do autor).

István Mészáros (2006) percebe que, findados os 25 anos de expansão do capitalismo após a Segunda Guerra mundial, a crise estrutural do capital começa a dar os seus sinais. A ascensão do desemprego e a flexibilização do trabalho são alguns deles, os quais também explicam a precarização trabalhista e, ainda, o empobrecimento da população. O desemprego atinge, desde esse período, tanto os trabalhadores qualificados quanto os não qualificados e

alcança níveis tão drásticos nos mais diversos países capitalistas ao redor do mundo que Mészáros (2006) o considera globalizado⁷.

O grande desemprego estrutural resultante da crise da década de 1970 é um fator que muito contribui para a generalização da pobreza e é nesse contexto que o neoliberalismo ganha forças. Essa discussão será aprofundada nos capítulos a seguir.

⁷ A globalização, para Mészáros (2006), é, na verdade, a expansão brutal do capital, que descarta grande parte das pessoas do processo produtivo, levando-as a integrar o exército industrial de reserva.

2 NEOLIBERALISMO

2.1 A Doutrina Neoliberal

Perry Anderson (1995) afirma que o neoliberalismo surgiu no pós-segunda Guerra Mundial, na Europa com a obra “O caminho da servidão” de Friedrich Hayek, em 1944 e, de acordo com Leda Maria Paulani (2006), a história teórica do neoliberalismo está amplamente relacionada a esse autor, que nasceu na Áustria, logo no final do século XIX. A sua obra principal, “O caminho da servidão”, era uma reação à intervenção estatal, que, para Hayek, restringia a liberdade econômica e política por meio das limitações impostas ao mercado. Segundo Friedrich Hayek, a social-democracia poderia conduzir a catástrofes semelhantes ao nazismo alemão, ou seja, a uma servidão moderna (ANDERSON, 1995).

Hayek se dedicou, entre seus estudos da teoria monetária e dos ciclos, à ideia de equilíbrio, ou seja, a análise da oferta e da demanda e a concepção de que, sem intervenções,

os agentes econômicos conseguem, por meio dos sinais emitidos pelo sistema de preços, chegar a um estado em que não se verifica excesso de demanda em nenhum mercado (o excesso de oferta é entendido como um excesso de demanda negativo) e, portanto, a um estado em que todos os planos de venda e de compra são realizados com sucesso. (PAULANI, 2006, p. 69)

Conforme Leda Paulani (2006), em um momento anterior ao próprio neoliberalismo, a teoria neoclássica defendia a ideia do mercado como algo virtuoso, com o economista inglês Alfred Marshall, no início do século XX, que tem como fundamento o conceito *Homo economicus* - em outras palavras, o homem econômico racional. Essa teoria pretendeu substituir a teoria do valor-trabalho, a qual caracteriza a ciência econômica no período que ela era conhecida como economia política, com autores como Adam Smith, David Ricardo e Karl Marx, nos séculos XVIII e XIX, pela teoria do valor-utilidade. Hayek foi defensor dessa teoria até a década de 1930, quando escreveu um texto chamado “*Economics and knowledge*”, onde faz uma grande crítica à teoria neoclássica e à sua ideia de indivíduo. De forma resumida, segundo Leda Paulani (2006), o autor afirmaria que,

ao tomar o indivíduo e seu comportamento como dados a priori, a teoria neoclássica dá por resolvido aquilo que deveria resolver. O equilíbrio que aparece como resultado de seu desenvolvimento está na realidade hipostasiado e, com isso, a teoria neoclássica, que deveria funcionar como a prova “científica” de que a sociedade de mercado consegue produzir o ótimo social, não consegue cumprir esse papel (PAULANI, 2006, p. 69).

Em um momento posterior de sua vida, Hayek foi convidado a assumir uma cadeirana *London School of Economics*, o que o fez ingressar na comunidade intelectual inglesa. Contudo, assim que chegou, envolveu-se em uma polêmica com o economista John Maynard Keynes e com seus discípulos, o que perdurou para além da morte de Keynes. Diferente do que pregava Hayek, para Keynes, o mercado, se deixado a si mesmo, levaria a péssimas condições sociais, pois, por si só, o mercado não seria capaz de sair dos problemas que seu próprio funcionamento produzia e, dessa maneira, levaria ao trabalho abaixo do nível de pleno emprego, à recessão, ao desemprego e à miséria (PAULANI, 2006).

Ao final da Segunda Guerra, o capitalismo se alinhava às regulações extranacionais, com grande intervenção estatal e concessões aos trabalhadores, para evitar que acontecessem novamente conflitos bélicos causados por questões econômicas e crises como a de 1929 e, ainda, para enfrentar a concorrência ideológica frente ao socialismo. Então, o acordo de Bretton Woods, o Estado de bem-estar social e o keynesiano foram a consumação desse modelo capitalista que desagradava Hayek (PAULANI, 2006).

Por conta disso, em 1947, Hayek convocou os principais expoentes do pensamento conservador da época - como Lionel Robbins, Karl Popper, von Mises e Milton Friedman, entre alguns outros - a uma reunião na Suíça, na cidade de *Mont Pèlerin* - e assim funda-se a “Sociedade de *Mont Pèlerin*”. A partir de então, haviam reuniões de dois em dois anos, com o objetivo de combater o keynesianismo, justamente em um período de grande crescimento econômico proporcionado pela implementação, em alguns países, das próprias ideias keynesianas (ANDERSON, 1995).

Para Hayek e os seus demais seguidores da Sociedade de *Mont Pèlerin*, a estratégia não seria aprimorar uma teoria econômica capaz de demonstrar a superioridade do mercado e da sociedade que ele formava, pois a teoria neoclássica, que seria o paradigma mais apropriado entre os demais, foi metodologicamente criticada pelo próprio Hayek⁸. Essa é uma das principais razões pelas quais essa recriação do liberalismo nasceu mais como doutrina do que como ciência, uma vez que apenas tratou-se de afirmar a crença no mercado e crer nas suas virtudes sem iguais. Ou seja, se não havia uma teoria econômica apropriada para encarregar-se da justificativa ideológica de forma científica, o que se fez foi apenas reafirmar a confiança no mercado e em suas “inigualáveis virtudes”. A partir disso, para esses estudiosos, era necessário uma série de medidas, como

⁸ Segundo Paulani (2006), Friedrich Hayek, ao escrever *Economics and knowledge* em 1936, rompe com a teoria neoclássica da qual era seguidor anteriormente ao fazer uma profunda crítica da sua ideia de indivíduo.

limitar o tamanho do Estado ao mínimo necessário para garantir as regras do jogo capitalista, evitando regulações desnecessárias; segurar com mão de ferro os gastos do Estado, aumentando seu controle e impedindo problemas inflacionários; privatizar todas as empresas estatais porventura existentes, impedindo o Estado de desempenhar o papel de produtor, por mais que se considerasse essencial e/ou estratégico um determinado setor; e abrir completamente a economia, produzindo a concorrência necessária para que os produtores internos ganhassem em eficiência e competitividade. (PAULANI, 2006, p. 71)

2.2 A crise do Estado de bem-estar social

A crise econômica de 1973 foi um marco a partir do qual é possível perceber diversas transformações. Ela provocou grandes mudanças políticas, sociais e econômicas e, entre essas, é possível assinalar algumas, tais como o questionamento do modelo keynesiano vigente nos países não-socialistas desenvolvidos, a reestruturação produtiva e a emergência do neoliberalismo como novo paradigma econômico.

O grande crescimento ao longo dos vinte anos após a Segunda Guerra Mundial, responsável pela reconstrução da Europa e da Ásia e pela industrialização latino-americana não conseguiu continuar na mesma intensidade e, logo nos anos 1960, a perspectiva de prosseguimento do processo de acumulação visto outrora comprometeu-se. Dessa maneira, os capitais das multinacionais começaram a buscar novas formas de valorização. Esses capitais, principalmente estadunidenses, criaram um movimento que buscava exclusivamente a valorização financeira, sem qualquer controle estatal (PAULANI, 2006).

O período de quase 30 anos que se seguiu após a Segunda Guerra havia ficado conhecido como os “anos dourados do capitalismo”, quando a economia cresceu aceleradamente, com baixo desemprego e inflação. Na década de 1970, com as duas crises do petróleo, em 1973 e 1979, as crises fiscais dos Estados centrais e o retorno à inflação, esses anos de prosperidade têm seu fim⁹ (PAULANI, 2006). A nova fase que surge desde então é marcada pela

exacerbação da valorização financeira, pela retomada da força do dólar americano como meio internacional de pagamento, pela intensificação, em escala ainda não vista, do processo de centralização de capitais e pela eclosão da terceira revolução industrial, com o surgimento da chamada ‘nova economia’. (PAULANI, 2006, p. 83).

⁹ Claudia Chueri Kodja (2009, p.48) oferece alguns dados relevantes sobre o período em questão, referentes ao preço do petróleo e aos índices inflacionários. Em 1970, o petróleo saudita é fixado a US\$ 1,80 o barril; em 1974 o preço do petróleo passa para US\$ 10; em 1979, para US\$ 20; e, no final de 1981, chega a US\$ 39. Por outro lado, os índices de inflação nos Estados Unidos atingem os percentuais de 11,35% em 1979, 13,5% em 1980 e 10,32% em 1981.

De acordo Eric Hobsbawm (1995) as lembranças da Grande Depressão de 1929 fizeram aflorar certa resistência em assumir que o que acontecia não era apenas uma recessão, todavia assemelhava-se mais, para o autor, a uma depressão cíclica¹⁰. Os problemas que assolaram os países capitalistas no período entreguerras, como altos níveis de desemprego, pobreza e instabilidade reapareceram. No entanto, os programas políticos da década de 1970 baseavam-se na presunção de que a crise era temporária e que a prosperidade econômica logo retornaria com medidas keynesianas.

No pós-guerra, nos anos de expansão econômica, o crescimento interno dos Estados Unidos estimulou o crescimento capitalista mundial e foi a atmosfera de Guerra Fria e a efetivação das ideias de Keynes fatores determinantes para tanto. Assim, no cenário de crise que se esboçava, os Estados Unidos aprofundaram as políticas expansivas frente à diminuição das margens de lucro e ao crescimento da inflação, pois o país deveria conseguir manter seu poder hegemônico (PAULANI, 2006).

Os defensores do Estado de bem-estar, ou da Era de Ouro, como chama Hobsbawm, nesse momento de crise se encontravam em um impasse, pois as demandas do capital por aumento de lucros esbarravam nos interesses do trabalho, em que as demandas de um não poderiam ser resolvidas sem interferir nos interesses do outro. Os anos posteriores à crise foram marcados pela grande instabilidade. Nas Décadas da Crise o capitalismo se tornou incontrolável e não se sabia como lidar com a economia mundial. Nas Décadas de Ouro, as políticas estatais eram responsáveis por essa regulamentação, o que deixou de ser possível. Portanto, isso levou a uma crise do poder econômico dos Estados (HOBSBAWM, 1995).

Entre tantas transformações, a revolução tecnológica, a globalização, a maior agilidade em comunicação e transporte, bem como a crise econômica do sistema capitalista na década de 1970 fizeram com que os estoques se tornassem cada vez menores, com uma produção mais versátil para atender às exigências de mudanças do mercado, em formato *just in time*¹¹. Ou seja, era a substituição do modelo fordista pelo toyotista, a reestruturação produtiva.

Se na Era de Ouro, como chama Hobsbawm (1995) o período compreendido entre o final da Segunda Guerra Mundial e a crise da década de 1970, a expansão da indústria criou empregos mais ou menos suficientes para substituir os empregos perdidos em decorrência do

¹⁰ Segundo István Mészáros (2009), mais do que apenas uma crise cíclica, o que se vislumbra é uma crise estrutural do capital, que desde o final da década de 1960 mostra não apenas os seus sintomas, como também a insustentabilidade do sistema sociometabólico do capital. Essa discussão será retomada adiante.

¹¹ Do inglês, significa “na hora certa”. Representa a produção por demanda com a finalidade de reduzir os estoques.

desenvolvimento tecnológico, nas Décadas de Crise até mesmo os setores em expansão prescindiam de força de trabalho. É o que Marx já havia analisado, no século XIX, no terceiro livro d'O Capital, quando explica a lei tendencial da queda da taxa de lucro¹² e de como há uma tendência no sistema capitalista de substituir capital variável por capital constante, o que geraria, a longo prazo, um aumento considerável do exército industrial de reserva e uma queda na taxa de lucro.

Dessa maneira, a tendência da industrialização foi a substituição do trabalho humano por máquinas, pois essas poderiam aumentar a produtividade e, assim, enfraquecer a concorrência e promover ainda mais a centralização e concentração de capital:

O número de trabalhadores diminuiu relativamente, absolutamente e, em qualquer caso, rapidamente. O crescente desemprego dessas décadas não foi simplesmente cíclico, mas estrutural. Os empregos perdidos nos maus tempos não retornariam quando os tempos melhoravam: não voltariam jamais. [...] Mesmo barato como é o trabalho no Brasil, em comparação com Detroit e Wolfsburg, a indústria automobilística em São Paulo enfrentava os mesmos problemas de crescente redundância de trabalho causada pela mecanização que em Michigan e na Baixa Saxônia, ou assim disseram ao autor líderes sindicais em 1992. (HOBSBAWM, 1995, p. 403).

O campesinato, por exemplo, tornou-se dispensável com a revolução agrícola, mas, em períodos anteriores, era absorvido em outros nichos de trabalho. Hobsbawm (1995) então questiona o que poderia acontecer a esses trabalhadores caso se tornassem desnecessários: embora alguns pudessem se reinserir no mercado de trabalho em empregos com maior qualificação exigidos pelo desenvolvimento tecnológico, não existiria empregos para todos. Nos países de capitalismo avançado, a massa de trabalhadores desempregada pôde recorrer, nessas circunstâncias, ao sistema previdenciário; entretanto, nos países mais pobres, ela recaiu à economia informal, em que “homens, mulheres e crianças viviam, ninguém sabe exatamente como, por meio de uma combinação de pequenos empregos, serviços, expedientes, compra, venda e roubo.” (HOBSBAWM, 1995, p. 405).

¹² A lei tendencial da queda da taxa de lucro se relaciona à lei geral da acumulação capitalista do livro I d'O Capital, que explica o aumento da desproporção entre capital constante e capital variável. Segundo essa lei, há uma queda tendencial da taxa de mais-valia, causada pelo fato de que, conforme o capitalismo se desenvolve e a competição entre os capitalistas se acirra, é necessário investir em meios de produção para que, dessa maneira, haja aumento da produtividade. Todavia, para Marx, a força de trabalho é a mercadoria que tem como valor de uso a criação de valor, enquanto os meios de produção não geram valor novo, mas apenas transferem seu próprio valor às mercadorias. Portanto, com a diminuição do uso de capital variável, que gera valor, há uma queda da taxa de lucros porque há uma queda na taxa de mais-valia, uma vez que, para Marx, o lucro é uma parte da mais-valia.

Consequentemente, os partidos trabalhistas sofreram grandes transformações e foram eles os mais prejudicados, devido ao fato de que as agendas sociais e intervencionistas perderam força e a classe trabalhadora, sua principal aliada, estava enfraquecida. Desde os anos 1970 os partidos de esquerda foram substituídos por movimentos mais específicos, os “novos movimentos sociais”, tais como o movimento feminista ou aqueles em defesa do meio ambiente, entre outros. Por outro lado, também surgiu uma certa rejeição à velha política, onde demagogias populistas, lideranças personalistas e xenofobia ganharam espaço (HOBSBAWM, 1995).

De maneira análoga ao que Natalia Scartezini (2013) propõe, para além de um contraponto direto às políticas keynesianas, o neoliberalismo deve ser analisado a partir de uma análise mais abrangente do sistema capitalista. Conforme István Mészáros (2009 apud SCARTEZINI, 2013, p. 23), entre as diversas crises cíclicas do capital, a que surge nos anos 1970 e 1980 distingue-se das anteriores por representar o início de uma crise estrutural do capital, que manifestou seus primeiros sinais por meio do declínio do sistema keynesiano. O neoliberalismo, por sua vez, para além de uma resposta ao keynesianismo, é uma das primeiras soluções sistematicamente oferecidas pelas classes burguesas como forma de frear a crise estrutural do capital, o que para Mészáros é irremediável (SCARTEZINI, 2013, p. 23).

Assim mais do que um novo ciclo de recessão, István Mészáros (2009) entende que o capitalismo entrou, após passar pela era dos ciclos, em uma nova e inédita fase: a crise estrutural. De maneira adversa ao que ocorria antes com os ciclos de expansão que moldaram o capitalismo ao longo de sua história, desde o final da década de 1960 e início dos anos 1970, a crise estrutural é “longeva e duradoura, sistêmica e estrutural” (ANTUNES, 2009, p.10).

De acordo com a visão de Mészáros, os mecanismos de superação das crises pelos Estados dos países capitalistas centrais tornaram-se cada vez mais frequentes e, ao mesmo tempo, insuficientes. Em contrapartida, a nova crise que se presencia não possui intervalos entre ciclos de expansão e retração, mas recessões cada vez mais contínuas. Mészáros também argumenta - e Antunes (2009) destaca essa tese como uma das características centrais da crise estrutural do capital - que o capital não consegue mais se desenvolver sem valer-se da taxa de utilização decrescente do valor de uso das mercadorias. Isso acontece porque o capital subordina o valor de uso ao valor de troca, de maneira que uma mercadoria, no limite, pode chegar a não ter seu valor de uso realizado e, mesmo assim, servir de grande utilidade ao capital.

Ao passo que a tendência decrescente do valor de uso diminui o tempo de vida útil das mercadorias, essa condição se torna uma das grandes fontes pela qual o capital realiza seu processo de acumulação. Isso resulta em consequências amplamente destrutivas, entre elas é

possível citar a precarização estrutural do trabalho e a destruição da natureza. O capital instaurou, assim, “um sistema voltado para a sua autovalorização, *que independe das reais necessidades auto-reprodutivas da humanidade*” (ANTUNES, 2009, p. 16, grifos do autor).

2.3. A emergência do neoliberalismo

Após a crise dos anos 1970, desencadeada pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep), o mundo enfrentou uma grande recessão. Com o período de grande instabilidade no sistema monetário internacional que desponta-se a partir de então, o neoliberalismo é o discurso que mais se adequa à nova fase do capitalismo (PAULANI, 2006).

A alternativa para superar a crise, então, era a propaganda por alguns teóricos neoliberais, como o já citado Friedrich von Hayek e Milton Friedman. Antes mesmo da crise, esse grupo criticava as medidas de intervenção keynesianas e o pleno emprego e, com a debilidade das políticas de intervenção estatal no pós-1973, essas ideias vislumbraram um campo para se consolidarem (HOBSBAWM, 1995).

Os argumentos neoliberais no período de Estado de bem-estar, a respeito da desregulação estatal, pareciam inviáveis. Para esses autores, a desigualdade era essencial e a igualdade promovida pelo Estado de bem-estar destruía a liberdade e a concorrência, condições fundamentais para a prosperidade de todos. Contudo, com a crise do modelo econômico vigente no pós-guerra, em 1973, essas ideias ganharam espaço. Para Hayek, a origem da crise estava nos sindicatos e nas pressões reivindicatórias dos movimentos operários, que atrapalharam a acumulação capitalista e mantinham uma pressão parasitária frente ao Estado com relação aos gastos sociais (ANDERSON, 1995).

Assim, para contornar a crise, seria necessária uma série de medidas, como limitar o poder dos sindicatos, manter uma maior estabilidade monetária por meio da disciplina orçamentária e pela contenção de gastos sociais, restabelecimento de uma certa taxa de desemprego e reformas fiscais. Ou seja, seria necessário, dessa forma, criar um exército de reserva para conter os sindicatos e reduzir impostos sobre os rendimentos mais altos. Para esses teóricos, um nível “natural” de desigualdade iria dinamizar a economia e isso faria com que o crescimento voltasse a acontecer (ANDERSON, 1995).

Conter os gastos do Estado frente à inflação e à crise que atingia o equilíbrio fiscal parecia a alternativa viável naquele momento e, dessa forma, o keynesianismo, que pressupõe gastos públicos, ficava fora de horizonte. Uma das consequências foi a privatização de empresas estatais, uma vez que as regulamentações do Estado deveriam ser reduzidas ao

mínimo possível, para que a concorrência pudesse, assim, levar à recuperação dos lucros. Essa crise que então diminuía as margens de lucro seria amenizada com a flexibilização da força de trabalho, pois os custos das garantias sociais tornavam-se inconcebíveis (PAULANI, 2006). Essa nova orientação se preocupa em manter um ambiente institucional favorável aos negócios,

como se a disposição capitalista de investir dependesse apenas do *animal spirit* empresarial e não tivesse nada que ver com as expectativas em torno do comportamento da procura agregada, ou seja, das perspectivas de realização daquilo que Marx chamou de ‘o salto mortal das mercadorias’ (venda dos produtos). (PAULANI, 2006, p. 77)

Em um cenário de acumulação do capital financeiro, é interessante o controle excessivo dos gastos do Estado em prol da eficiência e da austeridade e, dessa forma, administra-se o Estado como se ele fosse um negócio. E, de fato, a atuação do Estado se volta aos interesses de uma parcela específica, cujos negócios dependem da atuação estatal (PAULANI, 2006).

Uma das questões centrais do neoliberalismo é o combate ao socialismo, uma vez que, para Hayek, ele é o ápice da servidão humana - essa questão foi um grande atrativo para os países capitalistas avançados. Ao final da década de 1970, o programa neoliberal começou a ser aplicado nos países capitalistas desenvolvidos. Começou com Margaret Thatcher, na Inglaterra, em 1979, depois nos Estados Unidos, em 1980, com Ronald Reagan e, enfim, se expandiu para a Europa Ocidental consecutivamente (ANDERSON, 1995). Entre os governos neoliberais, o da Inglaterra foi o mais fiel aos preceitos desse modelo econômico:

Os governos Thatcher contraíram a emissão monetária, elevaram as taxas de juros, baixaram drasticamente os impostos sobre os rendimentos altos, aboliram controles sobre os fluxos financeiros, criaram níveis de desemprego massivos, aplastaram greves, impuseram uma nova legislação anti-sindical e cortaram gastos sociais. E, finalmente – esta foi uma medida surpreendentemente tardia –, se lançaram num amplo programa de privatização, começando por habitação pública e passando em seguida a indústrias básicas como o aço, a eletricidade, o petróleo, o gás e a água. Esse pacote de medidas é o mais sistemático e ambicioso de todas as experiências neoliberais em países de capitalismo avançado. (ANDERSON, p. 03, 1995).

Nos Estados Unidos, por outro lado, onde não houve um Estado de bem-estar tal como o europeu, também não se seguiu a mesma disciplina orçamentária, em decorrência dos grandes gastos militares no contexto de Guerra Fria com a União Soviética. Todavia, Ronald Reagan reduziu impostos de forma a beneficiar os mais ricos e elevou taxas de juros. Reagan, mesmo adepto ao monetarismo e ao equilíbrio fiscal inspirado por Milton Friedman, usou métodos keynesianos para sair da crise, ao alcançar grandes déficits e aumentar os gastos com

armamentos (ANDERSON, 1995). Paradoxalmente, os governos mais empenhados em colocar o neoliberalismo em prática, o de Reagan e o de Thatcher, eram nacionalistas e protecionistas:

Na verdade, os regimes mais profundamente comprometidos com a economia de *laissez-faire* eram também às vezes, e notadamente no caso dos EUA de Reagan e da Grã-Bretanha de Thatcher, profunda e visceralmente nacionalistas e desconfiados do mundo externo. O historiador não pode deixar de notar que as duas atitudes são contraditórias (HOBSBAWM, 1995, p. 401).

É evidente, dessa maneira, que a simples suposição de que o mercado era eficaz e o governo ineficiente¹³ não era uma política econômica alternativa, uma vez que, nos Estados Unidos de Ronald Reagan, por exemplo, os gastos do governo equivaliam a aproximadamente 25% do Produto Interno Bruto (PIB). Grande parte dos governos neoliberais eram responsáveis pela condução de suas economias, mesmo que declarassem estar apenas estimulando o mercado. Os governos de Margaret Thatcher, por exemplo, taxavam ainda mais a população do que os governos trabalhistas anteriormente fizeram (HOBSBAWM, 1995).

Os países europeus, por sua vez, foram mais cautelosos na implantação do neoliberalismo, embora as novas políticas destoassem bastante com as da social-democracia. Alguns países, como a França, Portugal e Grécia eram, de início, contrapontos mais à esquerda a essas políticas, todavia seus projetos fracassaram em decorrência da pressão dos mercados financeiros internacionais em favor de também adotarem políticas neoliberais. O neoliberalismo se tornou ideologicamente hegemônico nos países de capitalismo central e ocidentais. Se, no começo, os governos de direita radical foram responsáveis por efetuar as políticas neoliberais, em seguida até mesmo governos intitulados de esquerda e social-democratas promoveram políticas neoliberais ao se elegerem. (ANDERSON, 1995).

Por meio de um balanço e em comparação com o cenário anterior, é possível perceber que, em alguns itens que se propôs, o neoliberalismo obteve sucesso, ou seja: deflação, aumento dos lucros, aumento do desemprego e diminuição dos salários. Entretanto, esses seriam meios de voltar ao crescimento econômico estável, fator que não se realizou. Mesmo que tenha existido recuperação dos lucros, não houve recuperação dos investimentos, uma vez que a desregulamentação financeira beneficiou a especulação em desvantagem da produção (ANDERSON, 1995).

O peso do Estado na economia não diminuiu durante os anos 1980, fato que se deu pelo aumento com gastos sociais relativos ao desemprego e aos gastos com aposentadoria, pelo aumento demográfico de aposentados. Em 1991 os países de capitalismo avançado entraram

¹³ “O governo não era a solução, mas o problema” (REAGAN apud HOBSBAWM 1995, p. 401).

em outra recessão, as suas dívidas públicas aumentaram consideravelmente, bem como o endividamento de famílias e empresas. Todavia, o neoliberalismo continuou forte na Europa e se expressou até mesmo nos partidos que se colocam como contraponto a ele (ANDERSON, 1995).

O neoliberalismo promoveu uma reorganização do Estado. Na Europa Ocidental, essa reorganização do aparelho do Estado foi um dos êxitos mais evidentes do neoliberalismo, o que também aconteceu em países social-democratas, como a Suécia, que imitou a reforma tatcheriana do Estado - em outras palavras, a reorganização do mercado interno, o sistema de vouchers, a descentralização orçamentária, entre outros empreendimentos (THERBORN, 1999, p. 137).

Um dos motivos pelo quais o neoliberalismo continua a perdurar como ideologia e/ou política de Estado é a queda da União Soviética, que representou uma vitória do capitalismo simbolizado por Reagan e Thatcher. Nesse momento surgiram alguns governantes de países pós-comunistas na Europa, seguidores de Hayek e Friedman, que realizam privatizações mais incisivas que as feitas anteriormente no Ocidente e aumentam de maneira abundante o grau de desigualdade em seus países. Nesse sentido, os neoliberais reformadores se mostraram ainda mais extremistas, tal como Vaclav Klaus, o primeiro ministro da República Tcheca. Uma reação da população desses países pós-comunistas ao neoliberalismo foi a eleição de partidos ex-comunistas. Contudo, para Perry Anderson (1995), suas políticas se assemelham muito às dos partidos neoliberais.

Embora a primeira experiência neoliberal tenha acontecido no Chile de Pinochet, que contava com a influência teórica de Friedman, quase dez anos antes de Thatcher, os efeitos da vitória neoliberal no leste europeu demoraram a ser sentidos na América Latina. O Chile, por sua vez, passou por uma forte desregulamentação, com aumento massivo do desemprego, repressão aos sindicatos, aumento da desigualdade social, privatizações e, ainda, aconteceu a abolição da democracia e instalação de uma ditadura. Conforme considerava o próprio Hayek, a liberdade e a democracia podiam tornar-se inconciliáveis, de forma que poderia-se abdicar da democracia em prol da liberdade de dispor do seu direito de propriedade da maneira que cada indivíduo pensasse ser necessária (ANDERSON, 1995).

A América Latina foi uma experiência piloto neoliberal, primeiro no Chile, que serviu de modelo para os países avançados do Ocidente e, depois, com a Bolívia, que serviu de modelo para os países euro-socialistas de um neoliberalismo “progressista”. Mas a virada neoliberal na América Latina se deu com a eleição de governantes neoliberais no México, na Argentina, no

Peru e na Venezuela, no final da década de 1980 e início da década de 1990, os quais se elegeram com propostas populares (ANDERSON, 1995).

No caso latino-americano, o feito monetarista e reorganizador das políticas neoliberais não solucionou os graves problemas econômicos e sociais. Até mesmo Sebastian Edwards, um ex-economista e chefe do Banco Mundial para a América Latina, admitiu em um artigo que as reformas neoliberais não conseguiram progredir praticamente nada no que tange o crescimento e à eliminação da pobreza (THERBORN, 1999, p. 137).

Alguns autores, como David Harvey (2004 apud PAULANI, 2006), afirmam que vivencia-se, atualmente, uma fase do capitalismo em que processos próprios à acumulação primitiva de capital estão bastante presentes, o que se deve ao fato de que, embora questões que marcaram os primórdios do capitalismo, como “fraude, roubo e todo tipo de violência” nunca tenham deixado de existir no capitalismo, eles se exacerbam em momentos de crise de sobreacumulação como verifica-se agora (PAULANI, 2006, p. 79). Dessa maneira, os problemas da sobreacumulação são solucionados pelo desbravamento de territórios que antes não estavam ao alcance do capital. Ou seja, é uma acumulação por espoliação¹⁴ em que o poder do Estado e o poder do dinheiro se aliam, seja de forma conveniente ou apenas por omissão. Leda Paulani (2006, p. 79) cita alguns exemplos desse processo:

Os ataques especulativos a moedas de países fracos, o crescimento da importância dos títulos de dívida pública em todos os países e as privatizações, que se generalizaram, estão dentre os mais importantes. Em todos eles, sem a participação do Estado, sem sua administração em benefício do Business, esse tipo de acumulação primitiva não existiria.

Ao invés de vislumbrar-se o acúmulo de recursos e a reprodução ampliada no setor público, o que acontece é a diminuição do tamanho do Estado, o esgotamento de seus recursos e a subtração do seu espaço econômico. Contudo, essas transformações não significam que o Estado tenha se tornado mais fraco, pois ele tem de ser, ao contrário, extremamente forte para poder conduzir os interesses de grupos específicos (PAULANI, 2006).

Para Leda Paulani (2006, p. 80), as transformações vislumbradas no setor produtivo estão intimamente relacionadas à dominação financeira do processo de acumulação. O toyotismo, uma nova maneira de organizar o processo produtivo, consegue aproveitar o valor da força de trabalho de uma forma que o taylorismo não foi capaz, porque usa a força de

¹⁴ David Harvey (2004, p. 109) utiliza o termo “acumulação por espoliação” para se referir à acumulação típica da etapa inicial do capitalismo, marcada pela fraude, depredação e violência que, no entanto, não ficou no passado, mas é um processo que permanece em curso.

trabalho em sua totalidade, ou seja, as habilidades físicas e mentais¹⁵. Ainda, economiza postos de gerência, já que os trabalhadores vigiam-se uns aos outros, o que também desmobiliza a sua união como classe (PAULANI, 2006).

O abandono do pleno emprego, que fragiliza os trabalhadores e os obriga a aceitarem péssimas condições de trabalho, foi um fator favorável a essa série de transformações. Assim, abre-se espaço para medidas como a terceirização, o contrato por tempo parcial e o trabalho de autônomos, por exemplo, que buscam repartir com os trabalhadores o risco capitalista¹⁶. Essas medidas possuem como objetivo diminuir os gastos com mão-de-obra e recuperar os lucros e, além delas, há a diminuição de estoques e o abandono da produção em massa. Essas transformações proporcionam maior flexibilidade produtiva para aproveitar-se ao máximo as oportunidades de acumulação. A nova etapa de acumulação típica da valorização financeira faz com que os grupos de capital dividam o risco capitalista com os trabalhadores, os trabalhadores autônomos ou contratados por projetos, com os consumidores e com o pequeno capital (PAULANI, 2006).

Harvey (2000 apud PAULANI, 2006), como outros autores, afirma que a nova fase do capitalismo é marcada pelo “regime de acumulação flexível”, a dominância do capital financeiro. Como previu Marx, nas crises se acentua a centralização do capital, pois os pequenos capitais são absorvidos pelos maiores - o que é evidenciado pelo maior processo de concentração de capital jamais visto na história capitalista, com diversos grupos econômicos já dominados em plano mundial por pouco mais que uma dezena de grupos empresariais¹⁷.

Como mostra Chesnais (1996 apud PAULANI, 2006), esses grupos, com a intensificação das fusões após a crise da década de 1970, se transnacionalizaram e, com isso, passaram a desfrutar de uma maior liberdade para suas decisões e puderam, dessa maneira,

¹⁵ Ludmila Costhek Abílio (2017) fala sobre a “uberização” do trabalho, uma condição de trabalho em que as empresas-aplicativo se colocam como mediadoras de oferta e procura de serviços, como as caronas da própria empresa Uber. O trabalhador se torna responsável pela sua produtividade e pelos custos, torna-se um auto-gerente, enquanto o aplicativo dita as regras a serem seguidas - cabe ao trabalhador aderir ou não usar o aplicativo. Uma consequência é a extrema desregulação do trabalho, em que a empresa não possui responsabilidades referentes aos trabalhadores, pois não há contratos.

¹⁶ A reforma trabalhista do Governo Temer, por exemplo, aprofundou a precarização do trabalho, com a prevalência de acordos coletivos entre patrão e empregado sobre a legislação; a não-obrigatoriedade sobre o imposto sindical; o aumento da jornada de trabalho de 8h a 12h; as férias parceladas em até três vezes; a permissão de que grávidas ou lactantes trabalhem em ambientes de baixa e média insalubridade; implementação do trabalho intermitente. Para Giovanni Alves (2017, p. 144), “O motor do crescimento da economia capitalista contido nas Reformas neoliberais de Temer é a espoliação de direitos como condição para o aumento da taxa de mais-valia visando restaurar a lucratividade no país”.

¹⁷ No Brasil, é possível mencionar o Grupo Kroton, o maior monopólio de educação privada do mundo; as empresas Unilever, Nestlé, P&G, Kraft e a Coca-Cola, por sua vez, correspondem até 70% das compras das famílias brasileiras do supermercado; além disso, mais de 70% do público nacional televisivo pertence à Globo, SBT, Band e Record.

estabelecer medidas como terceirizações, franquias e acordos empresariais em plano mundial. Com uma nova divisão internacional do trabalho, países como o Brasil, a partir das transformações industriais resultantes da nova fase do capitalismo, converteriam-se

num grande chão de fábrica nos moldes daqueles do período inicial da industrialização no centro do sistema, ou seja, com precaríssimas condições de trabalho, jornadas sem fim e uma massa de trabalho vivo sem a menor qualificação, no melhor estilo taylorista (PAULANI, 2006, p. 85).

2.4. O Consenso de Washington

Segundo Octavio Ianni (2004 apud SCARTEZINI, 2013, p. 21), as relações de trabalho nesse novo modelo capitalista, qual seja, o neoliberal, tornam-se mais fluidas e a exploração se intensifica, enquanto a produção de mercadorias se concentra nos países onde a força de trabalho é mais barata e as leis trabalhistas são mais flexíveis. As organizações tais como o FMI, o Bird, o Banco Mundial e a OMC tomam preeminência nas decisões políticas e econômicas dos países, particularmente no que diz respeito aos subdesenvolvidos “e se configuram como estruturas mundiais de poder que impõem aos Estados-Nação uma posição de meros aparelhos administrativos das políticas ditadas por estas estruturas” (SCARTEZINI, 2013, p. 22). As políticas neoliberais foram, para Natalia Scartezini (2013) mais do que incisivamente recomendadas aos países endividados, ou seja, impostas a regiões como a América Latina pelo Consenso de Washington.

A expressão “Consenso de Washington”¹⁸, ganhou força a partir da década de 1980 e diz respeito à visão existente não apenas em Washington, mas em diversos países desenvolvidos da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD) sobre os problemas latino-americanos e o meios de superá-los. O Consenso de Washington surgiu a partir da crise keynesiana e do fortalecimento de uma nova direita neoliberal, que contou, entre outras contribuições, com a escola austríaca de Friedrich Hayek e Ludwig von Mises e com os monetaristas, como Milton Friedman (BRESSER-PEREIRA, 1991, p. 05).

Essa perspectiva teórica também é compartilhada

pelas agências multilaterais em Washington, o Tesouro, o [Sistema de Reserva Federal dos Estados Unidos] FED e o Departamento de Estado dos Estados Unidos, os ministérios das finanças dos demais países do G-7 e os presidentes dos 20 maiores bancos internacionais constantemente ouvidos em Washington. Esta abordagem dominante em Washington exerce poderosa influência sobre os governos e as elites da América Latina.

¹⁸ Segundo Bresser-Pereira (1991, p. 05), definida por Williamson, “um proeminente economista do *Institute for International Economics*”.

Em 1990, a América Latina vivia, segundo Luiz Carlos Bresser-Pereira (1991, p. 04), uma grande crise onde, na média dos países, “prevalecem a paralisação, senão o retrocesso da renda por habitante e taxas de inflação muito elevadas”. Por esta razão, de acordo com Paulo Nogueira Batista (1994), no final de 1989, na cidade de Washington, nos Estados Unidos, o *Institute for International Economics* convocou funcionários do governo estadunidense e organizações como o FMI, o Bird e o Banco Mundial para tratarem sobre os problemas latino-americanos, sob o título "*Latin American Adjustment: How Much Has Happened?*"¹⁹. O objetivo era entender as experiências dos países da América Latina a partir do ajuste neoliberal, em uma reunião que tinha um caráter mais acadêmico do que deliberativo, mas que, ainda assim, foi bastante influente (BATISTA, 1994, p. 05).

Para Bresser-Pereira (1991), a origem da crise latino-americana conforme a abordagem de Washington se resume a duas razões principais, ou seja, no crescimento exacerbado tanto do Estado e de suas regulações quanto do número de empresas estatais, como também do protecionismo advindo do modelo de substituição de importações e, além disso, do populismo resultante da falta de controle do déficit público e da atenção às demandas salariais dos setores público e privado. Em outras palavras, a partir dessa abordagem, as reformas nos países da América Latina deveriam lograr o equilíbrio fiscal, a estabilização e suprimirem o populismo (BRESSER-PEREIRA, 1991).

Essas seriam medidas no curto prazo, mas as reformas a médio prazo seguem o que o chamado de *market oriented*, que é basicamente a diminuição do Estado, a liberalização do comércio internacional e o incentivo das exportações. Williamson (1990, p. 8-17), citado por Bresser-Pereira (1991), diz que o consenso de Washington consiste em 10 reformas:

- a) disciplina fiscal visando eliminar o déficit público; b) mudança das prioridades em relação às despesas públicas, eliminando subsídios e aumentando gastos com saúde e educação; c) reforma tributária, aumentando os impostos se isto for inevitável, mas “a base tributária deveria ser ampla e as taxas marginais deveriam ser moderadas”; d) as taxas de juros deveriam ser determinadas pelo mercado e positivas; e) a taxa de câmbio deveria ser também determinada pelo mercado, garantindo-se ao mesmo tempo em que fosse competitiva; f) o comércio deveria ser liberalizado e orientado para o exterior (não se atribui prioridade à liberalização dos fluxos de capitais); g) os investimentos diretos não deveriam sofrer restrições; h) as empresas públicas deveriam ser privatizadas; i) as atividades econômicas deveriam ser desreguladas; j) o direito de propriedade deve ser tornado mais seguro (BRESSER-PEREIRA, 1991, p. 06).

¹⁹ Do inglês, “O ajuste latino-americano: quanto tem acontecido?”.

A primeira metade dessas políticas pode se resumir à promoção da estabilidade econômica por meio do ajuste fiscal e a adesão de políticas econômicas em que o papel principal é representado pelo mercado. A segunda metade, por sua vez, reafirma o quanto papel do Estado deve ser drasticamente alterado. Dessa maneira, é possível perceber como essas reformas vão ao encontro do próprio diagnóstico de que a crise latino-americana advém da indisciplina fiscal e do estatismo, isto é, do populismo econômico e do protecionismo nacionalista. Em contrapartida, o Consenso de Washington não se dedica na mesma medida à questão da dívida externa, pois a crise da dívida, embora reconhecida, é considerada um problema superestimado (BRESSER-PEREIRA, 1991).

O'Connor (1973 apud BRESSER-PEREIRA, 1991) desenvolveu o conceito de crise fiscal do Estado para denominar a crise de desequilíbrio fiscal que se relaciona intimamente à incapacidade do Estado em atender ao interesses conflitantes de diferentes setores da economia, como as grandes empresas oligopolistas e os trabalhadores sindicalizados. Para o autor, a crise fiscal do Estado na América Latina é formada por cinco componentes:

- a) o déficit público; b) a poupança pública negativa ou muito pequena;
- c) uma dívida pública - externa e interna - excessivamente grande; d) a falta de crédito do Estado, expressa na sua incapacidade de constituir uma dívida pública interna voluntária ou no prazo excessivamente curto dessa dívida (o overnight); e e) a falta de credibilidade dos governos (que não deve ser confundida com a falta de crédito do Estado) (BRESSER-PEREIRA, 1991, p. 09).

Bresser-Pereira (1991) então atribui a crise fiscal latino-americana a duas razões principais que se resumem ao endividamento externo da década de 1970 e na demora em aderir a estratégias direcionadas a exportações em detrimento da substituição de importações. Essa abordagem não possui caráter histórico, pois não analisa a questão da intervenção do Estado e o populismo econômico historicamente, como se esses fatos sempre tivessem sido o cerne da crise latino-americana. E, em decorrência disso, a abordagem de Washington considera como suficiente “estabilizar a economia, liberalizá-la e privatizá-la, para que o país retome o desenvolvimento” (BRESSER-PEREIRA, 1991, p. 07). Contudo, isso não se comprova, visto que houve uma estagnação depois que as reformas foram implementadas, o que desafia o ponto de vista do Consenso de Washington.

O Consenso de Washington reafirmou a proposta neoliberal para a América Latina - que o governo estadunidense obstinadamente vinha recomendando nos anos precedentes como condição para conferir cooperação financeira externa. Para Batista (1994), o mérito do Consenso de Washington reside no fato de

que reúne, num conjunto integrado, elementos antes esparsos e oriundos de fontes diversas, às vezes diretamente do governo norteamericano, outras vezes de suas agências, do FMI ou do Banco Mundial. O ideário neoliberal já havia sido contudo, apresentado de forma global pela entidade patrocinadora da reunião de Washington - o *Institute for International Economics* - numa publicação intitulada *Towards Economic Growth in Latin America*²⁰, de cuja elaboração participou, entre outros, Mário Henrique Simonsen (BATISTA, 1994, p. 06).

O ideário neoliberal enfatizado pelo Consenso de Washington, que na realidade já vinha sendo propagado desde o início do governo Reagan nos Estados Unidos, influenciou diversos segmentos das elites e começou a ser visto como um sinônimo de modernidade. Mesmo no Brasil, ainda em 1990, há o exemplo de um documento publicado pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) intitulado "Livre para crescer - Proposta para um Brasil moderno" em que há a sugestão de adesão a uma agenda de reformas bastante semelhante àquela firmada no Consenso de Washington (BATISTA, 1994).

A FIESP vai além ao incorporar um elemento que o Consenso de Washington não salientou, mas que, de acordo com Batista (1994), estava evidente em um documento chamado "*Trade Policy in Brazil: the Case for Reform*"²¹, do Banco Mundial:

Aí se recomendava que a inserção internacional de nosso país fosse feita pela revalorização da agricultura de exportação. Vale dizer, o órgão máximo da indústria paulista endossa, sem ressalvas, uma sugestão de volta ao passado, de inversão do processo nacional de industrialização, como se a vocação do Brasil, às vésperas do século XXI, pudesse voltar a ser a de exportador de produtos primários, como o foi até 1950. Uma área em que os preços são cadentes - são hoje, em termos reais, 40% em média inferiores aos de 1970 - em virtude do notável volume de subsídios concedidos a seus produtores agrícolas pelos países desenvolvidos, da ordem de US\$ 150 bilhões de dólares por ano, e da revolução no setor de materiais que vem reduzindo substancialmente o uso de matérias-primas naturais por unidade de produto obtido (BATISTA, 1994, p. 06).

Para Batista (1994), a impressão é a de que, ironicamente, as classes dirigentes da América Latina pareciam ter se dado conta, de uma hora para a outra, de que a crise que perdura na região não possuía raízes externas, ou seja, causada pela "alta dos preços do petróleo, a alta das taxas internacionais de juros, a deterioração dos termos de intercâmbio", mas é resultado de políticas nacionalistas empreendidas pelos governos (BATISTA, 1994, p. 07). Por consequência, a solução que despontava era a implantação das reformas neoliberais, consideradas como uma saída modernizante.

²⁰ Do inglês, "Rumo ao crescimento econômico na América Latina".

²¹ Do inglês, "Política Comercial no Brasil: o caso da reforma".

2. 5. O projeto neoliberal brasileiro

O neoliberalismo é, segundo Luiz Filgueiras (2006, p. 179), uma “doutrina político-econômica mais geral”, que foi pensada por autores como Friedman e Hayek, enquanto o projeto neoliberal se relaciona a como essa doutrina foi aplicada no Brasil, como ela se expressou em um “programa político-econômico específico no Brasil, como resultado das disputas entre as distintas frações de classes da burguesia e entre estas e as classes trabalhadoras”. O projeto neoliberal para o Brasil não era algo que existia de maneira acabada e prévia, mas foi se constituindo a partir de sua própria implementação, a partir do resultado das disputas políticas entre as diversas classes e suas frações. Por conta disso, há dissemelhanças entre os projetos neoliberais implementados em cada país latino-americano, mesmo que tenham a mesma base teórica e um programa político geral (FILGUEIRAS, 2006).

Ou seja, o neoliberalismo se manifesta diversamente em cada país, a depender de condições políticas e históricas, como é possível perceber entre os países latino-americanos e os europeus ou mesmo entre a Inglaterra de Thatcher e os Estados Unidos de Reagan, países de capitalismo desenvolvido. Os próprios governos neoliberais no Brasil, devido à base de apoio ao governo e à forma como se desenrolaram as lutas de classe no cenário político brasileiro, guardam certas divergências entre si.

O Brasil foi o último país da América Latina a aderir ao neoliberalismo. Entre 1964 e 1985 o Brasil vivenciou uma ditadura civil-militar desenvolvimentista e extremamente intervencionista e, no período posterior, de redemocratização, havia interesses de classes que frearam, por certo tempo, o avanço neoliberal no Brasil. Os interesses de classe responsáveis por esse feito foram a burguesia beneficiária do Modelo de Substituição de Importação que entrava em declínio e a intensa atividade política das classes trabalhadoras na década de 1980, concretizadas na criação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Partido dos Trabalhadores (PT) (FILGUEIRAS, 2006).

Luiz Filgueiras (2006) ressalta que, inspirada pela forte participação política dos anos 1980 e da consequente resistência à doutrina neoliberal, a Constituição de 1988 foi a encarnação da rejeição popular ao modelo neoliberal e, portanto, foi um dos grandes alvos dos governos Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso, presidentes que colocaram em prática o projeto liberal. Isto é, o neoliberalismo,

que já havia adentrado na maior parte da América Latina, implanta-se no Brasil, com toda força, a partir do Governo Collor. O discurso

liberal radical, combinado com a abertura da economia e o processo de privatizações inaugura o que poderíamos chamar da “Era Liberal” no Brasil. Até então, apesar da existência de algumas iniciativas nesse sentido, durante o Governo Sarney, e de uma já forte massificação e propaganda dessa doutrina nos meios de comunicação de massa, havia uma forte resistência à mesma, calcada principalmente, na ascensão política, durante toda a década de 1980, dos movimentos sociais e do movimento sindical. A Constituição de 1988, apesar de seus vários equívocos, foi a expressão maior dessa repulsa da sociedade brasileira, por isso mesmo, ela foi alvo privilegiado tanto do Governo Collor quanto do Governo Cardoso, que recolocou, mais tarde, o projeto liberal nos trilhos (FILGUEIRAS, 2000, p. 83 apud FILGUEIRAS, 2006, p. 182).

Dessa maneira, o neoliberalismo, no Brasil, começou a ganhar forças no cenário das eleições presidenciais de 1989, momento em que há pouco o país havia construído uma nova constituição e que também estava envolvido em um grande problema inflacionário. Por isso, as eleições se dividiam entre o projeto liberal de Fernando Collor de Mello e o popular e democrático de Luiz Inácio Lula da Silva. Collor, então, vence as eleições com um discurso a favor da desestatização da economia, da transparência e austeridade dos gastos públicos, com o *slogan* moralista da “caça aos marajás” (PAULANI, 2006).

De acordo com Marisa Amaral (2006, p. 116), os governos de Fernando Collor de Mello e de Fernando Henrique Cardoso, influenciados pela ideia de que a substituição de importações havia se tornado ultrapassada, almejavam modernizar a estrutura produtiva brasileira de maneira a torná-la eficiente e competitiva. Por esse motivo, a reforma do Estado no governo Collor se concretizou por duas vias: pela reforma administrativa e pelas privatizações e concessões.

A reforma administrativa, entre outras determinações, promoveu “o fechamento de diversas entidades públicas, a venda de imóveis e outros ativos públicos, o afastamento de 160 mil funcionários federais e estaduais, o que implicou na terceirização de serviços para vários órgãos” (CANO, 2000 apud AMARAL, 2006, p. 116). A segunda via relaciona-se, por outro lado, a uma ampliação das privatizações e concessões, que atinge seu apogeu em 1996, no governo de FHC. A partir de então, houve uma intensificação da reforma do Estado pelo ex-presidente, mediante “várias medidas provisórias, leis e emendas, que eliminaram ou restringiram direitos conquistados na Constituição de 1988” (AMARAL, 2006, p. 118).

Retomando Leda Paulani (2006), com o tumultuado governo Collor que se seguiu, a aproximação de uma hiperinflação e o impeachment do presidente, muitas das suas propostas não foram colocadas em prática. Assim, é com o governo de Itamar que as primeiras mudanças

significativas em prol da inclusão do Brasil no circuito internacional de valorização financeira se verificam (PAULANI, 2006).

No governo Itamar surge o Plano Real, que era necessário devido aos problemas da alta inflação, mas que foi, na realidade, mais do que um plano de estabilização como era propagandeado. Ele resolveu, por exemplo, a questão que dificultava o funcionamento do país como lugar de valorização financeira internacional pois, embora a abertura financeira já houvesse se estabelecido, a atração de capitais externos de curto prazo não aconteceria sem o controle do processo inflacionário. O Plano abriu oportunidades para mudanças que se realizariam no governo FHC. Assim, Fernando Henrique Cardoso, ministro da Fazenda de Itamar Franco e impulsionado pelo sucesso do Plano Real, elegeu-se em 1994 e assumiu a Presidência da República em 1995 (PAULANI, 2006).

Com o objetivo de modernizar o país e suas instituições, o então presidente concretizou as privatizações, a abertura da economia, a estabilização monetária e a elevação inédita da taxa real de juros, medidas que passaram a ser justificadas pela necessidade de manter as conquistas do Plano Real (PAULANI, 2006). Dessa maneira, os governos de FHC produziram diversos benefícios para os credores do Estado e ao capital em geral. Mais do que isso, para Marcelo Lopes de Souza (2006), o primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso foi essencial para formar as bases do neoliberalismo no Brasil.

Um fato interessante é que o governo de Cardoso possuía baixos índices de popularidade, contudo, nas eleições presidenciais, quando tocou-se na questão da continuidade ou não da estabilidade da moeda, Cardoso voltou a ganhar força. Na opinião de Emir Sader (1999, p. 135), essa é uma confirmação do êxito da dimensão político-ideológica do modelo neoliberal, em que, embora as consequências desse modelo econômico sejam ruins, garante-se à população que essa é uma etapa inevitável e que não se deve retroceder.

Em convergência ao que Luiz Filgueiras (2006) argumenta, é certo que o neoliberalismo não contempla os interesses das classes trabalhadoras, mas o seu discurso doutrinário é amplamente aceito por abrangentes setores sociais. Isso comprova a conclusão a que Boito (2004 apud FILGUEIRAS, 2006, p. 185) chega sobre um novo domínio ideológico da burguesia no Brasil, que angaria apoio para seu empreendimento privatizante e, principalmente, contra os gastos excedentes do Estado e os “privilégios” dos trabalhadores do setor público.

Por fim, embora a estabilidade tenha sido alcançada, os governos Collor e FHC não lograram sucesso referente ao crescimento econômico (que permaneceu em baixos níveis), tampouco à diminuição do endividamento interno e externo. O PIB também não cresceu em

conformidade com o aumento populacional, o que ocasionou uma decrescente renda per capita. Os problemas históricos do desenvolvimento brasileiro, como “falhas na distribuição de renda, atraso tecnológico, desigualdades regionais, dentre outros”, por sua vez, perduraram (AMARAL, 2006, p. 120).

A partir de então, a relação entre o Brasil e o centro passou da dependência tecnológica, comum à acumulação industrial, à subserviência financeira, típica do capitalismo rentista que agora se presencia. A vitória eleitoral de Luiz Inácio Lula da Silva em 2002 e a ascensão do Partido dos Trabalhadores ao governo gerou expectativas de mudanças, todavia o governo adotou um caminho diferente do esperado (PAULANI, 2006).

Marcelo Lopes de Souza (2006, p. 96) argumenta que o processo de aprofundamento do modelo econômico neoliberal no governo Lula é ainda mais complexo que nos demais governos, uma vez que, apoiado por diversos setores populares, pela esquerda e pelos movimentos sociais, ele se mostrava como uma possibilidade de mudança no capitalismo brasileiro. Esse governo era a reverberação de um longo processo de lutas dos trabalhadores, inclusive contra as próprias políticas neoliberais. Em consonância com Marisa Amaral (2006), o novo governo trouxe, com sua vitória em 2002, a possibilidade de transformações para o país:

Teoricamente, a nova aliança política que chega ao poder com a eleição de Lula possuía um modelo de desenvolvimento alternativo para o país, isto é, distinto daquele que fora aplicado durante os anos precedentes. Assim, o programa de governo teria como principais eixos (i) o social como essência, partindo da constatação de que os modelos de política econômica aplicados no país sempre relegaram o social a um plano secundário e residual, de modo que os programas de investimento na área de seguridade social deveriam se constituir em verdadeiros vetores de crescimento e transformação da economia e, fundamentalmente, toda a dinâmica econômica deveria ser subordinada aos objetivos e prioridades sociais; (ii) a redução da dependência da economia brasileira com relação ao capital estrangeiro, identificada como sendo esta a restrição fundamental para a retomada e sustentação do crescimento econômico; e (iii) a desprivatização do Estado através da reconstrução da capacidade estatal de regulação e suporte ao desenvolvimento, da reversão da fragilidade fiscal e do desenvolvimento de mecanismos de participação democrática na gestão estatal (AMARAL, 2006, p. 120).

Por certo, o plano de governo do ex-presidente estava de acordo com tais expectativas, com o grande projeto social Programa Fome Zero como ferramenta geradora de distribuição de renda, propostas otimistas envolvendo a saúde, a educação, o transporte, o meio-ambiente, a infraestrutura e o impulsionamento de investimentos, especialmente no setor de construção civil, que geraria um desenvolvimento a longo prazo e diversos empregos diretos e indiretos.

O Estado, dessa forma, parecia voltar a ter uma maior influência na economia (AMARAL, 2006, p. 120).

Apesar disso, o eixo econômico do governo Lula, já no plano de governo, permanecia, como o de seus antecedentes, assentado na estabilidade econômica, com um ajuste fiscal enrijecido e com o corte em despesas primárias - o que contraria a proposta de cunho social. A esfera econômica do governo se alinhou às recomendações de organizações tais como o FMI e o Bird, circunstância que limitou a sua ação no eixo social (AMARAL, 2006, p. 120).

Pode-se dizer que Lula aperfeiçoou o ajuste neoliberal iniciado por FHC. Entre algumas reformas estruturais empreendidas, é possível destacar, segundo Marcelo Lopes de Souza (2006, p. 99), as reformas da previdência, a tributária, a sindical/trabalhista e a universitária, que fazem parte do projeto de diminuição de gastos e privatizações. Para o autor, a reforma da previdência²², em específico, simboliza a primeira campanha de que o governo Lula estaria disposto a aprofundar o modelo econômico neoliberal no Brasil.

Partindo do plano de governo do ex-presidente Lula, o Estado no eixo de desenvolvimento reaparece como uma figura ativa. Entretanto, as inclinações neoliberais do governo não podem ser refutadas por esse fato, visto que sua política econômica converge com a perspectiva neoliberal e, inclusive, mais do que semelhante àquela praticada por FHC, é um recrudescimento desta:

Neste sentido, a similaridade nas visões de mundo mostra a existência de uma incoerência lógica no discurso econômico do atual governo, que afirma que as condições econômicas adversas recebidas foram resultado do modelo de política econômica anterior. Mas o conjunto de medidas adotadas na economia é similar ao que é criticado. Como se sabe, o governo FHC foi caracterizado pela implementação de políticas de corte ortodoxo (PAINCEIRA; CARCANHOLO, 2004, p. 23 apud AMARAL, 122).

Para Luiz Filgueiras (2006, p. 186), o afastamento do PT de seu programa historicamente popular e a sua aproximação com as políticas neoliberais fez com que o governo Lula não apenas evitasse enfrentamentos com o bloco dominante, como ainda governasse, nas

²² A reforma da previdência de Lula provocou mudanças que afetaram os direitos dos servidores públicos, uma vez que ela minou o benefício do valor integral da aposentadoria referente aos trabalhadores estatais, ao criar um teto que considerava a média de contribuição dos funcionários direcionada ao fundo da previdência. Como outros políticos com práticas neoliberais, Lula utilizou, como afirmam Marques e Mendes (2004), o discurso do déficit da previdência e, mais ainda, a justificativa da injustiça social existente entre os trabalhadores civis e servidores públicos, denunciando a desigualdade de direitos entre ambos (não com o intuito de ampliar os direitos dos trabalhadores privados e assim promover igualdade de direitos, mas ao contrário, cortando os direitos dos servidores). O principal beneficiário da reforma foi, na realidade, o capital financeiro (MARQUES, MENDES, 2004).

próprias palavras do autor, “com e para ele”. Isso resultou em uma maior unidade política do bloco dominante e reduziu o atrito dentro dele.

Apesar disso, para Armando Boito Júnior e Tatiana Berringer (2013), os governos de Lula da Silva e Dilma Rousseff podem ser caracterizados como neodesenvolvimentistas, pois, mesmo que tenham implementado diversas políticas neoliberais, também avançaram em algumas questões sociais possíveis dentro desse modelo de capitalismo. Ou seja, Lula e Dilma não romperam com o capitalismo neoliberal, mas promoveram, devido às classes sociais em que se sustentavam, transformações relevantes no plano social, da economia e da política. Por isso, podem, dentro desse parâmetro, ser diferenciados dos governos neoliberais ortodoxos.

A frente neodesenvolvimentista é heterogênea e atende, de maneira desigual, aos interesses das forças políticas que o sustentam (BOITO JÚNIOR; BERRINGER, 2013).
Composta pela

grande burguesia interna brasileira que é a sua força dirigente, a baixa classe média, o operariado urbano e o campesinato. A frente incorpora, também, aquele amplo e heterogêneo setor social que compreende desempregados, subempregados, trabalhadores por conta própria, camponeses em situação de penúria e outros setores que compõem aquilo que a sociologia crítica latino-americana do século passado denominou "massa marginal" (KOWARICK, 1975; NUN, 2001 apud BOITO JÚNIOR; BERRINGER, 2013).

A grande burguesia brasileira, que integra a frente neodesenvolvimentista, tem origem em vários setores da economia, como a indústria, a mineração, a construção pesada e o agronegócio, as quais reivindicavam proteção e favorecimento do Estado frente o capital estrangeiro. Assim, em diversos momentos dos governos Lula e Dilma há uma priorização dos interesses desse grande capital nacional, que é a fração que mais ganha com as políticas neodesenvolvimentistas (BOITO JÚNIOR; BERRINGER, 2013).

O operariado urbano e a baixa classe média foram as forças populares que instrumentalizaram o Partido dos Trabalhadores, que lutava, em sua formação, para implantar no Brasil um capitalismo semelhante ao Estado de bem-estar europeu. Contudo, o PT foi atraído pela burguesia interna e, nos governos Lula e Dilma, os setores mais populares foram relegados à posição de base social e deixaram de dirigir o partido (BOITO JÚNIOR; BERRINGER, 2013).

Assim que assumiu a presidência da república, em 2011, Dilma Rousseff parecia almejar, para Eduardo Costa Pinto (2016), a ampliação da frente neodesenvolvimentista, de forma a romper com o setor bancário-financeiro brasileiro, incluir ainda mais as parcelas mais pobres da sociedade e continuar promovendo um aumento do PIB. Aproveitando-se dos altos

índices de popularidade, no começo do seu primeiro mandato, Dilma buscou fortalecer o projeto neodesenvolvimentista .

Todavia, nos anos seguintes, não foi isso que se verificou. Ocorreu uma decrescente rentabilidade da burguesia brasileira que afetou de maneira negativa a estabilidade da frente neodesenvolvimentista, principalmente no que tange a indústria. O setor bancário-financeiro, a que Dilma havia se contraposto, por outro lado, continuou a lucrar. Ainda, devido à sua capacidade de diálogo político inferior à de Lula, Dilma não conseguiu articular o campo neodesenvolvimentista e, por isso, teve de recuar em várias de suas propostas originais. Nas eleições de 2014 a crise política enfrentada pelo governo tornou-se evidente. Dilma perdeu paulatinamente legitimidade,

tanto i) nos segmentos dominantes – em virtude da queda na lucratividade/rentabilidade sobre o capital, do aumento do controle econômico (reformas do setor elétrico e modificações nas concessões) e da Operação Lava Jato, que assustava e prendia os grandes empreiteiros nacionais; e quanto ii) na classe média tradicional – que tornava-se cada vez mais enfurecida com a redução do seu poder de consumo (elevação da inflação, sobretudo a de serviços), com a proximidade física da “ralé” (o subproletariado), que passou a ter acesso a serviços e espaços antes considerados de exclusividade dos segmentos mais abastados, como, por exemplo, as viagens aéreas, e com os números da corrupção explicitados na Lava Jato (PINTO, 2016, p. 26).

Nesse momento, Dilma propunha a retomada da elevação da renda dos trabalhadores e seu discurso convergia com os anseios dos segmentos mais pobres e dos movimentos sociais e sindicais e, por isso, parecia que ela ia avançar no campo popular. Contudo, em seu segundo mandato, a proximidade do governo Rousseff com o setor financeiro se mostrou ainda mais próxima, com políticas econômicas ortodoxas, cortes em despesas como saúde e educação e diminuição de direitos trabalhistas. Essas medidas aprofundaram ainda mais a desaceleração do crescimento econômico, com contração do PIB, aumento do desemprego e da renda real dos trabalhadores (PINTO, 2016).

Ademais, as próprias condições históricas não se mostravam promissoras, com um cenário externo desfavorável e a crise política interna formada pela Lava Jato e pela falta de apoio da burguesia nacional, da base popular que apoiava o PT e da base parlamentar do governo no Congresso Nacional (PINTO, 2016). Esses fatores levaram ao impedimento da primeira presidenta brasileira e conduziram Michel Temer ao poder. Por consequência, conforme será discutido no próximo capítulo, o processo de impeachment desencadeou a

ascensão da frente neoliberal ortodoxa ao poder, em desvantagem da neodesenvolvimentista representada pelos governos petistas.

Em vista dessas questões, para Michael Löwy (1999), é ilusório pensar que apenas substituir governos neoliberais por outros ou então aumentar a pressão social faria o neoliberalismo retroceder ou transformar-se em uma política mais favorável aos interesses da maioria. Isso porque o neoliberalismo corresponde à lógica da modernização capitalista na etapa atual, em que o processo de racionalização e modernização capitalista exige maior competitividade e racionalização de recursos, fatores que levam a regressões sociais (LÖWY, 1999, p. 139).

As suas origens não estão simplesmente no “arbitrário capricho de alguns políticos, na má vontade de alguns setores da burguesia, nem no coração endurecido da classe dominante.”. Faz parte da lógica do capitalismo, que nesta conjuntura exige uma série de políticas econômicas e sociais que se relacionam ao funcionamento do mercado internacional e ao processo de globalização (LÖWY, 1999, p. 139).

Aliás, o mercado, por sua estrutura própria, é uma forma de alienação, em que seu funcionamento escapa ao controle dos indivíduos, dos produtores ou dos consumidores . O mercado é fundado, por definição, na produção de mercadorias e de valores de troca. O mercado gera desigualdades, acumulação e empobrecimento progressivo de uma parte da sociedade em benefício de outro (LÖWY, 1999, p. 139).

Portanto, transformar o mercado em uma “religião”, uma das características centrais do neoliberalismo, tornou-se a vitória ideológica desse modelo econômico. Os fundamentos mercantis são aceitos como leis da natureza, como dados inquestionáveis. Dessa forma, um confronto com o neoliberalismo implica uma dessacralização do mercado e uma proposta crítica que o reconheça como parte de um sistema econômico que não tem nada de natural (LÖWY, 1999, p. 170).

3 A POBREZA NA ERA TEMER

É imprescindível retomar como se deu o processo responsável por tornar Michel Miguel Elias Temer Lulia o Presidente da República, antes de efetivamente discutir sobre o seu governo. Michel Temer era vice-presidente da então presidenta Dilma Rousseff, que venceu democraticamente as eleições presidenciais de 2014. Após o impeachment, Rousseff foi destituída do seu cargo e Temer assumiu como presidente.

Em dezembro de 2015 começou o processo de impeachment, que acabou no final de agosto de 2016, com a cassação do mandato de Dilma Rousseff, mas com a manutenção dos seus direitos políticos, inclusive o direito de reeleição - o que corrobora para a afirmação de que Dilma de fato não cometeu um crime de responsabilidade. Cabe então o questionamento sobre a designação mais adequada a esse processo, se deveria ser chamado de impeachment ou de golpe, como muitos denominaram. De acordo com Tiago Bernardon de Oliveira (2016), os processos golpistas não costumam ser denominados por seus entusiastas como um golpe. Ao contrário, bem ou mal sucedidos, carregam adjetivos elogiosos, como “revolução”. Um exemplo recente é o Golpe de 1964²³.

Para Michael Löwy (2016, p. 55), o golpe responsável por destituir a presidenta democraticamente eleita, Dilma Rousseff, tem um caráter pseudolegal, vestido de impeachment e dentro do Estado de direito. Bernardo Margulies Cavalcanti e Carlos Magno Spricigo Venerio (2017, p. 147) esclarecem melhor essa questão:

não há dúvida que houve impeachment. Formalmente, houve; é fato. Assim, do ponto de vista jurídico, tem-se um impeachment. Do ponto de vista político, um golpe. Em outras palavras: forma de impeachment e conteúdo de golpe. Não o golpe de Estado clássico, o conhecido *coup d'État*²⁴, que envolve o uso da força e da violência. [...] Como o Brasil não é uma república parlamentarista, tem-se como incabível a destituição sem imputação de crime de responsabilidade, o que está na essência do voto de desconfiança. Aí está a grave violação da Constituição da República Federativa do Brasil – o golpe.

²³ Um exemplo é o Ato Institucional nº 5: “[...] a **Revolução Brasileira de 31 de março de 1964** teve, conforme decorre dos Atos com os quais se institucionalizou, fundamentos e propósitos que visavam a dar ao País um regime que, atendendo às exigências de um sistema jurídico e político, assegurasse **autêntica ordem democrática**, baseada na **liberdade**, no **respeito à dignidade da pessoa humana**, no **combate à subversão e às ideologias contrárias às tradições de nosso povo**, na **luta contra a corrupção**, buscando, deste modo, ‘os meios indispensáveis à obra de reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil, de maneira a poder enfrentar, de modo direito e imediato, os graves e urgentes problemas de que depende a restauração da ordem interna e do prestígio internacional da nossa pátria’”[...] (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 13 dez. 1968, grifos meus).

²⁴ Do francês, “golpe de Estado”.

Como aconteceu no Brasil de 1964 com as significativas manifestações “da família com Deus pela liberdade”, em 2015 e 2016, os manifestantes autodenominados patriotas, de verde e amarelo, clamaram pela deposição de Dilma Rousseff e, assim, criaram um ambiente propício ao golpe (LÖWY, 2016). Estas manifestações foram pesadamente influenciadas pela imprensa de que a questão central a se combater era a corrupção política e, segundo Natalia Scartezini (2015, p. 190), elas eram acentuadamente marcadas pelo antipetismo, pela simpatia policial e pelo seguinte perfil de manifestante: “homem, jovem, branco, classe média, ‘apartidário’ ou ‘suprapartidário’ e com um grau de politização bastante questionável.”.

Outra questão bastante relevante é que cerca de 29% das pessoas presentes nessas manifestações eram favoráveis à volta da Ditadura Militar (TRUFFI, 2015 apud SCARTEZINI, 2015, p. 191). Em convergência com esses fatos e em referência ao 18 de Brumário de Luís Bonaparte²⁵, Michael Löwy (2016) percebeu um grande ponto comum entre a tragédia de 1964 e a farsa de 2016: o ódio à democracia. Revela-se, com isso, o menosprezo das classes dominantes pela democracia e pelas aspirações populares:

Parlamentares – deputados e senadores – profundamente envolvidos em casos de corrupção (fala-se em 60%) instituíram um processo de destituição contra a presidente pretextando irregularidades contábeis, “pedaladas fiscais”, para cobrir déficits nas contas públicas – uma prática corriqueira em todos os governos anteriores! Não há dúvida de que vários quadros do PT estão envolvidos no escândalo de corrupção da Petrobras, mas Dilma não... Na verdade, os deputados de direita que conduziram a campanha contra a presidente são uns dos mais comprometidos nesse caso, começando pelo presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (recentemente suspenso), acusado de corrupção, lavagem de dinheiro, evasão fiscal etc. A prática do golpe de Estado legal parece ser a nova estratégia das oligarquias latino-americanas. Testada em Honduras e no Paraguai (países que a imprensa costuma chamar de “República das Bananas”), ela se mostrou eficaz e lucrativa para eliminar presidentes (muito moderadamente) de esquerda. Agora foi aplicada num país que tem o tamanho de um continente... (LÖWY, 2016, p. 57).

Embora o governo Rousseff tenha descumprido muitas de suas promessas de campanha e feito concessões aos banqueiros, industriais e latifundiários, esses grupos pareceram não se contentar com tais concessões, pois almejam ainda mais poder: preferem governar diretamente, sem precisar negociar (LÖWY, 2016). O principal bloco parlamentar dessa aliança de partidos de direita é nomeado “bancada BBB”:

²⁵ Karl Marx (2011, p 25.) afirma que “Em algumas de suas obras, Hegel comenta que todos os grandes fatos e todos os grandes personagens da história mundial são encenados, por assim dizer, duas vezes. Ele se esqueceu de acrescentar: a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa.”

da “Bala” (deputados ligados à Polícia Militar, aos esquadrões da morte e às milícias privadas), do “Boi” (grandes proprietários de terra, criadores de gado) e da “Bíblia” (neopentecostais integristas, homofóbicos e misóginos). Entre os partidários mais empolgados com a destituição de Dilma destaca-se o deputado Jair Bolsonaro (PP), que dedicou seu voto pela abertura do processo de impeachment na Câmara aos oficiais da ditadura militar, nomeadamente ao coronel Brilhante Ustra, um torturador notório. (Uma das vítimas de Ustra foi Dilma Rousseff, que no início dos anos 1970 era militante de um grupo de resistência armada [...]) (LÖWY, 2016, p. 57).

Isto posto, Michel Löwy (2016) argumenta que a democracia manifesta sinais de que não é mais útil aos setores economicamente dominantes e ao capital financeiro, pois ela se mostra como um empecilho à implementação do neoliberalismo. Em diversos países, os espaços democráticos são paulatinamente reduzidos e as medidas de exceção, inclusive o método do golpe, são estabelecidas na América Latina - em consequência disso, a democracia é que se tornou algo excepcional.

Tiago Oliveira (2016), autor a partir do qual serão embasadas as análises dos próximos parágrafos, também cita a Operação Lava-Jato como uma das grandes responsáveis pelo golpe de 2016. Desde 2014 a imprensa brasileira noticia, com altas doses de sensacionalismo, as descobertas da Operação Lava-Jato, que supostamente objetivava desvendar os sistemas de corrupção ligados a desvios de dinheiro público da Petrobrás. Esse esquema de corrupção contava com a base aliada dos governos Lula e Dilma Rousseff, o próprio PT, o PMDB, o PP e demais partidos menores como beneficiários dos desvios de recursos.

A associação direta feita entre a corrupção e o Partido dos Trabalhadores pela mídia respaldou o recorte seletivo da Lava-Jato, que retrocedeu em suas investigações apenas até 2003, o primeiro ano do governo Lula. Assim, embora a história brasileira seja marcada por uma tradição patrimonialista e recheada de práticas corruptivas, “os sentidos criados e observáveis em todas as manifestações pró-impeachment eram de que a corrupção havia aflorado com a ascensão dos candidatos do PT à presidência da República” (OLIVEIRA, 2016, p. 200), enquanto os governos anteriores e os partidos de oposição não eram pautados na mesma medida.

É perceptível, então, uma relação inadequada entre agentes políticos e os oligopólios midiáticos, o que foi essencial para o sucesso do golpe, mesmo que o impeachment não tenha sido motivado pelos casos de corrupção ou pela Lava-Jato, a mobilização popular foi suscitada pelo combate à corrupção. Juridicamente, o que justificou o impeachment foram as pedaladas fiscais, ato comum a diversos governos com o objetivo de ajustar os gastos ao orçamento, mas,

que nesse caso, levou à deposição da presidenta eleita. Por isso, sem crime de responsabilidade, torna-se evidente que o acontecimento foi um golpe²⁶ e não um impeachment:

Seu relatório [do relator do processo, Antonio Anastasia] não se constrangeu em imputar a Dilma Rousseff a única condenação na história republicana brasileira pelas usuais “pedaladas”. Única, porque uma das primeiras leis do governo não mais provisório de Michel Temer, a Lei 13.332/2016, foi exatamente a decretação de que tais práticas não seriam passíveis de caracterização como “crime de responsabilidade” (OLIVEIRA, 2016, p. 206).

Antes da própria abertura do processo de impeachment, a fundação Ulysses Guimarães, ONG que produz conteúdo político-ideológico para o PMDB, lançou um documento intitulado “Ponte para o futuro”, em outubro de 2015. De acordo com Bernardo Cavalcanti e Carlos Venerio (2017), essa agenda é perpassada pelos princípios neoliberais e se volta ao mercado como a figura principal na busca pelo desenvolvimento do Brasil, como se os avanços na economia fossem levar naturalmente às melhorias sociais, as quais são deixadas em segundo plano.

“Uma ponte para o futuro” é considerada mais semelhante à agenda derrotada nas eleições de 2014 do que àquela democraticamente eleita, que foi responsável por tornar Temer vice-presidente do Brasil - importante ressaltar que a agenda petista sequer foi posta em prática pela própria ex-presidenta no seu segundo mandato. Com o lançamento de “Uma ponte para o futuro”, o PMDB deixava evidente o projeto neoliberal que ambicionava²⁷, com argumentações referentes às privatizações, à área trabalhista e à previdenciária. O trecho a seguir sintetiza seus principais objetivos:

Para o Brasil, o tripé de qualquer ajuste duradouro consiste na redução estrutural das despesas públicas, na diminuição do custo da dívida pública e no crescimento do PIB. [...] executar uma política de desenvolvimento centrada na iniciativa privada, por meio de transferências de ativos que se fizerem necessárias, concessões amplas em todas as áreas de logística e infraestrutura, parcerias para complementar a oferta de serviços públicos e retorno a regime anterior de concessões na área de petróleo, dando-se a Petrobras o direito de preferência (FUG, 2015, p. 16 e 18).

²⁶ O próprio ex-presidente Michel Temer chamou o processo de golpe no programa Roda-Viva, que foi ao ar em 16/09/2019: “Eu jamais apoiei ou fiz empenho pelo ‘golpe’. Eu não poderia ser o articulador de um **golpe** porque chegaria muito mal no governo” (Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=OGDCN8ikj8U>>. Acesso em 23 out. 2019).

²⁷ Em 2016 Temer basicamente afirmou que o impeachment aconteceu porque a ex-presidenta não aceitou a “Uma ponte para o futuro”, agenda proposta pelo PMDB: “Há muitíssimos meses atrás, nós lançamos um documento chamado ‘Ponte para o Futuro’ porque verificávamos que seria impossível o governo continuar naquele rumo e até sugerimos ao governo que adotasse as teses que nós apontávamos naquele documento [...] Como isso não deu certo, não houve a adoção, instaurou-se um processo que culminou, agora, com a minha efetivação como presidente da República” (Carta Capital, 2016).

Ironicamente chamado por Leda Paulani (2016) de “uma ponte para o abismo”, a agenda objetiva afundar programas e políticas sociais, bem como fragmentar os direitos conquistados com a Constituição de 1988. Em concordância, para Ricardo Antunes (2017, s/p) está mais do que claro os principais objetivos a serem concretizados a partir do referido programa:

privatizar o que ainda não o foi (em que o pré-sal se destaca como vital); impor o negociado sobre o legislado nas relações de trabalho, em um período em que a classe trabalhadora tem apontada uma espada no coração e um punhal nas costas, pelo flagelo do desemprego que não para de crescer; e, por fim, introduzir a flexibilização total das relações de trabalho, começando pela aprovação da terceirização total (conforme consta do PLC 30/2015). E, para que a devastação seja completa, é preciso aviltar a Constituição de 1988, o que não é tarefa nada difícil para o Parlamento no qual o pântano é movediçamente oscilante. Basta um bom movimento negocial.

Da mesma forma, Tiago Oliveira (2016) avalia uma tendência incisivamente liberalizante das relações entre capital e trabalho na agenda do PMDB, com notória atenção às reivindicações de empresários e menosprezo aos direitos trabalhistas historicamente consagrados na Consolidação das Leis do Trabalho, na CLT do governo Getúlio Vargas em 1943. Há também um nítido interesse de classe nos projetos priorizados por Michel Temer, que beneficiam o grande capital e deixam cada vez mais claro o grande intuito do golpe, qual seja, as reformas neoliberais:

Assim, a agenda política de Michel Temer, propalada aos quatro cantos pelos oligopólios midiáticos como única e emergencial saída para a crise, é uma agenda de contrarreformas trabalhistas e desmonte de todos os serviços públicos ofertados até aqui, ainda que precariamente, pelo Estado. E este é, em síntese, o propósito do golpe de 2016 e de sua natureza de classe: aplicar essas contrarreformas que beneficiam diretamente o grande capital em detrimento dos trabalhadores. É difícil conceber que uma agenda assim pudesse ter sido aprovada por via eleitoral. Daí o golpe (OLIVEIRA, 2016, p. 218).

Antes mesmo do fim do processo de impeachment, Temer assumiu como presidente provisório, em maio de 2016 e, dias depois, anunciou Henrique Meirelles como Ministro da Fazenda. Logo no início de seu governo, outros dois ministros por Temer designados, Romero Jucá e Sérgio Machado, tiveram de ser demitidos, devido à divulgação na imprensa de áudios²⁸

²⁸ MACHADO - Tem que ter um impeachment.
JUCÁ - Tem que ter impeachment. Não tem saída.
MACHADO - E quem segurar, segura.

em que esclarecem a pertinência do golpe contra Dilma Rousseff para conter as investigações da operação federal Lava Jato.

Todavia, Tiago Oliveira (2016) evidencia a notória diferença de tratamento da mídia entre o governo Dilma Rousseff e o governo Michel Temer, que para este tendeu a criar uma imagem positiva, apostando em uma suposta retomada do crescimento econômico, que seria resultante de reformas drásticas. Surge, no contexto de baixa popularidade²⁹ em decorrência dos catastróficos índices sociais e econômicos, a oportunidade de implementar essas tais reformas:

E, de fato, o governo Michel Temer se notabiliza por dar encaminhamento às reformas impopulares, extremamente benéficas ao capital e que produzirá efeitos deletérios à maioria da população, à classe trabalhadora. Enquanto dá prosseguimento a essas medidas, até o momento seu governo, formado por dezenas de envolvidos em denúncias de corrupção pela própria Operação Lava Jato, se equilibra no poder, não recebendo, nem de longe, o mesmo tratamento hostil diante das suspeitas e acusações de corrupção envolvendo os integrantes do governo. Até aqui, enquanto parece servir aos propósitos do bloco a quem interessava o golpe, as panelas mantêm-se silenciosas³⁰. (OLIVEIRA, 2016, p. 216)

JUCÁ - Foi boa a conversa mas vamos ter outras pela frente.[...]

JUCÁ - Você tem que ver com seu advogado como é que a gente pode ajudar. [...] Tem que ser política, advogado não encontra [inaudível]. Se é político, como é a política? Tem que resolver essa porra... Tem que mudar o governo pra poder estancar essa sangria. [...]

MACHADO - Rapaz, a solução mais fácil era botar o Michel [Temer].

JUCÁ - Só o Renan [Calheiros] que está contra essa porra. “Porque não gosta do Michel, porque o Michel é Eduardo Cunha”. Gente, esquece o Eduardo Cunha, o Eduardo Cunha está morto, porra.

MACHADO - É um acordo, botar o Michel, num grande acordo nacional.

JUCÁ - Com o Supremo, com tudo.

MACHADO - Com tudo, aí parava tudo.

JUCÁ - É. Delimitava onde está, pronto. [...]

JUCÁ - [Em voz baixa] Conversei ontem com alguns ministros do Supremo. Os caras dizem “ó, só tem condições de [inaudível] sem ela [Dilma]. Enquanto ela estiver ali, a imprensa, os caras querem tirar ela, essa porra não vai parar nunca”. Entendeu? Então... Estou conversando com os generais, comandantes militares. Está tudo tranquilo, os caras dizem que vão garantir. Estão monitorando o MST, não sei o quê, para não perturbar.

MACHADO - Eu acho o seguinte, a saída [para Dilma] é ou licença ou renúncia. A licença é mais suave. O Michel forma um governo de união nacional, faz um grande acordo, protege o Lula, protege todo mundo. Esse país volta à calma, ninguém aguenta mais. Essa cagada desses procuradores de São Paulo ajudou muito. [referência possível ao pedido de prisão de Lula pelo Ministério Público de SP e à condução coercitiva dele para depor no caso da Lava Jato]

JUCÁ - Os caras fizeram para poder inviabilizar ele de ir para um ministério. Agora vira obstrução da Justiça, não está deixando o cara, entendeu? Foi um ato violento...

MACHADO -...E burro [...] Tem que ter uma paz, um...

JUCÁ - Eu acho que tem que ter um pacto. [...] (G1, 2016).

²⁹ Segundo Michael Löwy (2016), uma pesquisa direcionada aos brasileiros sobre a possibilidade de elegerem Michel Temer à Presidência da República resultou em uma percentagem de apenas 2% de respostas afirmativas.

³⁰ Uma referência aos manifestantes pró-impeachment que ficaram notadamente conhecidos por utilizarem os “panelaços” como meio de manifestação.

A primeira grande medida de Temer veio antes do final do processo de impeachment da ex-presidenta, em junho de 2016, quando o Executivo enviou ao Plenário a PEC 241, que mais tarde se tornaria a Emenda Constitucional 95³¹.

Amplamente defendida pela imprensa ideologicamente oligopolizada, essa medida foi apresentada como a única alternativa para o Brasil finalmente sair da crise e, em dezembro de 2016, momento em que Temer já havia sido empossado, a EC foi aprovada (OLIVEIRA, 2016). Uma das justificativas repetidamente divulgadas para a implementação da EC 95 é de que o Estado tem gastos excessivos, de que ele gasta mais do que arrecada e, por isso, precisa reduzir custos.

Assim, conforme analisam Flávia Rocha e Eptácio Macário (2016, p. 447), a EC 95, formulada pela equipe do então Ministro da Fazenda Henrique Meirelles, instituiu um novo regime fiscal no Brasil que abrange “todos os Poderes da União e os órgãos federais com autonomia administrativa e financeira, integrantes do Orçamento Fiscal e da seguridade social”. Esse novo regime prevê a limitação orçamentária tendo como base o limite total de gastos corrigidos pelo IPCA do ano anterior com duração pelos próximos 20 anos, a começar por 2017, entretanto também abre a possibilidade de alteração do método de correção dos limites no seu décimo ano de vigência, pelo Poder Executivo.

Para ficar mais claro o principal objetivo da EC 95, é necessário evidenciar que o Estado possui dois tipos distintos de despesas: os gastos primários e o pagamento de juros e amortizações da dívida pública. A EC 95 promove uma contenção dos gastos primários, que se referem aos investimentos em “saúde, educação, previdência, assistência social, cultura, defesa nacional etc” (ROCHA; MACÁRIO, 2016, p. 447), enquanto o pagamento da dívida pública fica fora do “congelamento”.

A dívida pública brasileira cresce mais a cada ano, devido aos juros exorbitantes que apenas a tornam maior e mais impagável. É evidente, portanto, que o progressivo aumento da dívida levará ao verdadeiro estrangulamento dos gastos primários. Ou seja, o orçamento público se volta ao pagamento da impagável dívida pública³², que, segundo Tiago Oliveira (2016), já foi paga incontáveis vezes. A auditoria da dívida pública, que objetiva entender como

³¹ A EC 95 foi responsável por instituir um novo regime fiscal para os 20 anos decorrentes desde sua aprovação, que basicamente congela recursos direcionados para áreas como saúde e educação. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc95.htm>.

³² De acordo com o grupo Auditoria Cidadã da Dívida, em 2017 o Brasil pagou 986 bilhões, 110 milhões, 833 mil reais ou seja, 2,7 bilhões por dia de juros e amortizações da dívida pública federal. Em 2018, a dívida passou para 1 trilhão, 65 bilhões, 725 milhões, 301 mil reais, ou seja, 2,9 bilhões por dia, o que equivale a 40,66% dos gastos públicos.

a dívida foi construída, o seu valor, para quem se deve e a partir de quais bases contratuais, não foi autorizada por Rousseff e muito menos por Temer.

Desse modo, para Francisco de Oliveira (1998 apud ROCHA; MACÁRIO, 2016), a correlação desigual de forças na luta de classes da sociedade brasileira deixa bastante clara a prioridade de alocação dos recursos estatais: a classe trabalhadora, principal beneficiária dos serviços e políticas públicas, é preterida em prol da lucratividade rentista. No capitalismo atual, o Estado exerce papel significativo na garantia da acumulação de capital, tanto por se comprometer com a alta rentabilidade dos títulos públicos como meio de valorização de capital, quanto por proteger as empresas e os bancos nos momentos de crise.

Para isso, o Estado deve tornar-se confiável para atrair agentes privados, ele deve ser um bom pagador e não deixar transparecer riscos de inadimplência. É isso que o governo Temer objetiva com a EC 95:

tornar o Brasil um país confiável para os investidores, e está sendo posto em prática de forma muito mais escancarada que outrora, com a EC 95/2016, já em vigência para o ano de 2017. O novo regime fiscal preconizado atende fundamentalmente à exigência de adimplência do pagamento dos juros e da rolagem da dívida pública em detrimento dos interesses das amplas maiorias da população e da classe trabalhadora. A referida EC é expressão cabal da tese já anunciada segundo a qual a apropriação do fundo público é uma pilastra da valorização do capital, ainda mais no atual padrão de acumulação com dominância financeira. O novo regime fiscal terá, pois, rebatimentos negativos sobre o financiamento das políticas sociais – a exemplo da educação, da saúde e da seguridade social (ROCHA; MACÁRIO, 2016, p. 449).

A dívida pública é o real motivo de déficit orçamentário e, apesar disso, a EC 95 freia as verbas direcionadas aos serviços que atendem prioritariamente os setores mais pobres da sociedade justamente para assegurar o pagamento de tal dívida. Com isso, ela torna “limitadas as possibilidades da implementação de novas políticas públicas que objetivem diminuir a enorme desigualdade brasileira”, como evidencia Nelson Cardoso Amaral (2017, p. 06). Ou seja, a pobreza e a desigualdade social são um dos resultados da referida emenda.

A tabela a seguir demonstra como seria o orçamento público voltado para a educação e saúde brasileiras se a EC 95 tivesse sido implementada em 2002:

Tabela 1- Despesas realizadas em educação e saúde x despesas em educação e saúde pela PEC 241/55 - Brasil 2002-2015 (em R\$ bi).

Ano	Educação			Saúde		
	Despesas realizadas	Regra PEC 241/55	Diferença Educação	Despesas realizadas	Regra PEC 241/55	Diferença Saúde
2002	30,1	30,1	0,0	57,8	57,8	0,0
2003	28,2	29,5	-1,3	53,9	56,7	-2,8
2004	27,0	30,2	-3,2	61,3	58,2	3,1
2005	28,2	30,4	-2,3	63,5	58,6	4,9
2006	32,8	30,9	1,9	67,8	59,4	8,4
2007	39,2	30,7	8,5	73,7	59,1	14,5
2008	43,1	30,4	12,7	76,4	58,4	18,0
2009	53,3	30,7	22,6	84,5	59,0	25,5
2010	67,1	30,5	36,6	85,6	58,6	27,0
2011	75,9	30,3	45,6	93,8	58,2	35,6
2012	89,4	30,6	58,8	98,4	58,8	39,6
2013	95,4	30,5	64,9	98,9	58,6	40,3
2014	102,4	30,3	72,1	102,6	58,4	44,2
2015	90,3	29,6	60,7	94,6	57,0	37,6
Total	802,4	424,7	377,6	1.112,8	816,8	295,9

Fonte: LIMA, 2018 apud DIEESE, 2016.

Para Flávia Rocha e Epitácio Macário (2016, p. 450), a EC 95/2016 é o ponto de partida para o desmantelamento dos direitos sociais, é

a espinha dorsal para o aprofundamento da espoliação dos direitos da classe trabalhadora, criando possibilidades de retrocesso na política de salário mínimo, de desvinculação dos benefícios da seguridade social do valor do salário mínimo, de contrarreforma da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e da Previdência Social.

Isto posto, em dezembro de 2016, Temer apresenta a proposta de reforma da previdência, a PEC 287, com o mesmo discurso relacionado ao déficit. Todavia, esse argumento cai por terra quando se tem em vista que a Constituição de 1988 assegura que a seguridade não seja financiada apenas por patrões e empregados, mas por outras contribuições sociais,

como o PIS, Cofins, CSLL, e sobre a receita de concursos de prognósticos, que são receitas vinculadas às despesas da seguridade social. Segundo a Anfip (2016), em 2015, o total de receitas arrecadadas pela seguridade foi de R\$ 694 bilhões (considerando as compensações não repassadas, como a desoneração sobre a folha de salários), e o total de despesas foi de R\$ 683 bilhões, ou seja, houve um superávit de R\$ 11 bilhões. No ano de 2014, esse superávit foi ainda maior, no valor de R\$ 55 bilhões, como historicamente tem sido, mas isso boa parte da mídia não conta! (ROCHA; MACÁRIO, 2016, p. 451).

Para se compreender a reforma da previdência, é preciso ter em mente a mundialização do capital e a sua ambição em apropriar-se dos recursos públicos e encontrar novos mercados para investimentos privados, o que ocorreria com a privatização da previdência. O mercado de venda de serviços sociais começa a ganhar força e provoca a contração dos direitos relacionados ao trabalho e a previdência social, por movimentar grandes quantidades de dinheiro, é um dos seus principais interesses.

A proposta inicial estabelecia, entre outros pontos, a idade mínima de 65 anos para homens e mulheres, com 25 anos de contribuição, incluindo bombeiros, policiais militares e trabalhadores rurais; a idade mínima de 55 anos de idade e 20 anos de contribuição para pessoas com deficiência; fim da diferença entre a previdência geral e a pública; para parlamentares e militares não há modificações. Entretanto, mesmo com diversas modificações nos meses posteriores, a PEC 287/2016 não passou no governo Temer³³.

Um pouco antes da PEC 287/2016, em setembro de 2016, Temer lança a medida provisória 746³⁴, que, em fevereiro de 2017, foi transformada na lei 13.415, conhecida como a reforma do Ensino Médio. Essa lei gerou certas modificações, como a expansão do tempo mínimo das/dos estudantes nas escolas, de 800 para 1.000 horas e instituiu o ensino integral, transformações que divergem da EC 95. Isso porque, com o congelamento de gastos primários, dos quais a educação faz parte, uma ampliação tal como proposta torna-se inviável, o que certamente foi intencional. Com o aumento do tempo das/dos alunas/os nas escolas, é preciso um aumento proporcional do repasse a essas instituições, o que não se concretizará devido à EC 95. Isto é, um dos seus resultados é o desmonte da escola pública brasileira.

Além disso, há a implantação dos “itinerários formativos”, que em um primeiro momento parecem proporcionar aos jovens mais liberdade e autonomia na escolha dos currículos. Esses itinerários são divididos entre Matemática e suas Tecnologias, Linguagens e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e formação técnica e profissional e cabe aos próprios estudantes decidirem quais itinerários querem seguir. Contudo, as escolas não precisam, necessariamente, escolher todos eles, podendo optar por alguns.

Com a crescente precarização do ensino público, as escolas com menos verbas não conseguirão implementar todos os itinerários e, considerando que é a escola pública que atende os setores mais pobres da sociedade, a formação técnica será priorizada em desvantagem do ensino das demais áreas do conhecimento. As redes de ensino privado, cada vez mais econômico e politicamente fortes, por outro lado, conseguirão implementar todos os eixos formativos, que são as bases para exames e vestibulares. A possibilidade de ingresso no Ensino Superior torna-se cada vez mais distante para as camadas mais despossuídas e o ensino técnico é o que lhes resta³⁵.

³³ A Reforma da Previdência foi uma pauta retomada pelo próximo presidente, Jair Bolsonaro.

³⁴ Em outubro de 2016, calcula-se que as ocupações de escolas e universidades brasileiras, em protesto à PEC 241 e à MP 746, atingiram 1.154 instituições de ensino por todo o país (G1, 2016).

³⁵ Nesse mesmo sentido, Marcelo Lima (2018, s/p) pondera: “Quanto à flexibilidade de escolha do currículo preconizada nos argumentos da atual gestão do MEC, cabem várias inferências, pois a lei não garante que o aluno

Há outros pontos prejudiciais à educação brasileira, como o fato de que pessoas com notório saber, reconhecidas pelas escolas, podem dar aulas no ensino técnico e as únicas matérias obrigatórias são língua portuguesa e inglesa e matemática. As demais disciplinas podem ser cumpridas como “estudos e práticas”. Com a justificativa de flexibilizar e modernizar o Novo Ensino Médio,

a retirada de disciplinas pautada em um discurso de que o ensino médio carrega muitas disciplinas mascara o que de fato se quer excluir do currículo escolar: as disciplinas de sociologia, filosofia, a redução de geografia e história. Sob o argumento de que o aluno de hoje é “digital e não aguenta uma escola conteudista”, não se leva em conta que o que de verdade os alunos não aguentam mais é uma escola sucateada, sem laboratórios, auditórios, espaços para desenvolvimento de atividades de cultura e lazer, o que ficou claro com o movimento de ocupações das escolas por estudantes do ensino médio, em resposta à reforma promovida pelo Governo Temer, reivindicando nada mais que condições decentes para estudar (FRIGOTTO, 2016 apud LIMA, 2018).

O tipo de educação proposta pela reforma do Ensino Médio, com currículo flexível, formação profissional e desvalorização do papel do educador, está intimamente ligada ao trabalhador que o neoliberalismo demanda, que deve ser adaptável a diversas funções e problemas e empreendedor. Assim, mais do que aprofundar a precariedade das escolas públicas brasileiras, essa reforma favorece uma educação que molda os sujeitos para a própria sociedade neoliberal.

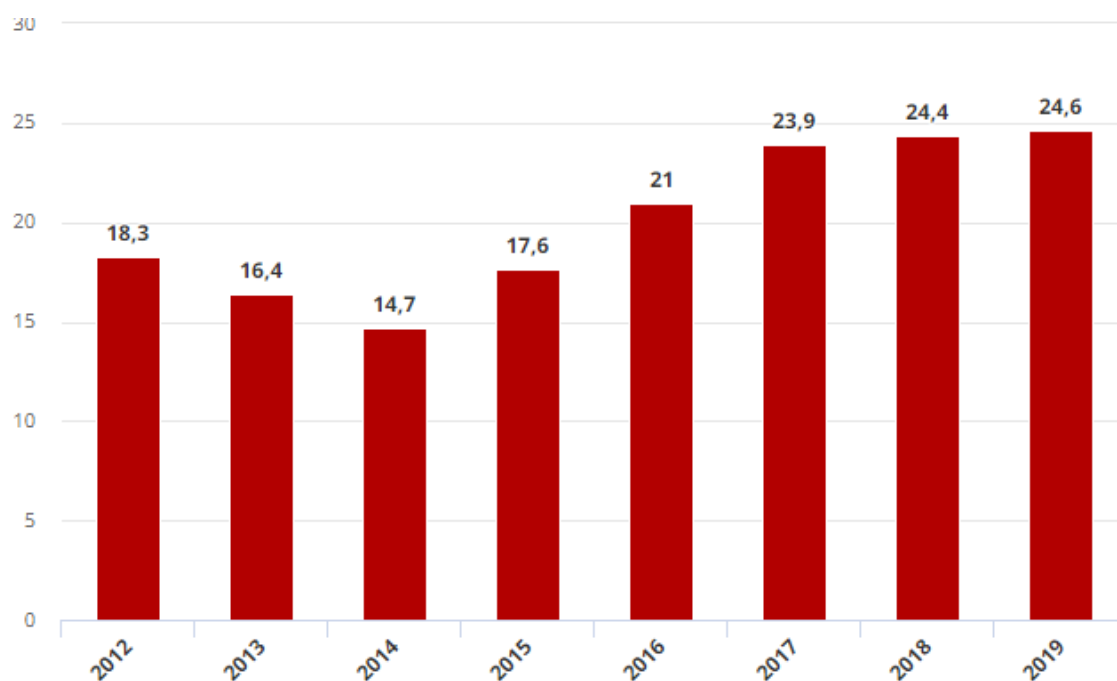
Mais adiante, em março de 2017, Temer dá continuidade ao desmonte dos direitos da classe trabalhadora com a lei 13.429. Essa lei passou a permitir a terceirização para atividades-fim³⁶, ou seja, qualquer atividade pode ser terceirizada desde então, como também permitiu que os contratos de trabalho temporários se estendessem até nove meses de duração. A precarização dos trabalhadores terceirizados se acentuou ainda mais com a referida lei, na medida em que ela não garante mais equivalência entre os benefícios direcionados aos funcionários com mesmas funções, pois a empresa prestadora de serviços não precisa garantir aos seus empregados os mesmos benefícios que a empresa contratante concede aos seus trabalhadores que seguem o regime CLT (mesmo que tenham o mesmo cargo).

poderá cursar a área que desejar no ensino médio, ficando isso a cargo do sistema de ensino. Em se tratando da rede privada, as escolas provavelmente ofertarão um portfólio completo, para satisfazer a sua clientela pagante. Nesse caso, o aluno é colocado na condição de cliente, e não de cidadão. Para ele, mais valerá a possibilidade de poder escolher que a obrigação do que deve estudar. Em contrapartida, para quem não pode pagar pelo menu formativo disponível na rede particular, restará o mais precário ou aquilo que julgar menos difícil de cursar.”

³⁶ Atividades relacionadas ao serviço/produto principal de determinada empresa. Por exemplo: uma escola particular possui como principal serviço oferecido aulas lecionadas por professores (uma atividade-fim); contudo, para o funcionamento de uma escola também são necessários faxineiros e secretários (atividades-meio).

Ricardo Antunes (2017) avalia que um dos principais objetivos do governo Temer é “corroer a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) – que a classe trabalhadora compreende como sendo sua ‘verdadeira Constituição do trabalho’” em prol dos interesses do empresariado. A possibilidade de terceirização generalizada é defendida em vantagem da suposta criação de novos empregos. No entanto, como os terceirizados possuem jornadas de trabalho em média mais longas, é necessário menos trabalhadores para a mesma produção. Em síntese, a terceirização não gera novos postos de trabalho, ao contrário, ela promove o desemprego, o qual cresceu consideravelmente desde a ascensão de Temer à Presidência:

Gráfico 1 - Percentual de trabalhadores que estão desempregados, trabalhando menos de 40 horas semanais, ou desistiram de procurar emprego.



Fonte: Portal G1 (2019) apud IBGE.

³⁷ Antes da Reforma Trabalhista, a CLT assegurava que (a) patrões e empregados pudessem negociar, desde que os novos acordos fossem além da legislação vigente, em benefício dos trabalhadores; (b) as férias deveriam se estender por 30 dias corridos e, apenas em casos de exceção, poderiam ser divididas em dois períodos, superiores a 10 dias; (c) era considerada parte da jornada de trabalho o tempo de deslocamento para áreas de difícil acesso ou que não fossem beneficiadas com transporte público - nesses casos a empresa deveria fornecer um meio de transporte - ou seja, o tempo de serviço computado era todo aquele em que o trabalhador está à disposição do empregador; (d) as jornadas de trabalhos, historicamente conquistadas, eram de oito horas diárias e 44 horas semanais, com intervalos de uma hora por dia e 15 minutos antes da hora extra, que era inegociáveis; (e) em caso

Não muito tempo depois da lei da terceirização, foi aprovada a lei 13.467, em julho de 2017, chamada de reforma trabalhista. Ela modificou diversos pontos da CLT³⁷, com argumentação de modernizar as relações de trabalho. Entre as suas principais modificações, podem ser citadas: (a) o acordado entre as empresas e os trabalhadores, os chamados acordos coletivos, se sobrepõe à própria legislação, ou seja, à CLT; (b) as férias podem ser divididas em até três períodos, mas um deles não pode ser inferior a 14 dias e nem os demais menores que cinco dias; (c) o tempo de transporte gasto pelo trabalhador até o local de trabalho não é considerado parte da jornada de trabalho e não são mais computados na jornada de trabalho descanso, alimentação, higiene pessoal ou troca de uniformes, mesmo que essas atividades aconteçam na empresa; (d) a jornada de trabalho se estende por 12 horas diárias e 60 horas semanais, com intervalo diário que pode ser reduzido a 30 minutos e sem o direito a hora extra; (e) com a inclusão da demissão em “comum acordo”, pode-se encerrar o contrato de trabalho, contudo trabalhador poderá movimentar apenas 80% de seu FGTS, não terá direito ao seguro-desemprego e o patrão é obrigado a pagar somente metade do aviso prévio; (f) as regras relativas ao *home-office* são acordadas em contrato, de maneira a especificar as atividades realizadas; (g) o empregador deve apenas alertar os empregados sobre as possibilidades de doenças ou de acidentes de trabalho, o que leva ao fim tanto das garantias de segurança aos trabalhadores quanto das responsabilidades do patrão relativas aos riscos do trabalho; (h) a contribuição sindical passa a ser opcional e a nova lei propõe que empresas com mais de 200 funcionários tenham representantes dos trabalhadores, responsáveis por mediar as reivindicações com os patrões, fatores que acabam por enfraquecer a ação dos sindicatos; (i) gestantes e lactantes passam a poder trabalhar em ambientes insalubres, desde que com autorização de um médico; e, por fim, (j) o trabalho intermitente é incluso na legislação, uma categoria de trabalho não-contínuo em que se recebe por período ou por dia. A reforma trabalhista entrou em vigor somente em novembro do mesmo ano e, dias depois, Temer editou uma medida provisória em que modifica alguns pontos da nova lei³⁸.

Com tais medidas, há um aumento considerável da taxa de mais-valia e, por isso, um número reduzido de trabalhadores pode produzir o mesmo que muitos trabalhadores outrora conseguiam, fator que reduz drasticamente o consumo das famílias trabalhadoras. O próprio valor das mercadorias não é realizado - o que prejudica não apenas a burguesia industrial, mas

de demissão sem justa-causa, o trabalhador tem direito, se possui tempo suficiente de trabalho, ao recebimento do seguro-desemprego, acesso ao FGTS e a uma multa de 40% sobre o fundo; (f) não havia uma regulação específica para *home-office*; (g) o contratante deve se responsabilizar por cumprir as normas de saúde, higiene e segurança dos trabalhadores; (h) o pagamento da contribuição sindical ao sindicato da categoria era obrigatório e equivalia ao salário de um dia de trabalho por ano; (i) mulheres gestantes ou lactantes não poderiam trabalhar em ambientes insalubres; (j) não possuía legislação específica para o trabalho intermitente.

³⁸ Algumas modificações foram feitas, como grávidas passam a poder trabalhar em ambientes de média e baixa insalubridade e, com exceção dos trabalhadores da área da saúde, apenas em caso de acordo a jornada de trabalho passa para 12 horas de trabalho (CASTRO, 2017).

até mesmo os trabalhadores informais que dependem do consumo - e, conseqüentemente, há uma interrupção do ciclo do capital, em que o investimento privado é desestimulado.

Desde a sua implementação, em novembro de 2017, a reforma trabalhista não promoveu uma ampliação significativa da contratação por trabalho contínuo, o qual vislumbrou inclusive contrações em alguns momentos. O número de trabalhadores intermitentes, trabalho que representa a institucionalização dos “bicos”, também não logrou aumento significativo e, assim, a proposta de gerar empregos com a reforma não se concretizou e é sobre isso que trata o primeiro gráfico a seguir. O segundo gráfico, por sua vez, evidencia como desde a implementação da reforma trabalhista, a taxa de desemprego no Brasil aumentou para, enfim, retornar para um patamar semelhante ao anterior à reforma.

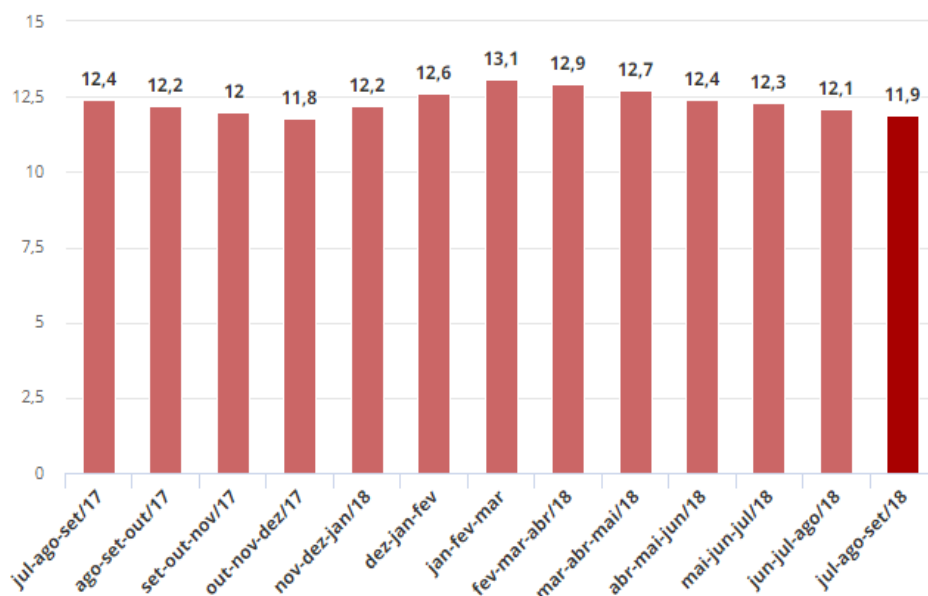
Gráfico 2 - Criação de vagas formais desde a lei trabalhista.

	Vagas intermitentes	Vagas gerais (incluem intermitentes)
nov/17	3.225	-4.801
dez/17	2.804	-340.631
jan/18	2.669	91.067
fev/18	2.263	77.031
mar/18	4.090	75.118
abr/18	3.983	131.460
mai/18	3.541	43.062
jun/18	2.920	8.397
jul/18	3.592	58.145
ago/18	4.409	123.793
set/18	4.544	150.570
out/18	5.098	65.589
nov/18	7.810	62.749
dez/18	6.246	-342.570
jan/19	3.526	42.376
fev/19	4.791	189.856
mar/19	6.478	-40.049
abr/19	5.697	134.069
mai/19	8.014	37.656
jun/19	10.353	53.683
jul/19	5.546	43.820

Fonte: Portal G1 apud Ministério da Economia.

Gráfico 3 - Evolução da taxa de desemprego (julho de 2017 a setembro de 2018).

Índice no trimestre móvel, em %.

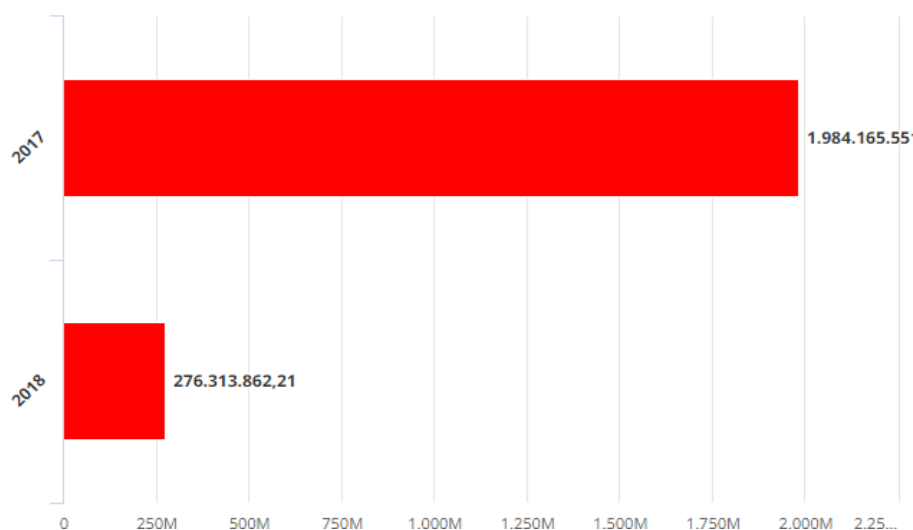


Fonte: Portal G1 (2019) apud IBGE.

Ao desestimular a arrecadação sindical, tornando-a opcional, a reforma trabalhista enfraqueceu os sindicatos e, conseqüentemente, o poder de embate dos trabalhadores no avanço e garantia de direitos. O gráfico a seguir ilustra a redução drástica de 86% da arrecadação sindical no ano de 2018, em que a arrecadação sindical de 2017 equivalia a R\$ 1.984.165.551, 96 e passou, em 2018, para R\$ 276.313.862, 21.

Gráfico 4 - Arrecadação sindical de 2017 e de 2018.

Volume arrecadado de janeiro a setembro, em R\$.

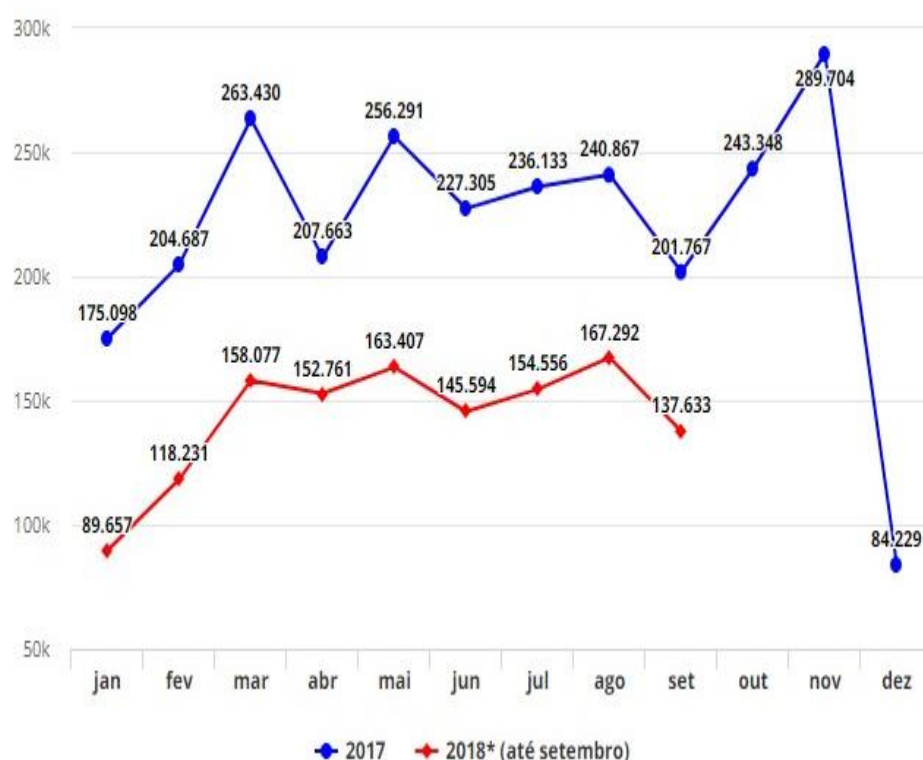


Fonte: Portal G1 (2018) apud MTE.

Entre outras mudanças anteriormente citadas, a reforma trabalhista dificultou ações trabalhistas em desvantagem dos trabalhadores, de forma que o empregado deve custear os gastos com a ação caso a perca ou falte à audiência e também pode chegar a pagar uma multa, se o juiz considerar que o funcionário entrou com a ação agindo de má fé. Com o enfraquecimento dos sindicatos, os novos obstáculos impostos na luta por seus direitos e com a perda de aparato legal, as reclamações trabalhistas e processos por danos morais diminuíram depois da reforma - o que claramente não se relaciona a melhores condições de trabalho:

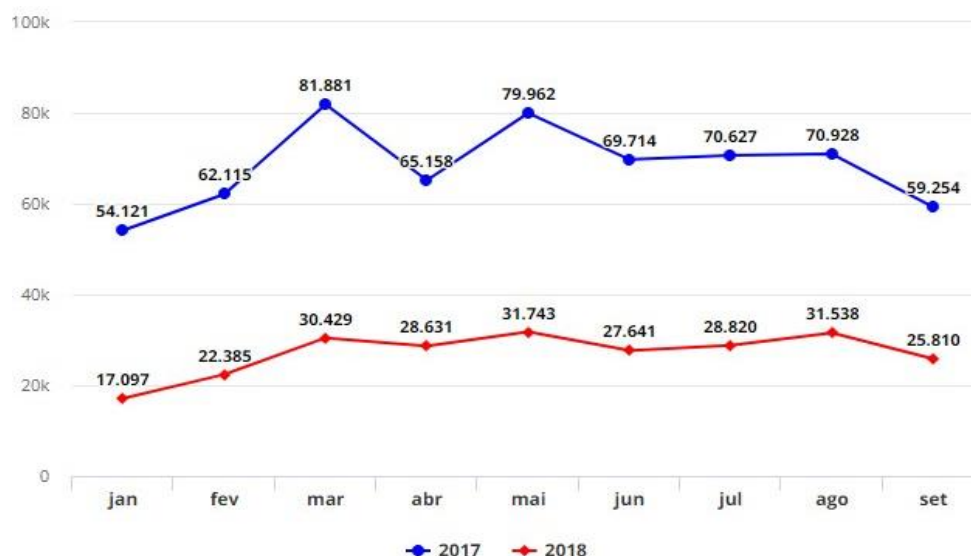
Gráfico 5 - Reclamações trabalhistas em 2017 e em 2018.

Número de novas ações abertas nas varas do trabalho (1ª instância).



Fonte: Portal G1 (2018) apud TST.

Gráfico 6 - Pedidos por dano moral em 2017 e em 2018 (entre janeiro e setembro).



Fonte: Portal G1 (2018) apud TST.

Conforme afirma Ruy Braga (2018), o resultado da lei da terceirização e da reforma trabalhista são nada menos que a concentração de renda, a compressão dos salários e o aumento da desigualdade. Reformas trabalhistas semelhantes em outros países desencadearam não só um aumento dos níveis de violência social, como também arruinaram a diferença existente entre o trabalho formal e o informal.

Embora o Brasil ocupe o oitavo lugar no ranking mundial relativo ao PIB, o país ocupa o 79º lugar em IDH, segundo dados do PNUD (2018). A partir disso, é possível perceber que, mesmo sendo um dos países mais ricos do mundo, o Brasil possui péssimos índices sociais. Várias das medidas do governo Temer contribuíram para o aprofundamento desse problema, pois, ao invés de viabilizar a distribuição de riqueza, elas tiraram do Estado várias de suas responsabilidades relacionadas à garantia de direitos sociais e, por isso, fragilizaram ainda mais os setores mais pobres:

Por isso, “crescimento econômico”, “aumento da produtividade”, “exploração mais eficiente de recursos naturais”, “política de desenvolvimento centrada na iniciativa privada”, “aumento das concessões”, entre outras expressões utilizadas pela plataforma política do governo Temer, não conduzem, isolada e necessariamente, a um panorama social mais justo (CAVALCANTI; VENERIO, 2017, p. 158).

Os gráficos a seguir ilustram como o aumento do PIB não levou à diminuição das desigualdades sociais no Brasil, isso porque, embora o “bolo” tenha crescido, ele não foi repartido³⁹, pois a pobreza e a indigência no Brasil cresceram – inclusive a partir de 2015, ano em que Dilma assume seu segundo mandato e que coloca em prática políticas de austeridade com cunho profundamente neoliberal:

Gráfico 7 - PIB do Brasil (2011-2018).

Dados retirados do Banco Mundial.

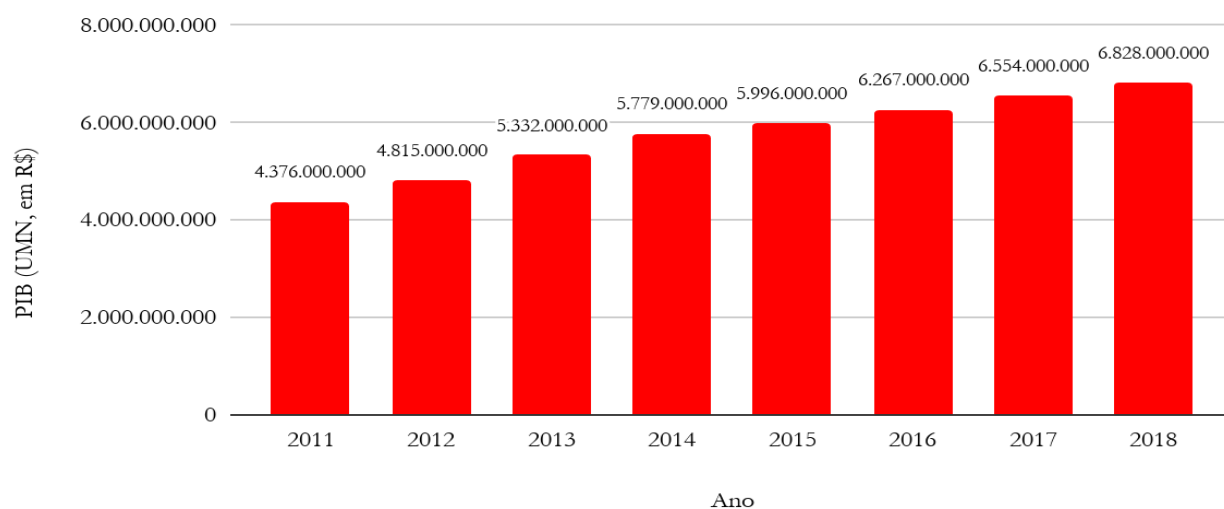
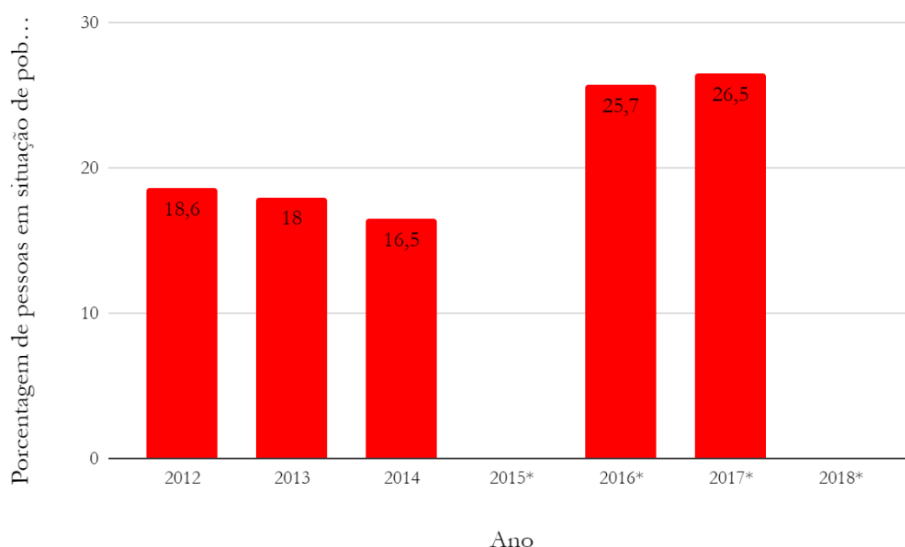


Gráfico 8 - Pessoas em situação de pobreza no Brasil (2012-2017).

Dados retirados dos Anuários Estatísticos da CEPAL.

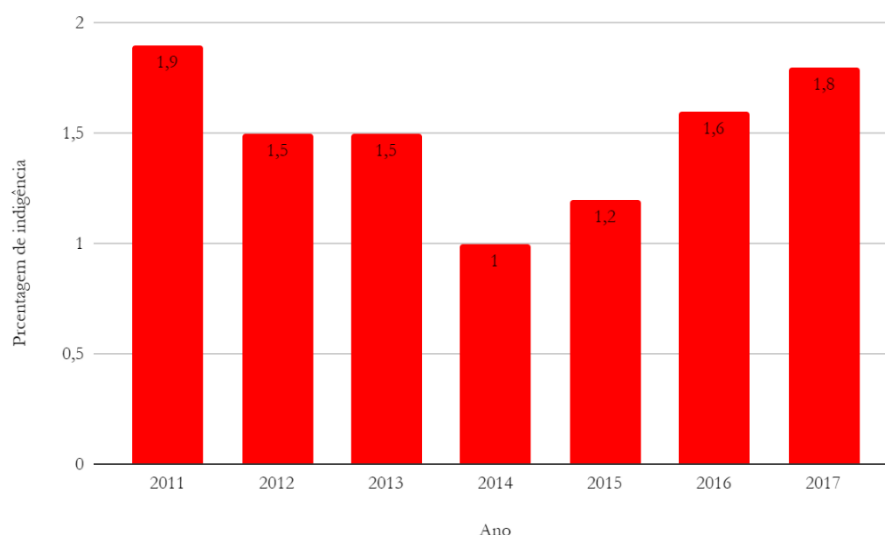


³⁹ Antonio Delfim Netto foi um economista do período do regime civil-militar brasileiro que contribuiu para o conhecido “milagre econômico”, momento em que o PIB brasileiro cresceu bastante e houve queda na inflação. Ele é o autor da famosa frase sobre ser preciso primeiro fazer o bolo crescer para depois reparti-lo, em uma analogia econômica sobre primeiro ser necessário fazer a economia crescer para, em seguida, promover a redistribuição de riquezas. Contudo, os benefícios do “milagre econômico” não foram desfrutados pelos mais

*Os dados dos anos de 2016 e 2017 foram retirados do Banco Mundial e os dados de 2015 e 2018 não foram encontrados.

Gráfico 9 - Indigência no Brasil (2011-2017).

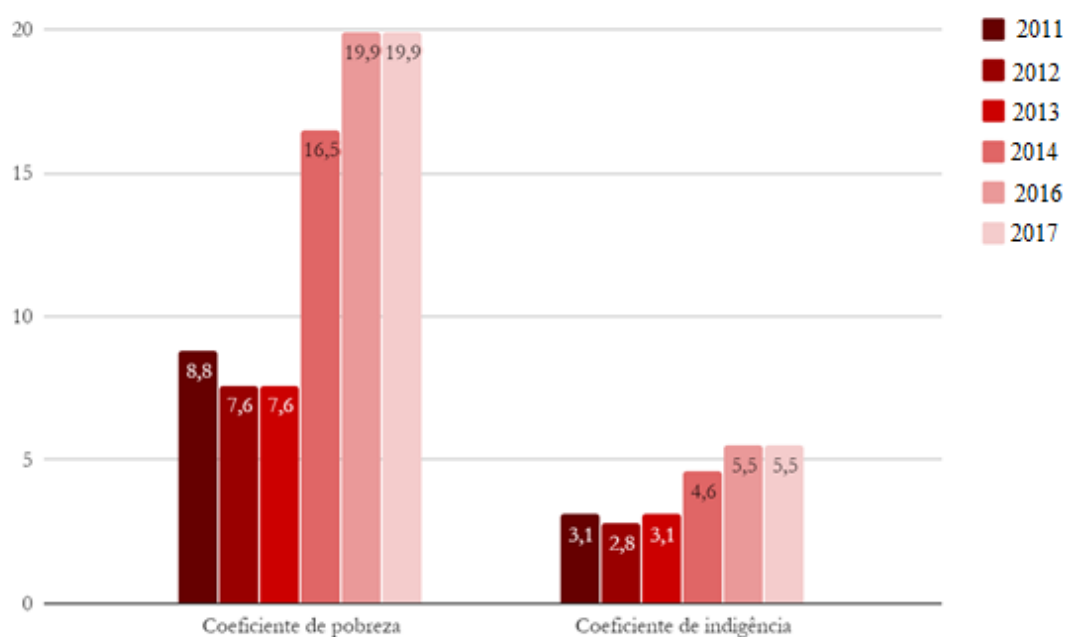
Porcentagem de pessoas que sobrevivem com menos de US\$ 1,90 por dia - Dados retirados do Banco Mundial.



* O dado de 2018 não foi encontrado.

Gráfico 10 – Coeficiente de pobreza e coeficiente de indigência (2011-2017).

Dados retirados dos Anuários Estatísticos da CEPAL.



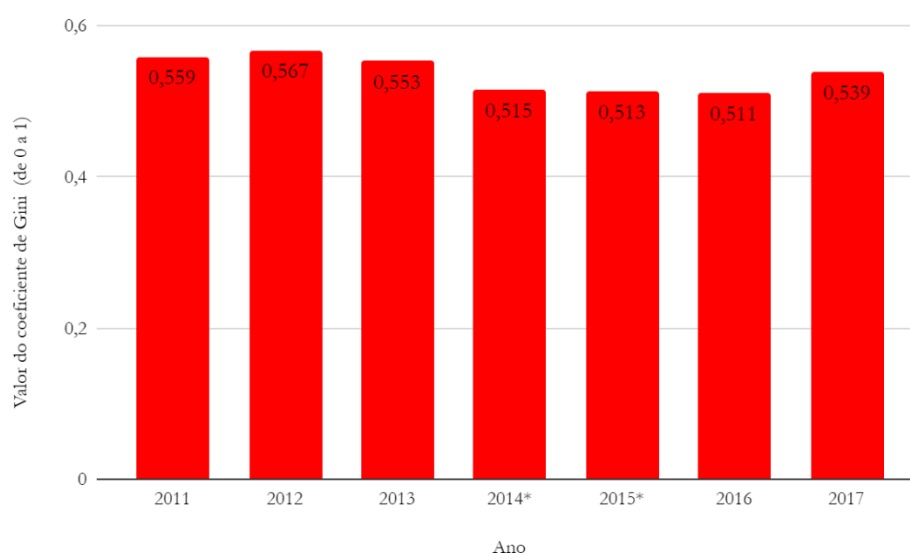
* O dado de 2018 não foi encontrado.

pobres e, por isso, a concentração de renda aumentou de tal forma que o coeficiente de gini da década de 1960 que era de 0,54 passou, na década seguinte, para 0,63 (El País, 2017).

O Brasil, em 2017, atingiu a colocação de 10º país mais desigual do mundo, o que é mensurado pelo o coeficiente de Gini⁴⁰, que mede a concentração de renda de determinado grupo ou país. Esse elemento se mostra como essencial para analisar como a desigualdade social se manifesta no Brasil:

Gráfico 11 - Coeficiente de Gini do Brasil (2011-2017).

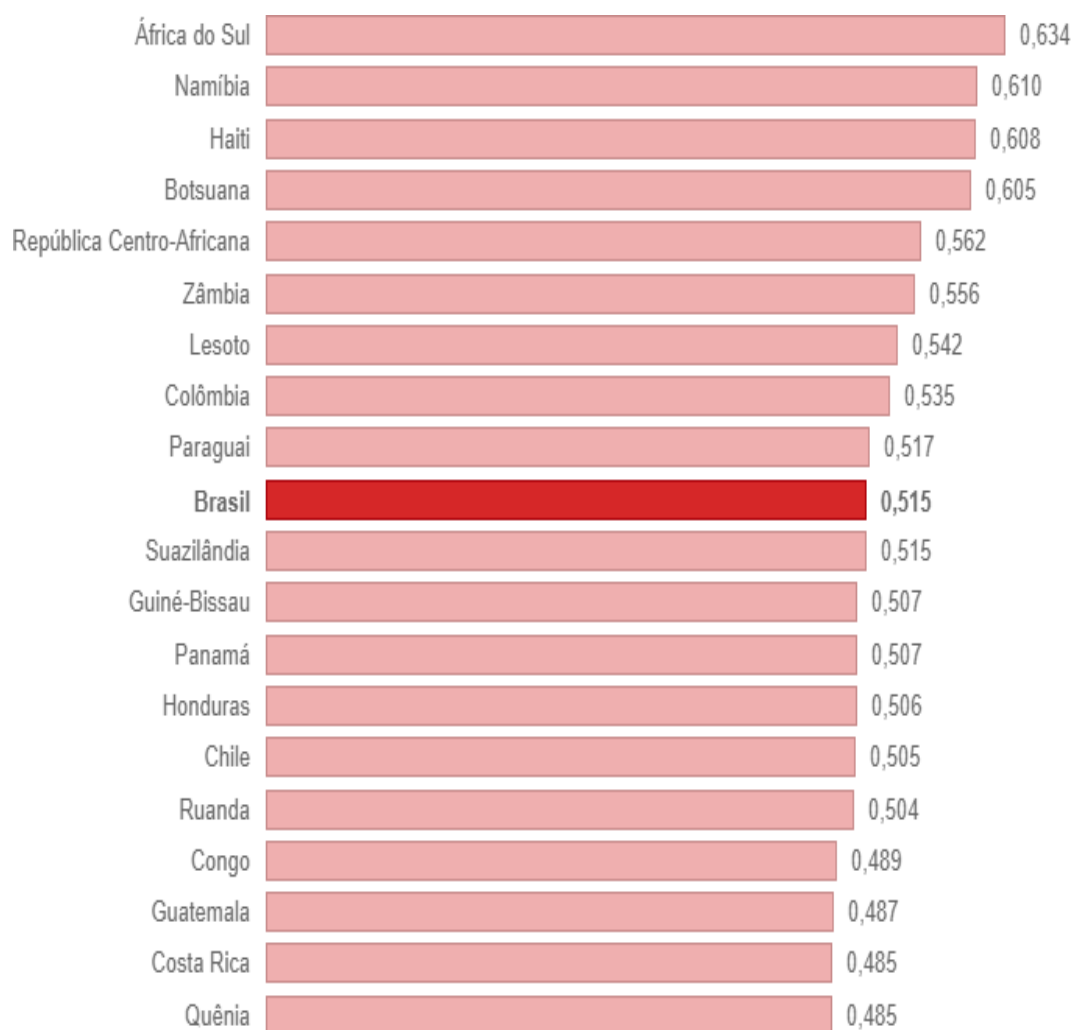
Dados retirados dos Anuários Estatísticos da CEPAL



*Os dados dos anos de 2014 e 2015 foram retirados do Banco Mundial e o dado de 2018 não foi encontrado.

⁴⁰ O coeficiente de Gini pode ser calculado tendo como parâmetro 0 e 1 ou 0 e 100, de maneira que, quanto mais próximo do 0, mais igual uma sociedade é, o que representa que a riqueza está igualmente distribuída; quanto mais próximo do outro extremo, seja 1 ou 100, mais desigual é a sociedade, com a riqueza concentrada nas mãos de um número muito reduzido de pessoas.

Gráfico 12 - Ranking crescente dos países com pior coeficiente de Gini do mundo.



Fonte: O Globo (2018) apud PNUD.

Entre alguns escândalos de corrupção e implantação de medidas impopulares, o governo Temer encerra 2018 com baixos índices de popularidade, apenas 5% de aprovação popular, a mais baixa desde que as pesquisas começaram a ser realizadas, em 1999 (BBC, 2018). No primeiro dia de 2019, Temer passa sua faixa presidencial para o candidato vencedor das eleições presidenciais de 2018, Jair Messias Bolsonaro, o qual promete mais do que caminhar no mesmo sentido que seu antecessor, aprofundar e ir além das suas medidas liberalizantes.

Diante desse cenário político, torna-se clara a limitação da postura defensiva da classe trabalhadora. Em meio aos diversos desmontes concretizados por Temer, a classe trabalhadora ocupou-se mais em garantir direitos que já possuía do que em ampliá-los. Esses direitos, resultantes de décadas de lutas trabalhadoras, foram destroçados, com muita resistência, em pouco mais de dois anos de governo. Vislumbra-se, então, a necessidade de uma postura

ofensiva da classe trabalhadora, que vá além da defensiva, em conformidade com o pensamento de István Mészáros (2002;2007 apud SCARTEZINI, 2013, p. 76).

A postura defensiva é aquela em que se busca a ampliação de direitos e melhorias das condições de vida da classe trabalhadora, dentro do sistema capitalista. Todavia, mesmo que sejam reivindicações válidas, “não conferem ao processo de lutas um caráter efetivamente revolucionário, dado que são modificações apenas dentro do âmbito do capital e que não alteram definitivamente sua estrutura de produção e de dominação”. Mesmo que a classe trabalhadora lute por avanços pontuais, ela não deve perder de vista a superação do sistema capitalista, e, por isso, deve construir, por meio de uma postura ofensiva, modificações sólidas que possibilitem mudanças concretas na edificação uma nova ordem social: o socialismo. (MÉSZÁROS, 2002 apud SCARTEZINI, 2013, p. 76).

Portanto, é insuficiente lutar contra políticas neoliberais sem vislumbrar um modelo alternativo de sociedade, pois o capitalismo é intrinsecamente desigual. A pobreza e a miséria contribuem para o funcionamento desse modo de produção e resta-nos, assim, o que Rosa Luxemburgo enuncia: “socialismo ou barbárie”. Isso porque a crise do sistema sociometabólico do capital, que permeia desde o desemprego estrutural até a destruição da natureza, não oferece perspectivas para um futuro que não seja a proposição de um novo modo de organização social ou o próprio fim da humanidade, conforme afirma Mészáros (2003, p. 49):

Se eu tivesse de modificar as palavras dramáticas de Rosa Luxemburgo com relação aos novos perigos que nos esperam, acrescentaria a "socialismo ou barbárie" a frase "barbárie se tivermos sorte" - no sentido de que o extermínio da humanidade é um elemento inerente ao curso do desenvolvimento destrutivo do capital.

CONCLUSÃO

O projeto neoliberal posto em prática pelos presidentes brasileiros não é homogêneo, o que está amplamente relacionado, entre outras questões, às próprias condições históricas e econômicas e à base política em que os governos se apoiaram. Michel Temer não foi o precursor do neoliberalismo no Brasil, mas trouxe consigo um neoliberalismo ainda mais incisivo que seus antecessores petistas, os quais, mesmo adeptos desse tipo de política econômica, também impulsionaram projetos voltados para as camadas mais marginalizadas.

Aproveitando-se da sua impopularidade, Temer colocou em prática reformas que se assemelhavam mais ao programa de governo derrotado nas eleições de 2014 do que àquele do qual o vice-presidente fazia parte. Essas reformas prometiam impulsionar a economia e gerar novos postos de trabalho de maneira imediata, mas o que fizeram foi favorecer o aumento da pobreza brasileira por meio do sucateamento de diversos direitos sociais.

Conforme ilustrado nos capítulos anteriores, desde que Michel Temer assumiu o poder depois de um golpe, o desemprego no Brasil aumentou, de 21%, em 2016 a 24,4%, em 2018, segundo dados do IBGE. Por sua vez, a exploração do trabalho fez-se mais viável pelo enfraquecimento das leis trabalhistas e o acesso da população a direitos básicos tornou-se mais precário. A EC 95, a terceirização das atividades fim e as reformas trabalhista e do Ensino Médio prometem desmontar não apenas as conquistas angariadas desde a redemocratização, mas mesmo aquelas obtidas nos governos de Getúlio Vargas.

Todos esses fatores contribuem fortemente para o empobrecimento da população brasileira, aumento da marginalização das camadas mais vulneráveis e volta à pobreza de pessoas que já não estavam mais nela⁴¹. Com a análise de dados estatísticos dos anos de 2011 a 2018, retirados dos anuários da Cepal e de outras instituições (que serviram para complementar os dados inexistentes nos anuários da Cepal), foi possível perceber como as políticas neoliberais implementadas por Temer se relacionam ao aumento da pobreza, da indigência, da desigualdade social e do desemprego.

⁴¹ A pobreza brasileira passou de 25,7% em 2016 para 26,5% em 2017, segundo dados do Banco Mundial, enquanto a indigência passou de 1,6 em 2016 para 1,8 em 2017.

Ainda que pouco mais de dois anos seja um período relativamente curto para declarar tais afirmações, é certo dizer que as reformas de Temer, se não forem revogadas por seus sucessores, têm a potência de repercutir muito além dos anos em que ele foi presidente. Contudo, é imprescindível ressaltar que os maiores impactos dessas políticas serão passíveis de análise posteriormente, por se tratar de um governo ainda bastante próximo da data de redação desta monografia; pela questão de que faltam muitos dados referentes a esse período e ao fato de que o segundo mandato de Dilma Rousseff é marcado por políticas mais incisivamente neoliberais que os demais governos petistas, o que possivelmente gerou impactos na desigualdade e pobreza do país ainda difíceis de serem distinguidos dos efeitos das políticas de Temer.

A perspectiva política, econômica e social para o Brasil converte-se em um clima ainda mais pessimista nas eleições de 2018, com a vitória do candidato que, segundo o próprio Temer, é continuidade de seu governo (EXAME, 2019): Jair Bolsonaro, que assumiu o cargo de Presidente da República em janeiro de 2019, possui ambições ainda mais neoliberais que seu antecessor. Como ministro da Economia, conta com o economista Paulo Guedes, o qual é mestre e doutor pela Universidade de Chicago, instituição amplamente conhecida por consagrar uma famosa escola de pensamento neoliberal, liderada por Milton Friedman, um dos principais autores dessa corrente teórica.

O posicionamento conservador de Bolsonaro diante de várias questões políticas não entra em desacordo com os seus anseios neoliberais na economia. O principal *slogan* da sua campanha presidencial carregava a frase “Brasil acima de tudo/ Deus acima de todos”. Ele também levantou bandeiras a favor dos Estatutos da Família e do Nascituro e se posicionou a favor do Escola Sem Partido, contra, principalmente, o que chamam seus seguidores de marxismo cultural e ideologia de gênero.

Além disso, Bolsonaro deseja aprofundar a Reforma Trabalhista de Temer, defende as Reforma da Previdência e a Tributária, a diminuição dos ministérios e privatizações. No seu plano de governo fica claro o posicionamento neoliberal a respeito de assuntos econômicos:

As economias de mercado são historicamente o maior instrumento de geração de renda, emprego, prosperidade e inclusão social. Graças ao Liberalismo, bilhões de pessoas estão sendo salvas da miséria em todo o mundo. Mesmo assim, o Brasil NUNCA adotou em sua História

Republicana os princípios liberais. Ideias obscuras, como o dirigismo, resultaram em inflação, recessão, desemprego e corrupção. O Liberalismo reduz a inflação, baixa os juros, eleva a confiança e os investimentos, gera crescimento, emprego e oportunidades. Corruptos e populistas nos legaram um déficit primário elevado, uma situação fiscal explosiva, com baixo crescimento e elevado desemprego. Precisamos atingir um superávit primário já em 2020. Nossa estratégia será adotar as mesmas ações que funcionam nos países com crescimento, emprego, baixa inflação, renda para os trabalhadores e oportunidades para todos (O CAMINHO..., 2018, p. 13).

Em um cenário político de grande desesperança para aqueles que não compactuam com os ditames do capitalismo neoliberal e, mais ainda, com todos os seus tenebrosos resultados, deve-se ter em vista que, mais do que combater as políticas neoliberais, é preciso que as trabalhadoras e os trabalhadores posicionem-se de forma ofensiva para que a ordem capitalista seja enfim superada, junto com todas as desigualdades intrínsecas ao seu funcionamento - sendo a pobreza e a miséria desigualdades fundamentais.

REFERÊNCIAS

- ABÍLIO, L.C. **Uberização do trabalho: subsunção real da viração**. Passa Palavra. Disponível em: <<https://passapalavra.info/2017/02/110685/>>. Acesso em: 29 jul. 2019. Acesso em: 09 ago. 2019.
- ALVES, G. **Reforma Trabalhista, Modernização Catastrófica e a Miséria da República Brasileira**. O golpe de 2016 e a reforma trabalhista: narrativas de resistência / Gustavo Teixeira Ramos et al. (coords.). — Bauru:Canal 6, 2017. 391 p. ; 23 cm. (Projeto Editorial Praxis).
- AMARAL, M. S. 2006. **A investida neoliberal na América Latina e as novas determinações da dependência**. Dissertação (Mestrado em Economia) - Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Uberlândia, 2006.
- AMARAL, N. C. **Com a PEC 241/55 (EC 95) haverá prioridade para cumprir as metas do PNE (2014-2024)?** Revista Brasileira de Educação v. 22 n. 71 e227145 2017.
- ANDERSON, P. **Balanço do neoliberalismo**. In: SADER, E. & GENTILI, P. (Orgs.) Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ANTUNES, R. **A devastação do trabalho na contrarrevolução de Temer**. Le Monde Diplomatique Brasil, março 2017. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/a-devastacao-do-trabalho-na-contrarrevolucao-de-temer/>>. Acesso em: 24 set. 2019.
- Auditoria Cidadã da Dívida**. Disponível em: <<https://auditoriacidada.org.br/>>. Acesso em 30 ago. 2019.
- Banco Mundial. **Índice de Gini**. Disponível em: <<https://datos.bancomundial.org/indicador/SI.POV.GINI?end=2017&locations=BR&start=2011>>. Acesso em: 01 out. 2019.
- Banco Mundial. **PIB**. Disponível em: <<https://datos.bancomundial.org/indicador/NY.GDP.MKTP.CN?end=2018&locations=BR&start=2011>>. Acesso em: 01 out. 2019.
- BATISTA, P. N. **O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos**. 1994. Disponível em: <<http://www.consultapopular.org.br/sites/default/files/consenso%20de%20washington.pdf>>.
- BBC. **Reta final do governo Temer: marasmo, pequenas homenagens e preocupação com a Justiça marcam os últimos dias no cargo**. 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46679758>>. Acesso em: 01 out. 2019.
- BLACKBURN, R.; BORON, A.; LÖWY, M.; SADER, E.; THERBORN, G. **Estado, democracia e alternativa socialista na era neoliberal**. Pós-neoliberalismo II: que Estado para que democracia? / Atilio A. Boron ... [et al]; Emir Sader e Pablo Gentili (orgs.). - Petrópolis, RJ : Vozes, 1999.

BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. São Paulo: Editora UNB - Imprensa Oficial: 2004.

BOITO, A.; BERRINGER, T. **Brasil: Classes Sociais, Neodesenvolvimentismo e Política Externa nos Governos Lula e Dilma**. Dossiês. Revista de Sociologia e Política. V. 21, nº 47: 31-38 Set. 2013.

BRAGA, R. **Reforma trabalhista irá aumentar desigualdades sociais**. Época Negócios, jan. 2018. Disponível em: <<https://epocanegocios.globo.com/Brasil/noticia/2018/01/reforma-trabalhista-ira-aumentar-desigualdades-sociais.html>>. Acesso em: 27 set. 2019.

BRESSER-PEREIRA, L. **A Crise da América Latina: Consenso de Washington ou Crise Fiscal?**. Pesquisa e Planejamento Econômico, 21 (1), abril 1991: 3-23.

CARTA CAPITAL. **Temer: impeachment ocorreu porque Dilma recusou "Ponte para o futuro"**. Set. 2016. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/temer-impeachment-ocorreu-porque-dilma-recusou-ponte-para-o-futuro/>>. Acesso em: 24 set. 2019.

CASTRO, J. **Quais as mudanças de Temer na reforma trabalhista. E por que são questionadas**. Nexo, nov. 2017. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/11/16/Quais-as-mudan%C3%A7as-de-Temer-na-reforma-trabalhista.-E-por-que-s%C3%A3o-questionadas>>. Acesso em: 27 set. 2019.

CAVALCANTI, B.M.; VENERIO, C. M. S. **Uma ponte para o futuro?: reflexões sobre a plataforma política do governo Temer**. Revista de informação legislativa: RIL, v. 54, n. 215, p. 139-162, jul./set. 2017. Disponível em: <http://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/54/215/ril_v54_n215_p139>. Acesso em: 28 out. 2019.

CEPAL. (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe). 2013. **Panorama Social da América Latina**. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/1252/1/S2013870_pt.pdf>. Acesso em: 07 jun 2019.

EL PAÍS. **O lado obscuro do ‘milagre econômico’ da ditadura: o boom da desigualdade**. 2017. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/29/economia/1506721812_344807.html>. Acesso em: 01 out. 2019.

ENTESSORO, L. **Capitalismo, Desigualdade e Pobreza na América Latina. 2003**. Tese. (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

EXAME. **O mapa das ocupações de escolas e faculdades contra Temer.** Out. 2016. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/o-mapa-das-ocupacoes-de-escolas-e-faculdades-contratemer/>>. Acesso em: 27 set. 2019.

EXAME. **Temer: Governo Bolsonaro vai bem porque está dando sequência ao meu.** 2019. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/temer-governo-bolsonaro-vai-bem-porque-esta-dando-sequencia-ao-meu/>>. Acesso em: 08 out. 2019.

FILGUEIRAS, L. **O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico.** En publicación: Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales. Basualdo, Eduardo M.; Arceo, Enrique. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. Agosto 2006. ISBN: 987-1183-56-9.

G1. **Desemprego cai para 11,8% em julho, mas ainda atinge 12,6 milhões.** 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/08/30/desemprego-fica-em-118percent-em-julho-diz-ibge.ghtml>>. Acesso em: 27 set. 2019.

G1. **Em quase 2 anos de reforma trabalhista, 15% das vagas criadas no país são para intermitentes.** 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/concursos-e-emprego/noticia/2019/09/25/em-quase-2-anos-de-reforma-trabalhista-15percent-vagas-criadas-no-pais-sao-para-intermitentes.ghtml>>. Acesso em: 27 set. 2019.

G1. **Ouçã trechos dos diálogos entre Romero Jucá e Sérgio Machado.** Política. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/05/leia-os-trechos-dos-dialogos-entre-romero-juca-e-sergio-machado.html>>. Acesso em: 27 ago. 2019.

G1. **Reforma trabalhista completa 1 ano; veja os principais efeitos.** 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/concursos-e-emprego/noticia/2018/11/11/reforma-trabalhista-completa-1-ano-veja-os-principais-efeitos.ghtml>>. Acesso em: 27 set. 2019.

HARVEY, D. **O “novo” imperialismo: acumulação por espoliação.** 2004. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/social/2004pt/05_harvey.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2019.

HOBSBAWN, E. **A era dos extremos: o breve século XX.** 1941-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 393.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2016.** Brasília: Inep, 2017. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em: 07 jun 2019.

JOHNSON, A.G. **Dicionário de sociologia: guia prático da linguagem sociológica** / tradução, Ruy Jungmann. - Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed., 1997.

KAGEYAMA, A. HOFFMANN, R. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 15, n. 1 (26), p. 79-112, jan./jun. 2006.

KODJA, C. C. **Crise econômica ao final do século XX - 1970 a 2000: Advento de uma nova organização social e financeira.** 2009. Tese (Doutorado em História Econômica) -

Programa de Pós-Graduação em História Econômica do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2009.

LIMA, M.; MACIEL, S. **A reforma do Ensino Médio do governo Temer: corrosão do direito à educação no contexto de crise do capital no Brasil**. Rev. Bras. Educ. vol.23 Rio de Janeiro 2018, out. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782018000100245>. Acesso em: 27 set. 2019.

LÖWY, M. **Da tragédia à farsa: o golpe de 2016 no Brasil**. Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. Disponível em: <<http://www.sintesc.org.br/files/1081/Texto%201%20Porque%20Gritamos%20Golpe.pdf>>. Acesso em: 27 ago. 2019.

MARQUES, R.; MENDES, Á. **O governo Lula e a contra-reforma previdenciária**. São Paulo em Perspec. vol.18 no.3 São Paulo Jul./Set. 2004

MARX, K. 1818-1883. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**; [tradução e notas Nélío Schneider; prólogo Hebert Marcuse]. - São Paulo : Boitempo, 2011.

MARX, K. **O Capital: Crítica da Economia Política** (livro I). Tradução: Reginaldo Sant'Anna. - 33ª ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

MARX, K. **O Capital: Crítica da Economia Política** (livro III). São Paulo: Boitempo, 2013.
RIBEIRO, N. R. O capital em movimento – ciclos, rotação e reprodução. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2009.

MÉSZÁROS, I. **Desemprego e precarização: Um grande desafio para a esquerda**. In: ANTUNES, R. (Org.). Riqueza e miséria do trabalho no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2006, p. 27-44.

MÉSZÁROS, I. **O século XXI: socialismo ou barbárie?** São Paulo: Boitempo, 2003.

MÉSZÁROS, I; ANTUNES, R. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

MONTAÑO, C. **Pobreza, “questão social” e seu enfrentamento**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 110, p. 270-287, abr./jun. 2012.

O CAMINHO da Prosperidade: proposta de plano de governo. Disponível em:<https://static.cdn.pleno.news/2018/08/Jair-Bolsonaro-proposta_PSC.pdf>. Acesso em: 22 abril 2019.

OLIVEIRA, T. B. **O Golpe de 2016: Breve Ensaio de História Imediata sobre Democracia e Autoritarismo**. Historiæ, Rio Grande, 7 (2): 191-231, 2016.

PAULANI, L.M. **O projeto neoliberal para a sociedade brasileira: sua dinâmica e seus impasses**. In: LIMA, J.C.F., and NEVES, L.M.W., org. Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006, pp. 67-107. ISBN: 978-85-7541- 612-9.

PAULANI, L.M. **Uma ponte para o abismo**. Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. Disponível em: <<http://www.sintesc.org.br/files/1081/Texto%201%20Porque%20Gritamos%20Golpe.pdf>>. Acesso em: 27 ago. 2019.

PINTO, E. **A economia política dos governos Dilma: acumulação, bloco no poder e crise. 2016**. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/301892838_A_economia_politica_dos_governos_Dilma_acumulacao_bloco_no_poder_e_crise>. Acesso em: 18 set. 2019.

PNUD. **Human Development Indicators and Indices: 2018 Statistical Update Team. 2018**. Disponível em: <<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/idh/relatorios-de-desenvolvimento-humano/relatorio-do-desenvolvimento-humano-2018.html>>. Acesso em: 01 out. 2019.

Ponte para o futuro. Fundação Ulysses Guimarães (FUG), out. 2015. Disponível em: <<https://www.fundacaoulysses.org.br/wp-content/uploads/2016/11/UMA-PONTE-PARA-O-FUTURO.pdf>>. Acesso em: 24 set. 2019.

Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. **Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm>. Acesso em: 30 ago. 2019.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Human Development Report 1997**. USA. Publicado por Oxford University Press, Inc. 198 avenida Madison, New York, New York.

QUINTANEIRO, T.; BARBOSA, M. L.O; OLIVEIRA, M. G. M. **Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber**. 2. ed. rev. amp. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

ROCHA, F; MACÁRIO, E. **O impacto da EC 95/2016 e da PEC 287/2016 para a Previdência Social brasileira**. SER Social, Brasília, v. 18, n. 39, p. 315-760, jul.-dez./2016.

ROCHA, Sônia. **Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?** / Sônia Rocha. - 3. ed. - Rio de Janeiro : Editora FGV, 2006. 244p.

SCARTEZINI, N. **A fascistização da indignação: as manifestações de 2015 no Brasil**. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/cadernos/article/view/8019>>. Acesso em: 23 out. 2019.

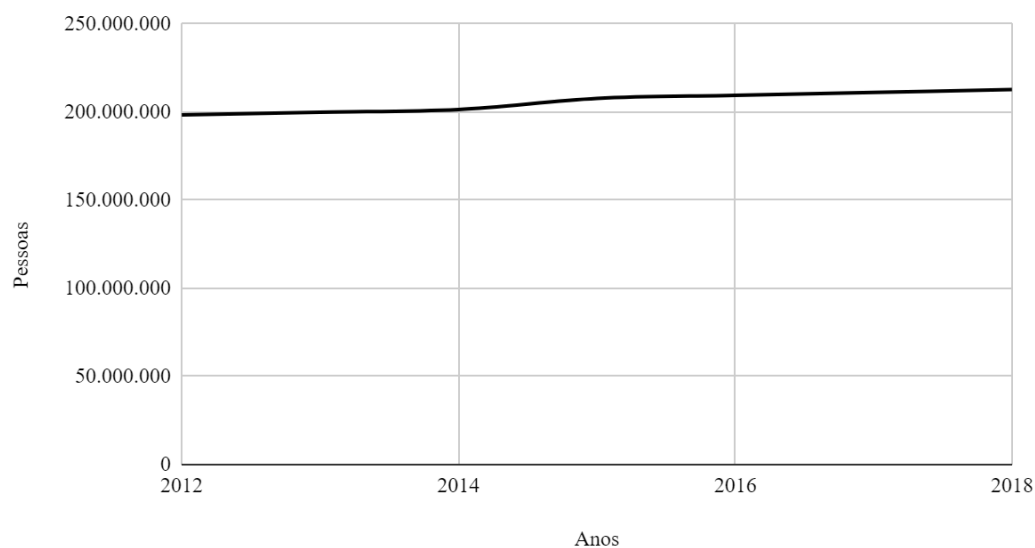
SCARTEZINI, N. **A Ofensiva Socialista na Venezuela - A práxis revolucionária bolivariana sob o prisma teórico de István Mészáros**. 1ª ed. Campo Grande: Contemplar, 2013.

SOUZA, M. L. **O Batismo de Fogo: A Reforma Neoliberal do Governo Lula na Previdência dos Servidores Públicos em um Contexto de Crise e Restauração Burguesa**. 2006. Dissertação (Mestrado em Economia) - Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Uberlândia, 2006.

TERRA. **Temer chama impeachment de 'golpe' e vira alvo nas redes.** Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/temer-chama-impeachment-de-golpe-e-vira-alvo-nas-redes,24e2561070db215ed2459be1a04acc80v51h9mh0.html>>. Acesso em: 23 set. 2019.

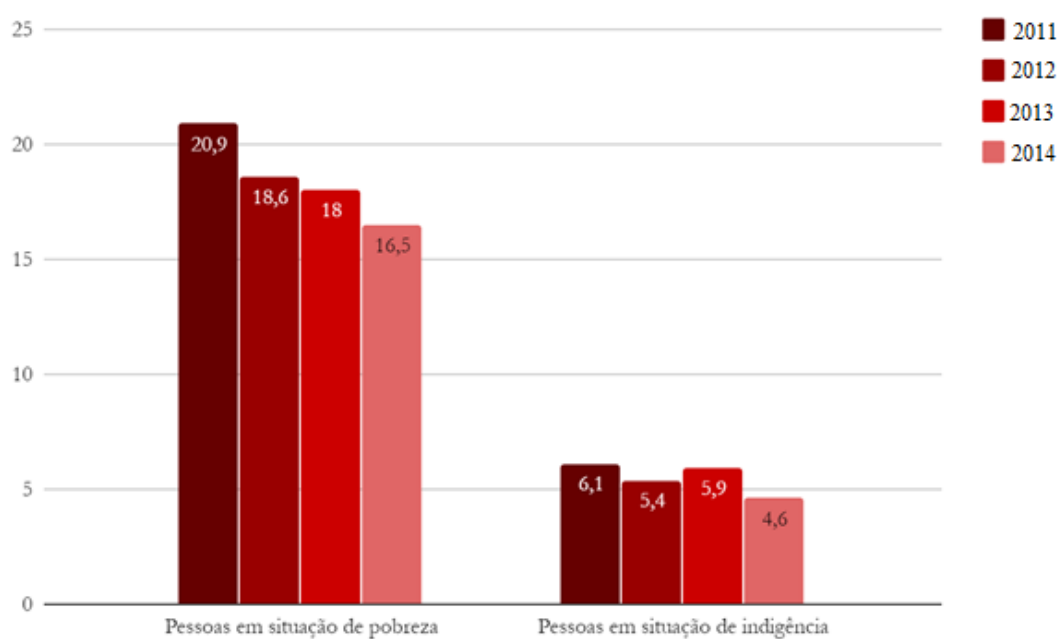
ANEXOS: DADOS DA CEPAL SOBRE A POPULAÇÃO BRASILEIRA

Anexo 1- População total (2011-2018)



Fonte: dados retirados dos Anuários Estatísticos da CEPAL.

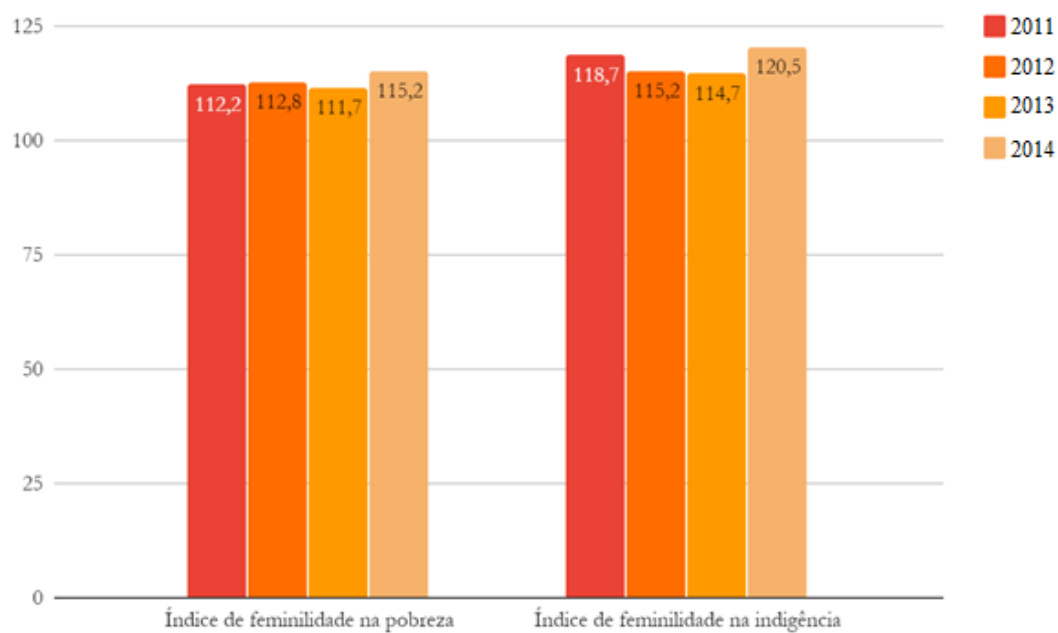
Anexo 2 – Pessoas em situação de pobreza e pessoas em situação de indigência (em porcentagem; 2011-2014).



Fonte: dados retirados dos Anuários Estatísticos da CEPAL.

*Os dados dos anos de 2015, 2016, 2017 e 2018 não estavam disponíveis.

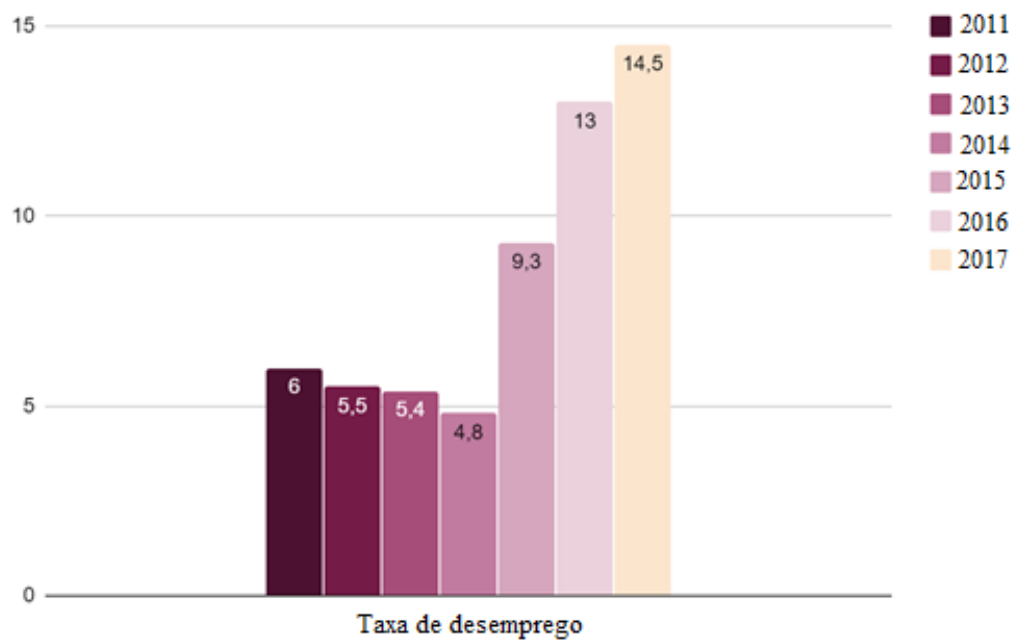
Anexo 3 – Índice de feminilidade na pobreza e índice de feminilidade na indigência (2011-2014).



Fonte: dados retirados dos Anuários Estatísticos da CEPAL.

*Os dados dos anos de 2015, 2016, 2017 e 2018 não estavam disponíveis.

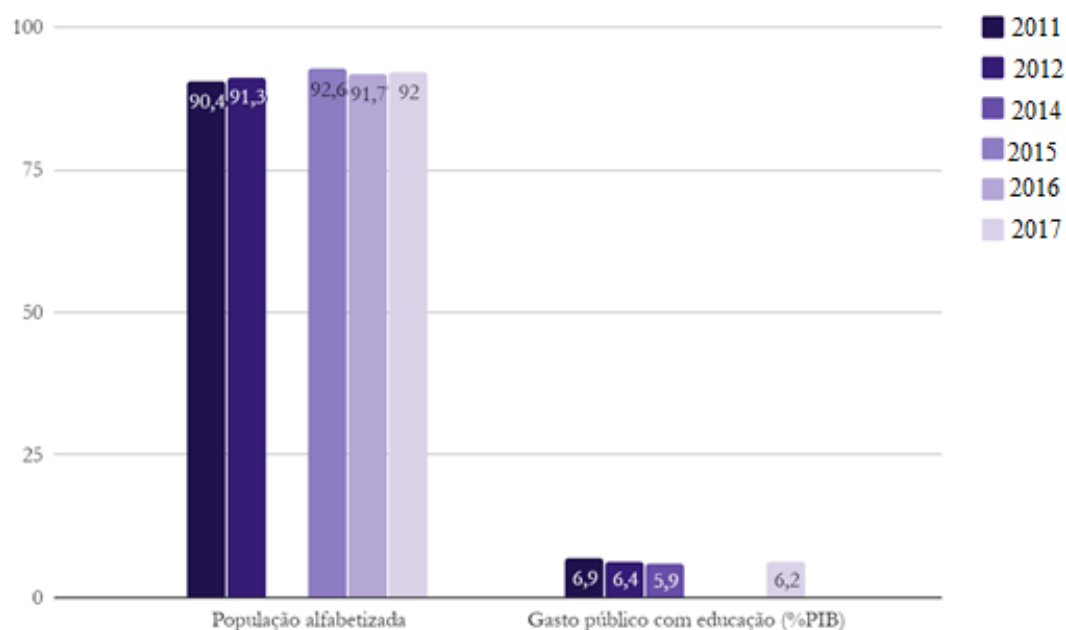
Anexo 4 – Taxa de desemprego (2011-2017).



Fonte: dados retirados dos Anuários Estatísticos da CEPAL.

*O dado do ano 2018 não estava disponível.

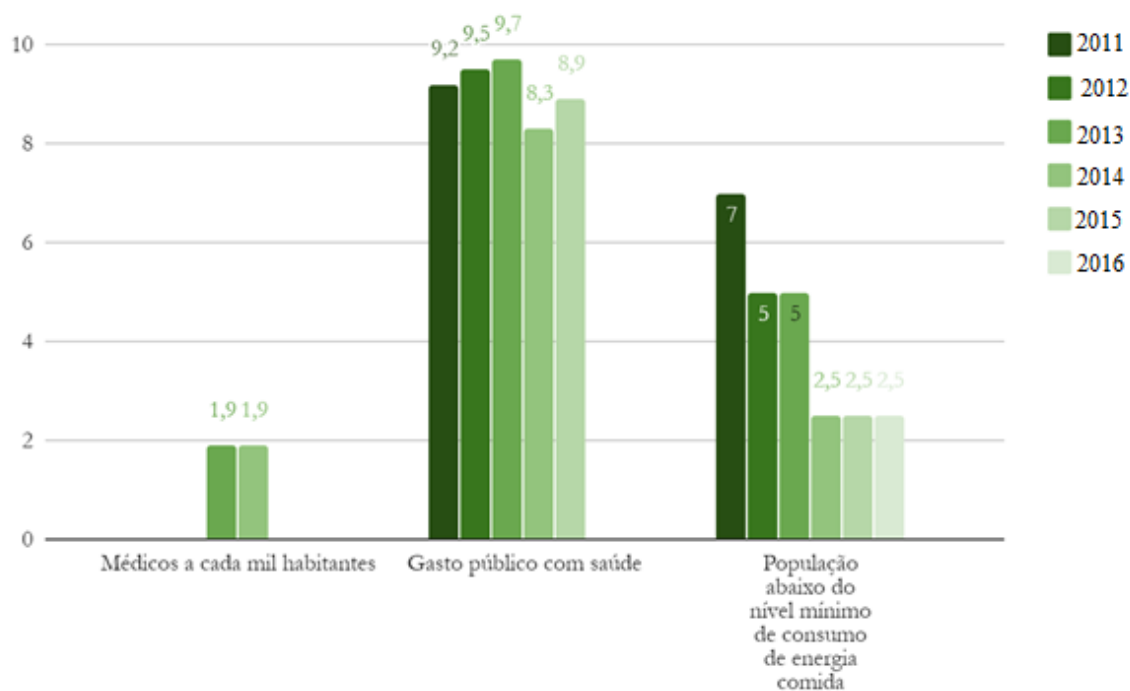
Anexo 5 – Dados relativos à educação (2011-2017): população alfabetizada e gasto público com educação (%).



Fonte: dados retirados dos Anuários Estatísticos da CEPAL.

*Os dados dos anos de 2013 e 2018 não estavam disponíveis.

Anexo 6 – Dados relativos à saúde (2011- 2016): médicos a cada mil habitantes; gasto público com saúde (% do PIB); e população abaixo do nível mínimo de consumo de energia (baseado na alimentação).



Fonte: dados retirados dos Anuários Estatísticos da CEPAL.

*Os dados dos anos de 2017 e 2018 não estavam disponíveis.